

**CLEUZA PELÁ**

**LEITURA DO GÊNERO TEXTUAL POLICIAL  
E  
ESTRATÉGIAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO**

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
EM  
LÍNGUA PORTUGUESA**

**PUC/SP  
SÃO PAULO**

**2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**CLEUZA PELÁ**

**LEITURA DO GÊNERO TEXTUAL POLICIAL  
E  
ESTRATÉGIAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO**

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
EM  
LÍNGUA PORTUGUESA**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
SÃO PAULO**

**2006**

**CLEUZA PELÁ**

**LEITURA DO GÊNERO TEXTUAL POLICIAL**

**E**

**ESTRATÉGIAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em **Língua Portuguesa**, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Sueli Cristina Marquesi**.

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**EM**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**

**2006**

**Comissão Julgadora**

---

---

---

---

---

## DEDICO ESTE TRABALHO

*À Vida Pgressa que, com seu Escaravelho do Diabo,  
ecoou O Nome da Rosa e os mistérios dos Jardins que se  
Bifurcam, sob o olhar azulado Daquele que vê Janelas,  
(em)copa, cabanas.*

## AGRADECIMENTOS

- . À minha mãe Lourdes e à minha irmã Cleide, o apoio diário; aos meus tios Luzia e Heiti a solidariedade, nos momentos de emergência, e aos amigos “de perto” e aos “de longe”;
- . à CAPES e ao CNPQ, o imprescindível apoio financeiro;
- . ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representado pelos Professores Doutores Leonor L. Fávero e João Hilton Sayeg-Siqueira, a todo seu corpo docente e, em especial, à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dieli Vesaro Palma, a amizade, a atenção e as indicações bibliográficas;
- . à Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi, minha orientadora, a liberdade de trabalho e o apoio paciente durante a pesquisa e a organização escrita desta tese.
- . à Banca Examinadora, Professores Doutores Paulo de Tarso Galembeck e Dieli Vesaro Palma, a seriedade com que analisaram este trabalho, bem como as oportunas contribuições e sugestões;
- . às Professoras Doutoras Guaraciaba Micheletti e Ana Rosa Ferreira Dias, a aceitação em discutir este trabalho, em Sessão de Defesa Pública;
- . à Diretora Pedagógica Eliane O. Rahmilevitz, da Escola *Stance Dual*, o tempo concedido para o estudo teórico desta pesquisa, bem como à Coordenadora Pedagógica Ana Maria David, à Orientadora Educacional Ana Cláudia Côrrea e aos colegas professores, as palavras de incentivo e a paciência nos dias menos festivos;
- . aos Professores Ms. Ana Paula Cortez e Carlos Marotto o tempo para olhar, à moda inglesa, o *abstract*;
- . aos companheiros e às companheiras de Disciplinas, GTs, Congressos e Trabalhos Acadêmicos a atenção, as conversas solidárias e os *cappuccinos* quentinhos.

## RESUMO

Este trabalho, desenvolvido como tese de doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP, está situado na linha de pesquisa **Leitura, Escrita e Ensino de Língua** e tem por tema a **leitura de um gênero textual específico, o policial (GTP), e de seus processos de referenciação.**

Partindo da **hipótese** de que, ao entrar em contato com um gênero textual específico, o leitor insere-se em multiteias de referenciações, que nascem e se transformam na linguagem, possibilitando-lhe o exercício da leitura crítica, estabelecemos como **objetivo geral** da pesquisa propor estratégias para a leitura de um gênero determinado que contribuam para a formação de um sujeito-leitor como agente social, histórico-cultural e como **objetivos específicos** verificar: a) se as categorias próprias do GTP possibilitam a constituição do processo de referenciação, seja por meio da introdução de (novos) referentes textuais, seja por meio de anaforização; b) se a escolha de determinados recursos lingüístico-textuais contribuem para a composição das expressões referenciais e a construção dos sentidos do texto.

A pesquisa se justifica por três **motivos**: 1º) a leitura do gênero textual policial no Brasil, nos últimos tempos, tem se popularizado; 2º) O gênero textual policial tem sido inserido, em projetos de leitura e de escrita, nos ensinos fundamental I e II, médio e até superior; 3º) há poucos trabalhos destinados a estudar o processo de referenciação no gênero textual policial.

Para subsidiar a investigação e atingir os objetivos propostos, **fundamentamo-nos** em conceitos como leitura (Compagnon, 2001, 1999; Jouve, 2002), gênero textual e gênero textual policial (Albuquerque e Medeiros, 1979; Mandel, 1988; Bakhtin, 2000, 1993; Schneuwly, 2002), processos de referenciação (Cavalcante, 2003; Francis, 2003; Koch, 2004, 2002, 1999, 1996, 1995; Marcuschi, 2000, 1999; Neves, 2000, 1999, 1997) e par dialógico Pergunta-Resposta (Urbano et al, 2002), provenientes do Sociointeracionismo, da Lingüística Textual e da Gramática dos Usos do Português.

**O corpus do trabalho** é composto de ocorrências de expressões referenciais selecionadas de dois contos policiais: **A Morte no Envelope**, de Luiz Lopes Coelho, e **Cabeças na Segunda-feira**, de Ignácio de Loyola Brandão. Para a leitura desse *corpus*, propusemos, com base na pesquisa teórica, **as estratégias: contrato de leitura, interação e construção colaborativa da referenciação**, as quais foram aplicadas em cada uma das categorias estruturantes do gênero textual policial.

**Os resultados** obtidos permitiram-nos confirmar a hipótese e atingir os objetivos propostos, bem como trazer **contribuições** para os **estudos de Leitura, abrindo**, assim, **perspectivas para o Ensino de Língua Portuguesa.**

## **ABSTRACT**

This study, developed as a doctoral thesis in the Program of Post-Graduated Studies in the Portuguese Language at PUC/SP, was conducted in the **reading, writing and language teaching** research fields and has as its main theme **the reading of a specific genre, the detective story, and its processes of referentiation**.

Based on the hypothesis that, by getting in touch with a specific textual genre, the reader immerses himself in a number of multi-referential webs that arise and transform themselves into language, enabling critical reading on behalf of the reader, we establish as the **main aim** of this research the proposal of reading strategies that may contribute to the formation of a reader-subject as a social, historical, cultural agent and, as **specific aims**, to verify: a) if the categories referring to DSG made the constitution of the referentiation process possible, either by means of introducing (new) textual referents, or by anaphorization; b) if the choice of specific textual-linguistic resources contribute to the composition of referential expressions and to the construction of meaning in a text.

This research is justified by three **reasons**: 1<sup>st</sup>. The reading of the textual detective story genre has become popular in Brazil in the last decades; 2<sup>nd</sup>. The textual detective story genre has been included in primary and secondary school projects, and even at graduation level; 3<sup>rd</sup>. there are few works related to the studying of the process of referentiation concerning the textual detective story genre.

To give support to the discussion, some concepts such as reading (Compagnon, 2001, 1999; Jouve, 2002), textual genre and textual detective story genre (Albuquerque e Medeiros, 1979; Mandel, 1988; Bakhtin, 2000, 1993; Schneuwly, 2002), referentiation processes (Cavalcante, 2003; Francis, 2003; Koch, 2004, 2002, 1999, 1996 e 1995; Marcuschi, 2000, 1999; Neves, 2000, 1999, 1997), the question-answer-pair (Urbano *et al*, 2002), among others coming from Socio-Interactionism, Textual Linguistics and the Grammar of the Uses of the Portuguese language have been adopted.

**The corpus of this study** is composed of a number of occurrences of lexical items of the Portuguese language in two detective stories, **A Morte no Envelope** by Luiz Lopes Coelho and **Cabeças de Segunda-feira** by Ignácio de Loyola Brandão. For reading this *corpus*, we proposed, based on the theoretical research, **the following strategies: a reading contract, interaction and the collaborative construction of referentiation**, which have been applied to each structuring categories of the textual detective story genre.

**The results** allowed us to confirm our hypothesis and to obtain the proposed objectives, as well as to contribute to reading studies and, therefore, providing perspectives to the teaching of the Portuguese language.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>CAPÍTULO I - Uma Prática Sociointeracional - A Leitura</b>	21
Considerações Iniciais	22
1.1 A Leitura	22
1.2 Os Processos da Leitura	27
1.3 Os Aspectos da Interação entre Leitor / Texto/ Autor	30
Considerações Finais	36
<b>CAPÍTULO II - Rotinas Textuais Sociointeracionais - A Questão do Gênero Textual</b>	37
Considerações Iniciais	38
2.1 A Questão do Gênero nos Estudos Lingüísticos	38
2.2 A Abordagem Clássica	40
2.3 A Abordagem Lingüística e Sociológica da Literatura	42
2.4 A Abordagem da Lingüística Textual	45
2.5 A Abordagem Sociointeracional	49
Considerações Finais	55
<b>CAPÍTULO III - Uma História no Encalço de Outra - O Gênero Textual Policial</b>	56
Considerações Iniciais	57
3.1 O Gênero Textual Policial, vulgo ‘Romance’ Policial	57
3.2 A Origem e as Características Estruturantes do Gênero Policial	59
3.3 O Contexto Histórico-Social do Gênero Policial	62
Considerações Finais	70
<b>CAPÍTULO IV - Ação Sociointeracional - A Linguagem e os Processos de Referenciação Textual</b>	72
Considerações Iniciais	73
4.1 A Linguagem como Ação e os Processos de Referenciação Textual	73
4.1.1 As Principais Estratégias de Referenciação Textual	76
4.1.1.1 As Anáforas com Retomada	78
4.1.1.2 As Anáforas sem Retomada	82
4.1.1.3 As Anáforas Encapsuladoras	84

4.1.1.4 As Formas Nominais Referenciais e Suas Funções	86
4.2. O Par Dialógico P-R e o Processo de Interação Social	88
4.3. A Negação	94
4.4. A Indefinitude e a Condicionalidade	96
Considerações Finais	100
<b>CAPÍTULO V - Mistérios dos Jardins que se Bifurcam - A Leitura de GTP</b>	101
Considerações iniciais	102
5.1. O Contexto Histórico-Social do GTP, à Brasileira	102
5.2. A Proposta de Estratégias para a Leitura do GTP	106
5.3. A Leitura dos Contos <b>A Morte no Envelope</b> , de Luiz Lopes Coelho, e <b>Cabeças de Segunda-feira</b> , de Ignácio de Loyola Brandão	116
5.3.1. As Estratégias do Contrato de Leitura	116
5.3.2 As Estratégias de Interação	118
5.3.2.1 As Estratégias de Interação na Categoria Personagens-chave	118
5.3.2.2 As Estratégias de Interação na Categoria História do Crime e seus Motivos	123
5.3.2.3 As Estratégias de Interação na Categoria Mistério	127
5.3.3 As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação	131
5.3.3.1 As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagens-chave	131
5.3.3.2 As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na História do Crime e de seus Motivos.	146
5.3.3.3 As estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Vítimas na História e no Cenário do(s) Crime(s)	151
Considerações Finais	158
<b>CONCLUSÃO</b>	164
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	171

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I</b>	
As Estratégias de Contrato de Leitura.	113
<b>Quadro II</b>	
As Estratégias de Interação.	114
<b>Quadro III</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação nas Categorias do GTP.	115
<b>Quadro IV</b>	
As Estratégias de Interação na Categoria Personagens-chave.	122
<b>Quadro V</b>	
As Estratégias de Interação na Categoria Crime/Motivo.	126
<b>Quadro VI</b>	
As Estratégias de Interação na Categoria Mistério.	131
<b>Quadro VII</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagens-chave.	135
<b>Quadro VIII</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagem-vítimas.	139
<b>Quadro IX</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagem-assassino.	141

<b>Quadro X</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria. Personagens-suspeito.	143
<b>Quadro XI</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagens-vítimas Pós-crime.	146
<b>Quadro XII</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Crime/ Motivo.	150
<b>Quadro XIII</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Vítima(s) na História e no Cenário do(s) Crime(s) (1).	152
<b>Quadro XIV</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Vítima(s) na História e no Cenário do(s) Crime(s) (2).	154
<b>Quadro XV</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Cenário do Crime.	157
<b>Quadro XVI</b>	
As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação e sua Formalização Lingüístico-textual.	160

## ÍNDICE DOS ANEXOS

<b>ANEXO I - A Morte no Envelope</b> , de Luiz Lopes Coelho	181
<b>ANEXO II - Cabeças de Segunda-feira</b> , de Ignácio de Loyola Brandão	187

## INTRODUÇÃO

*Regem em seu rincão os jogadores/ As peças do xadrez. O tabuleiro /(...)  
Dentro irradiam mágicos rigores/ As formas: torre homérica, ligeiro  
Cavalo, heril rainha, rei postreiro,/ Oblíquo bispo e peões provocadores.  
E quando os jogadores hajam ido,/ E quando o tempo os tenha consumido,  
Por certo não terá cessado o rito./ (...)/ o jogo é infinito.*

J.L.Borges<sup>1</sup>

Na pesquisa acadêmica brasileira, anglófona e francófona, na área da Lingüística do Texto, da Lingüística Aplicada e da Análise do Discurso, muito se tem discutido acerca da leitura e, principalmente, acerca do papel do gênero textual no processo de leitura. Apesar disso, parece-nos ainda ser necessário aprofundar os estudos a respeito da formação de um sujeito-leitor como agente social, histórico-cultural, a partir de estratégias para a leitura de um gênero textual específico.

Nesse sentido, por entendermos que ler é uma habilidade cognitiva, desenvolvida socialmente, ao longo de processos de interação, essa habilidade envolve desde o **compartilhamento** de conhecimentos pessoais, sociais e de mundos possíveis, a **ações colaborativas** que possibilitam a construção da significação, a negociação de sentidos e a (re)construção de categorias estruturantes de um determinado gênero textual<sup>2</sup>, acordados por um contrato de leitura entre leitor e autor.

Esse contrato não leva a compreensões definitivas, de acordo com Marcuschi (1999), mas a um exercício crítico e formativo do ato de ler. Assim, um sujeito que desenvolve essa habilidade estratégica poderá usá-la não só em razão de interesses profissionais, escolares, mas também por motivos outros como resolver dificuldade de

---

<sup>1</sup> In: **Nova antologia pessoal**. Trad. Rolando R. da Silva. Rio de Janeiro: Difel, 1982.

<sup>2</sup> No nosso caso, o gênero textual policial, doravante GTP.

apreensão do real, do sentido da vida, das relações interpessoais, sociais, culturais, e de si como pessoa.

Nesses termos, considerando conceitos como **leitura** (Compagnon, 2001, 1999; Jouve, 2002), **gênero textual e gênero textual policial** (Albuquerque e Medeiros, 1979; Mandel, 1988; Bakhtin, 2000, 1993; Schneuwly, 2002), **processos de referenciação** (Cavalcante, 2003; Francis, 2003; Koch, 2004, 2002, 1999, 1996 e 1995; Marcuschi, 2000, 1999; Neves, 2000, 1999, 1997), **par dialógico Pergunta-Resposta** (Urbano *et al*, 2002) entre outros, provenientes do Sociointeracionismo, da Lingüística Textual e da Gramática dos Usos do Português, perguntamo-nos:

1. Em que consiste a leitura de um gênero textual? E mais – a leitura de um gênero textual específico como o policial?
2. Ao fazer a leitura do gênero textual policial (GTP), por meio de estratégias específicas, um leitor torna-se um agente social, histórico-cultural crítico?
3. As categorias prototípicas do GTP<sup>3</sup> possibilitam a constituição do processo de referenciação, seja por meio da introdução de (novos) referentes textuais, seja por meio de anaforização?
  - 3.1. A escolha de determinados recursos lingüístico-textuais é relevante na composição das expressões referenciais e na construção dos sentidos do texto?
4. A proposição de estratégias específicas para aplicação em estudos de processos de referenciação, de um gênero textual, como o policial, é possível?

**Nossa hipótese** é de que, ao entrar em contato com um gênero textual específico, um leitor insere-se em multiteias de referenciações que nascem e se transformam na linguagem, possibilitando-lhe o exercício da leitura crítica. Supomos que esse sujeito-leitor pratique a leitura de modo crítico, porque **as categorias estruturais**, próprias do gênero textual policial, que contém **duas histórias** (a do crime e a da investigação), podem ajudá-lo a construir tanto **o processo de**

---

<sup>3</sup> Como Crime (de roubo a assassinato = um enigma ou mistério), detetive (investigador[es] + colaborador[es]), criminoso (+ colaboradores), vítima(s), testemunha(s), processo de investigação, coleta/ análise/ concatenação de dados e (re)solução de caso. 15

**referenciação da história da investigação** como também **o processo de referenciação da história do crime.**

Assim, pressupomos que essa peculiaridade do GTP leve à **introdução de referentes textuais** assim como a **processos de referenciação**, por anaforização, na história da investigação, que darão **a base referencial para a história do crime e a possível resolução de um mistério, de um suspense.**

Durante esse processo, **a escolha de determinados recursos lingüístico-textuais** deve ser relevante para a composição das expressões referenciais e para a construção dos sentidos do texto, pois poderão **contribuir para a formação de mundos possíveis**, seja **categorizando, recategorizando**, seja **de-categorizando objetos-de-discurso.**

Essa possibilidade leva-nos a acreditar, portanto, que é possível propor e utilizar estratégias para a leitura de gêneros textuais específicos, em estudos de processos de referenciação, facilitando, assim, as discussões sobre o ensino de leitura.

E, dessa maneira, nesta tese, **nosso objetivo geral** é propor procedimentos de leitura, ou seja, estratégias para a leitura de um gênero específico, que contribuam para a formação de um sujeito-leitor como agente social, histórico-cultural. E, em função desse objetivo geral, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos:**

- a) verificar se as categorias prototípicas do GTP possibilitam a constituição do processo de referenciação, seja por meio da introdução de (novos) referentes textuais, seja por meio de anaforização;
- b) verificar se a escolha de determinados recursos lingüístico-textuais contribui para a composição das expressões referenciais e a construção dos sentidos do texto.

Assim, norteados pelo tema **leitura do gênero textual policial e estratégias do processo de referenciação**, pelas questões de investigação, por nossa hipótese de

pesquisa, passamos a justificar este trabalho, que está inserido na linha de pesquisa – **Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa**, em função de quatro motivos:

a) o primeiro desses motivos é a popularização da leitura do gênero textual policial, no Brasil, nos últimos tempos, e sua inserção, em projetos de leitura e de escrita, nos ensinos fundamental I e II, médio e até superior;

b) o segundo motivo é a existência de trabalhos ainda incipientes destinados a estudar o processo de referenciação em gêneros textuais específicos;<sup>4</sup>

c) o terceiro motivo é necessidade que temos de aprofundar os estudos sobre a constituição de processos de referenciação, em um gênero textual específico, o policial;

d) e o quarto motivo está ligado a uma vivência desta pesquisadora que, na adolescência, viu-se fascinada com “o quebra-cabeça” proposto ao longo da obra infanto-juvenil **O Escaravelho do Diabo**, de Lúcia Machado de Almeida<sup>5</sup>, da série televisiva **Batman e Robin** (baseada nos quadrinhos de Tim Burton) e do desenho animado **Scooby-Doo**. Inseridos no universo do enigma, do mistério policial, tanto a obra, a série de tevê quanto o desenho animado ofereciam suas pistas enfeitadas com besouros e cabelos vermelhos, e suas ‘santas charadas’<sup>6</sup> que pediam resolução, para que os casos pudessem ser resolvidos e as relações sociointeracionais (re)construídas.

---

<sup>4</sup> Consta-nos um grupo de estudos do Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará, que tem investigado temas vinculados à referenciação e à caracterização de gêneros textuais específicos. Em Campinas – SP, na Unicamp, no Instituto de Estudos da Linguagem, há algumas dissertações de mestrado discutindo a referenciação na crônica e em artigos de divulgação científica.

<sup>5</sup> **O Escaravelho do Diabo**, de Lúcia Machado de Almeida, foi publicado na década de 70, do séc. XX, pela Ática, Coleção Vaga-Lume.

<sup>6</sup> Para efeito de esclarecimento, na obra de Lúcia Machado de Almeida, antes de eliminar uma vítima ‘ruiva’, o criminoso lhe enviava uma caixa com alguma espécie de besouro (talvez uma alusão, por parte da autora, a **O Escaravelho de Ouro** de E. A. Poe). Já na série televisiva **Batman e Robin**, a personagem Robin, ao discutir a organização de alguma pista com seu parceiro Batman, costumava proferir essa expressão ‘santa charada’.

Quanto aos procedimentos teórico-analíticos relacionados com nosso objeto de pesquisa, optamos pela estratégia dialógica “pesquisadora conversando com o texto” e pelo método detetivesco, “a busca de recursos lingüístico-textuais”. Assim, os passos da investigação consistiram em:

- a) vivenciar projetos de leitura, em escolas particulares e públicas, envolvendo o GTP.
- b) ler variadas histórias (contos, novelas e romances) de GTP, selecionadas de coleções publicadas recentemente, e assistir a vários filmes, a fim de que um repertório determinado possibilitasse escolher duas histórias para compor o *corpus* de estudo;
- c) desenvolver um estudo cuidadoso acerca do tema deste trabalho, a partir da resenha de uma bibliografia específica;
- d) escrever os capítulos de fundamentação teórica. Sendo que, em um desses capítulos, o quarto, inserimos ocorrências de estratégias de referenciação, selecionadas de algumas das obras lidas<sup>7</sup>, com a finalidade de exemplificar os conceitos adotados que permitiram propor três estratégias de leitura para o GTP, como as **estratégias de: contrato de leitura, de interação e de referenciação**;
- e) selecionar dois contos e, a partir das estratégias propostas, analisá-los, de modo a observar o uso de recursos lingüístico-textuais (recorrentes nas categorias estruturantes do GTP), e, conseqüentemente, a (re)constituição dos processos de referenciação do GTP;
- f) sintetizar a leitura do GTP, orientada por estratégias específicas, em quadros-resumo, de modo a refletir sobre as partes constitutivas do GTP e os recursos lingüístico-textuais (re)ativados, ou introduzidos, durante todo o processo de referenciação;
- e) verificar e discutir o número de ocorrências das estratégias de referenciação e os modos de sua formalização lingüístico-textual. Ao término dessa ação, foram retomadas as perguntas de pesquisa, a hipótese de trabalho, os objetivos, a fim de que a pesquisa pudesse ser concluída.

---

<sup>7</sup> As novelas policiais: **Uma janela em Copacabana**, de Luiz Alfredo Garcia-Roza, e **Vida Progressiva**, de Joaquim Nogueira, mais dois contos (ver notas de rodapé mais a frente).

Quanto à organização do trabalho, dividimo-lo, então, em cinco capítulos, afora esta Introdução, a Conclusão, as Referências Bibliográficas<sup>8</sup> e os Anexos.

No primeiro capítulo, *Uma Prática Sociointeracional - A Leitura*, trazemos conceitos de leitura e aspectos/ elementos relacionados a sua prática, considerando teóricos como Barros (1988), Barthes & Compagnon (1987), Brandão & Micheletti (2001), Eco (1993), Jolibert (1994), Jouve (2002), Koch (2002b) e Possenti (2001). O capítulo começa com *Considerações Iniciais* e, depois, subdivide-se em três partes: *A Leitura; O Processo da Leitura; Os Aspectos da Interação entre Leitura/ Texto/ Autor*; encerrando-se com *Considerações Finais*.

No segundo capítulo, *Rotina Textual Sociointeracional - A Questão do Gênero Textual*, abordamos a teoria dos gêneros textuais/ discursivos, dos filósofos gregos a Bakhtin (2000), Marcuschi (2000), Compagnon (2001) e Schneuwly (2002). O capítulo também começa com *Considerações iniciais* e subdivide-se em cinco partes: *A Questão do Gênero nos Estudos Lingüísticos; A Abordagem Clássica; A Abordagem Lingüística e Sociológica da Literatura; A Abordagem da Lingüística Textual; A Abordagem Sociointeracional*; fechando com *Considerações Finais*.

No terceiro capítulo, *Uma História no Encalço da Outra - O Gênero Textual Policial*, expomos o conceito e os caracteres do romance policial, de acordo com Albuquerque (1979), Todorov (1979), Mandel (1988), Boileau & Narcejac (1991) e Harrowitz (1991). Após as *Considerações Iniciais*, o capítulo subdivide-se em três partes: *O Gênero Textual Policial, vulgo 'Romance' Policial; A Origem e as Características Estruturantes do Gênero Policial; O Contexto Histórico-social do Gênero Policial*; encerrando-se com *Considerações Finais*.

No quarto capítulo, *Ação Sociointeracional - A Linguagem e os Processos de Referenciação Textual*, tratamos da complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida no discurso, do processo de referenciação, da unidade dialógica mínima Pergunta-Resposta (P-R) e dos conceitos de negação, indefinidade e condicionalidade. O capítulo também contém *Considerações Iniciais* e está

---

<sup>8</sup> Nas referências bibliográficas, apresentaremos tanto as obras citadas no corpo deste texto como as somente consultadas.

subdividido em quatro partes: *A Linguagem como Ação e os Processos de Referenciação Textual; o Par Dialógico P-R e o Processo de Interação Social; a Negação; a Indefinitude e a Condicionalidade;* terminando com *Considerações Finais*.

No quinto capítulo, *Mistérios dos Jardins que se Bifurcam - A Leitura de GTP*, propomos estratégias para a leitura do GTP, em função dos conceitos apresentados nos capítulos anteriores, organizamos a leitura dos trechos selecionados do GTP, a fim de podermos aplicar as estratégias propostas por nós, e fazemos comentários acerca de seu uso. Este capítulo apresenta *Considerações Iniciais* e três subdivisões (uma seccionada): *Contexto histórico-social do GTP, à Brasileira; A Proposta de Estratégias para a Leitura do GTP; A Leitura dos Contos A Morte no Envelope, de Luiz Lopes Coelho, e Cabeças de Segunda-feira, de Ignácio de Loyola Brandão; As Estratégias do Contrato de Leitura; As Estratégias de Interação; As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação;* terminando com *Considerações Finais*.

Por último, tecemos a *Conclusão*, na qual retomamos as perguntas de pesquisa, apresentamos reflexões acerca desta investigação e apresentamos perspectivas para trabalhos futuros. Depois, listamos as Referências Bibliográficas e apresentamos, nos Anexos, os contos integralmente.

## CAPÍTULO I – Uma Prática Sociointeracional

### - A Leitura

Em todas as sociedades letradas, aprender a ler tem algo de iniciação, de passagem ritualizada para fora de um estado de dependência e comunicação rudimentar. A criança, aprendendo a ler, é admitida na memória comunal por meio de livros, familiarizando-se assim com um passado comum que ela renova, em maior ou menor grau, a cada leitura. (MANGUEL, A.)<sup>9</sup>

Você não pode embarcar de novo na vida, a viagem de carro única, mas, se tem um livro na mão (...) ao terminá-lo, você pode, se quiser, voltar ao começo, ler de novo, e assim compreender aquilo que é difícil, assim compreendendo também a vida. (PAMUK, O.)<sup>10</sup>

Anotar as impressões que temos de *Hamlet* à medida que o lemos, ano após ano, seria praticamente registrar nossa autobiografia, pois, quanto mais sabemos da vida, mais Shakespeare faz comentários sobre o que sabemos. (WOOLF, V.)<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> *In: Uma história da leitura.* Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.89.

<sup>10</sup> *The white castle.* Trad. V. Holbrook. Manchester: s.e., 1990.

<sup>11</sup> *In: Charlotte Brontë, em The essays of Virginia Woolf, vol.2: 1912-1918.* Londres: Andrew McNeillie, 1987.

## Considerações Iniciais

Neste capítulo, para melhor situar nossa pesquisa, apresentaremos alguns conceitos de leitura, processos subjacentes à leitura e aspectos da interação entre leitor/texto/ autor, considerando dados da Lingüística Textual e do Sociointeracionismo, pois essas abordagens contribuirão para a fundamentação teórica deste trabalho e também para a elaboração de estratégias para a leitura do de um gênero específico, o policial.

### 1.1 A Leitura.

Sempre ouvimos dizer que a leitura é uma prática social, um modo cultural de uso do letramento<sup>12</sup>, que permite ao sujeito, que dela usufrui, a escolha de diferentes gêneros textuais para uso em situações de interação comunicativa, em função de propósitos e interesses particulares.

Nesse sentido, temos observado, em nossa vivência profissional, que, no espaço escolar, especificamente, no ensino fundamental I e II, vários projetos didáticos têm contemplado a leitura de diferentes gêneros textuais, e que, no espaço acadêmico, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas com o objetivo de firmar um quadro teórico acerca do que vêm a ser gêneros textuais.

Em função desta demanda, perguntamo-nos em que consiste a leitura de um gênero textual? E mais – a leitura de um gênero textual específico como o policial?

Segundo Darnton (1990:159), *a leitura é (...) uma maneira de fazer sentido, que deve variar de cultura para cultura*. Desse modo, não dá para explicar todas as suas variações, mas sim para discuti-la em uma cultura particular.

---

<sup>12</sup> Entendemos letramento, de acordo com Soares (2001), como a habilidade de compreender, interpretar e extrair informações de material escrito, de modo competente e com frequência, independente de alfabetização.

Sendo assim, podemos entender que a leitura possibilita a (re)significação do mundo, das coisas do mundo e, a partir desse processo, de suas representações, de idéias, de sentimentos e emoções. No entanto, de acordo com Bronckart (1999), é importante salientar que essa (re)significação não pode ser destituída das condições histórico-sociais nas quais o sujeito-leitor está inserido. É necessário observá-las, pois levam aquele que lê a uma determinada interpretação do objeto com o qual interage. Além disso, as condições histórico-sociais permitem a tal sujeito entender as propriedades que perfazem a situação comunicativa, bem como outras propriedades que transformam as pessoas em seres conscientes de sua identidade e capazes de construir, racionalmente, o universo, em parceria com o outro<sup>13</sup>.

A idéia de parceria com o outro é relevante para a noção de leitura. De acordo com Jouve (2002), a leitura como um processo interativo entre texto e leitor possibilita a este ‘completar’ os ‘vazios’ daquele, a partir de quatro esferas: a da verossimilhança, em que, por exemplo, o leitor imagina os traços verossímeis das personagens; a da seqüência das ações, em que é respeitada a lógica das ações, ou seja, a partir de um dos períodos, adivinha-se o restante; a da lógica simbólica, em que são usados processos metafóricos e metonímicos; a da significação geral da obra, em que há intervenções explícitas do narrador mais os indícios que levam à construção global dos sentidos do texto.

Ao lado dessas esferas, há duas dimensões que norteiam o processo de leitura: uma programada pelo produtor do texto e uma que depende do leitor. A primeira pressupõe um contrato de leitura que:

- define um modo de leitura a ser desenvolvido com base no gênero textual e na instituição literária (e acrescentaríamos social) que este ocupa;

- leva o leitor ao *incipit* (aspecto implícito que indica o tipo de narrativa, o modo de lê-la e seu conteúdo possível) e ao peritexto (prefácios, introdução, notas, etc) que orientam essa leitura;

---

<sup>13</sup> Convém esclarecer que, subjacente a essas idéias, há a de que o ser humano, para se comunicar verbalmente, precisa de um texto que realize um gênero textual, ou seja, um construto lingüístico-textual, devidamente contextualizado e de caráter rotineiro. Assim, diante de tal pressuposto, adotamos uma concepção de língua/linguagem como atividade social, histórica e cognitiva, de caráter funcional, interacional, logo *como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada*, de acordo com Koch (1995:9).

- apresenta os pontos de ancoragem que ajudarão a estabelecer relações entre as unidades do texto (relações de semelhança, de oposição e de concatenação);
- obriga o leitor a assumir posições textuais para preencher espaços vazios;
- ajuda o leitor a reconhecer as continuidades semânticas que tornam o texto lido uma isotopia.

Essa primeira dimensão que pressupõe um contrato de leitura entre parceiros durante o processo de leitura é-nos uma noção importante porque possibilita prever uma das estratégias para a leitura do GTP: a de um contrato de leitura, estabelecido em função das categorias próprias do gênero textual, que guia o olhar do leitor de um modo diferenciado.

Quanto à segunda dimensão, em que a leitura depende do leitor, Jouve (2002) expõe os reflexos esperados desse sujeito que são a antecipação e a simplificação ao lado de seu desempenho e competência.

Como um dos princípios essenciais da troca lingüística é o reconhecimento da intenção comunicativa, esse princípio leva o leitor ao ato de antecipar e simplificar o conteúdo do texto. Ao antecipar, o leitor busca prever o que vai ler e isso pode despertar seu interesse ou não. Além do mais, entendemos que esse trabalho de previsão é relevante, durante o processo de leitura, porque leva o leitor a (re)questionar suas interpretações, suas expectativas em relação ao lido e a se repensar como sujeito, um dos efeitos da leitura.

Acerca do desempenho, o pesquisador expõe que o leitor atualiza vários níveis textuais que estão relacionados à explicitação semântica, à condensação de macroproposições que leva à intriga, aos papéis dos atores textuais e aos aspectos ideológicos, às valorizações depreendidas ou às pressupostas nos papéis. Para atualizar os níveis, o leitor precisa ser competente, ou seja, possuir um sistema de conhecimentos (socioculturais, lingüístico-textual e episódico)<sup>14</sup> que contribua para o

---

<sup>14</sup> De acordo com Koch (1996), o sistema de conhecimentos divide-se em procedural, lingüístico, textual, de mundo e interacional. O conhecimento *procedural* consiste em um conjunto de saberes, de rotinas pelo qual os sistemas de conhecimentos são atualizados ao longo do processamento textual. O *lingüístico* está vinculado com a competência lingüística (conhecimentos gramaticais, lexicais e os de como usar a língua). O *textual* está relacionado com as estruturas textuais que podem ser diferenciadas entre si por categorias adquiridas e

processamento adequado de informações e sua interpretabilidade em dada situação de comunicação interacional.

Assim, seja por meio de um suposto contrato de leitura, seja por meio de uma retomada de expectativas, cabe ao leitor ter a competência e, portanto, um desempenho determinado, para que um sistema de conhecimentos possa ser (re)ativado, em função de um contexto social, histórico-cultural, permitindo-lhe configurar e concretizar as categorias de um dado gênero textual e, conseqüentemente, concretizar sua leitura, de modo adequado, colaborativo.

Para Brandão; Micheletti (2001), a leitura está relacionada a um processo de compreensão, de intelecção de mundo e envolve uma capacidade simbólica e de interação com o outro por meio da palavra. Essa palavra tem caráter flexível em função do contexto, que é entendido como uma situação imediata ou uma situação histórico-social de produção. Nesse sentido, a recepção de um texto não se dá passivamente, porque pressupõe o outro, seja ele virtual, seja real. Assim, as autoras postulam que o texto é uma potencialidade que espera por atualização, a qual só ocorre por meio do ato de leitura. Daí a idéia de que a leitura faz parte de um processo ativo assim como seu leitor.

Para Goulemot (2001:108), a leitura é sempre uma produção de sentido, um jogo de conotações, no qual se constitui somente um sentido pontual dessa polissemia. Para se discutir a leitura, afirma que é preciso se ater ao leitor e à situação de leitura que estão fora-do-texto. E é nesse fora-do-texto que *o sentido se constitui por uma leitura historicamente datada, empregada por um indivíduo que tem um destino singular...*

Em função dessa relação com o texto, o leitor pode ser definido por uma história e uma biblioteca, esta entendida como 'leituras anteriores'. Quanto ao aspecto histórico, o autor expõe que o fora-do-texto envolve uma história coletiva e uma

---

armazenadas na memória, em função de atividades de leitura, de escrita e de conversação. O *de mundo* está atrelado a experiências pessoais e socioculturais armazenadas na memória. O *interacional* é composto pelas ações verbais tomadas ao longo de uma interação comunicativa. 25

pessoal; sendo esta última vista sob dois ângulos: o que nos liga ao contemporâneo e aquele que anuncia características próprias do leitor já inscritas em modelos genéricos. Sob o aspecto coletivo, expõe que o público se reconhece na obra e isso mostra que é o cultural que ordena aquilo que pertence ao singular.

Já sobre o aspecto ‘biblioteca’, Goulemot (2001:113) afirma que *qualquer leitura é uma leitura comparativa, contato do livro com outros livros*. Assim, há dialogismo e intertextualidade na prática da própria leitura. *Ler é ...fazer emergir a biblioteca vivida... a memória de leituras anteriores e de dados culturais... O gênero do livro, o lugar da edição, as críticas, o saber erudito, colocam-nos em posição valorizada de escuta, em estado de recepção*.

Segundo Fernández (2001) e Machado (1995), a noção de intertextualidade e de dialogismo surgiu, no seio da lingüística textual e das teorias do texto, na década de 60, da leitura de Júlia Kristeva do trabalho de M. Bahktin. A intertextualidade, critério de textualidade, pode ser entendida como uma característica do texto que possibilita o cruzamento e a ordenação de enunciados provenientes de diferentes discursos ao passo que o dialogismo, como um fenômeno que se articula a partir da representação e do confronto de diferentes vozes, estilos, épocas e grupos sociais<sup>15</sup>.

Nesse sentido, considerando que o ato de ler faz emergir a memória de leituras anteriores, nossa história coletiva e pessoal, bem como todo o processo que o permeia, é preciso entender como se dá efetivamente o processamento de leitura. É disso que trataremos na próxima seção.

---

<sup>15</sup> Koch (2002b), ao discutir intertextualidade, afirma que é um critério de textualidade responsável pela construção dos sentidos no texto e pode ser entendida em sentido restrito ou amplo. Em sentido restrito, ocorre quando há a relação de um texto com outros já existentes. Ela pode ser: - *de conteúdo*. Há textos literários de uma mesma escola literária ou de um mesmo gênero; - *de forma/ conteúdo*. Há a imitação de estilos e de registros; - *explícita*, desde que se cite a fonte do intertexto (resumo, resenha, traduções, etc) ou *implícita*, caso não haja citação expressa. Nesta situação, cabe ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido. Como exemplos, temos as alusões, a paródia entre outros; - *por semelhanças*. Há valor de captação, pois se incorpora um outro texto, a fim de seguir-lhe a orientação argumentativa (argumentação por autoridade); - *por diferenças*. Há o valor de subversão. Incorpora-se o texto para ridicularizá-lo, ou criticá-lo, ou então para ressaltar seu valor contestador. Exemplos: argumentação por concessão, paródia, etc; - *por intertexto alheio* mais *intertexto próprio* ou ainda com *intertexto genérico*. Já a intertextualidade em sentido amplo, conforme Paulino; Walty; Cury (1995), envolve todos os objetos e processos culturais tomados como texto. De modo geral, esse critério de textualidade é um fator relevante na construção da coerência textual.

## 1.2 Os Processos da Leitura

A leitura é uma atividade com várias facetas, mas também, uma comunicação diferida que possibilita tanto a leitura inocente como a crítica.

Como uma comunicação diferida, adiada entre autor e leitor, o leitor precisa (re)criar/ (re)ativar seu próprio sistema de referência, a partir da estrutura do texto. Ao fazê-lo, o contexto necessário à compreensão pode ser reconstruído e a leitura efetivada. Durante tal processo, é permitido ao leitor ver além do texto escrito, possibilitando, destarte, uma expansão de seu horizonte de expectativa; logo, uma pluralidade de interpretação, que não está limitada ao contexto original.

Como uma atividade com várias facetas, Jouve (2002:18) pressupõe que a leitura seja um processo, contendo cinco dimensões: o aspecto neurofisiológico, o cognitivo, o afetivo, o argumentativo e o simbólico. A primeira dimensão atrela-se ao seu aspecto neurofisiológico, no qual o ato de ler é entendido como um ato concreto, observável. É uma operação “visual” que envolve percepção, identificação e memorização de pacotes de signos bem estruturados que possibilitam a legibilidade textual. Logo, *a leitura e seu aspecto físico é uma atividade de antecipação, de estruturação e de interpretação.*

A segunda dimensão da leitura como processo está relacionada a seu aspecto cognitivo, que implica o entendimento do conjunto de signos, ou seja, é o momento da conversão dos signos em elementos de significação, em função de um universo não só cognitivo, mas também social e histórico-cultural. Para que essa conversão se dê de modo adequado, o leitor deve ter um conhecimento mínimo da língua, de sua cultura e das categorias rotineiras dos gêneros textuais para que a leitura possa prosseguir.

A terceira dimensão é o processo afetivo. A leitura provoca no leitor, ora admiração, ora raiva, ora risos, enfim, diferentes emoções. Isso se dá porque o leitor se identifica tanto com as personagens quanto com a temática abordada. Assim, Jouve afirma que o engajamento afetivo é um componente essencial da leitura.

Como um texto é sempre analisável e pressupõe uma intenção ilocutória que almeja alterar o comportamento de um destinatário determinado, o caráter argumentativo é a quarta dimensão a ser considerada. Afinal, o leitor é sempre interpelado a assumir (ou não) para si próprio a argumentação desenvolvida.

A última dimensão refere-se ao processo simbólico no qual o sentido abstraído ao longo da leitura se instala no contexto cultural e interfere nos modelos do imaginário coletivo.

Para Kleiman (1993)<sup>16</sup>, sob o ponto de vista cognitivo, ao lermos, passamos por um processamento cognitivo, do qual não temos controle, que pode ser traduzido da seguinte forma: - o material escrito (letras, sílabas, palavras, frases – proposições com significado) é percebido e organizado em unidades sintáticas, de acordo com as regras gramaticais, em blocos de até sete unidades. Durante esse processamento, os olhos vão para frente (movimento progressivo) e para trás (movimento regressivo), e não de modo linear<sup>17</sup>, levando o sujeito-leitor a inferir, (re)formular ou adivinhar os sentidos do texto.

Kleiman lembra que, ao longo desse processo, conhecimentos prévios são ativados na memória, a fim de que os sentidos do texto sejam negociados e (re)construídos, de modo adequado. Somando-se a esse aspecto cognitivo, a autora acrescenta um outro aspecto, responsável pelo estabelecimento de objetivos e de formulação de hipóteses de leitura, denominado de metacognitivo, que pressupõe reflexão e controle consciente sobre os próprios procedimentos durante a leitura.

No Modelo Cognitivo de Processamento de Discurso, a base e a abordagem desenvolvidas por Van Dijk (1983, 1990, 1992 e 1994) é, respectivamente, processual e estratégica. Essa visão pressupõe uma hierarquização de sentidos alicerçada por conhecimentos lingüísticos, textuais, de mundo e de interação, responsáveis pela

---

<sup>16</sup> Para Kleiman, sob o ponto de vista cognitivo, a leitura é entendida não só como um jogo de adivinhações, mas também como um ato social entre dois sujeitos que interagem entre si, considerando necessidades sociais e propósitos específicos.

<sup>17</sup> No meio acadêmico, para a nomeação desse movimento de olhos, que não se dá de modo linear, mas literalmente “aos saltos”, tem sido usada a palavra “sacádico(a)”. Esse termo ainda não tem um registro oficial em nossa língua. Vale esclarecer que alguns estudiosos têm optado pelo uso da expressão “golpes de vista” ao invés de “sacádico”.

construção da coerência local, dada por microproposições, e da global, por macroproposições.

Van Dijk (1992:16:19) apresenta os pressupostos básicos de sua teoria, entendidos como componentes, que são de ordem cognitiva e contextual. Sobre os pressupostos cognitivos<sup>18</sup>, afirma que *estão relacionados ao processamento de discurso; que, por meio deles, é possível construir uma representação mental na memória, usando informações externas e internas com o objetivo de interpretar o discurso*. Já sobre os pressupostos contextuais<sup>19</sup>, que ajudam a *construir a compreensão a partir do ato de fala, das interações comunicativas e de toda a situação... [são] parte de um processo interacional no qual o ouvinte ativamente interpreta as ações do locutor*.

Tomando esses pressupostos, Van Dijk (1992:23) comenta que são aplicados via estratégias específicas, dadas pelo contexto sociocognitivo, e por meio da ativação dos sistemas de conhecimentos. [Estas] *estratégias são como hipóteses operacionais eficazes sobre a estrutura e o significado corretos de um fragmento de texto ou de todo um texto que podem ser desconfirmados em processamentos subseqüentes*.

Já Marcuschi (1999:96:98) postula que a leitura *trata-se de um ato de interação comunicativa que se desenvolve entre o leitor e o autor, com base no texto, não se podendo prever com segurança os resultados*. Durante o *input textual*, o leitor ativa um conjunto de conhecimentos armazenados na memória que *funciona como hipóteses de trabalho*.

---

<sup>18</sup> Os pressupostos cognitivos subdividem-se em: - Pressuposto Construtivista: - É a construção de uma representação na memória com base em informações visuais e lingüísticas; Pressuposto Interpretativo: - É a interpretação dos acontecimentos e do enunciado. É a construção dos significados; Pressuposto on-line de processamento de discurso: - É a compreensão dando-se simultaneamente ao processamento de informações (de forma gradual); Pressupostos de Conjetura Pressuposicional: - É o processamento e interpretação de informações exteriores versus a ativação e uso de informações internas e cognitivas (conhecimentos prévios/ partilhados).

<sup>19</sup> Os pressupostos contextuais são: - Pressuposto da funcionalidade (de caráter social): - Têm-se a representação mental versus a representação do contexto social; Pressuposto Pragmático: - Diz respeito às intenções inerentes ao discurso; Pressuposto Interacionista: - Está relacionado a propósitos/ motivações/ objetivos do locutor versus os do ouvinte; Pressuposto situacional: - Está vinculado ao local ou ao contexto no qual um processo comunicativo se dá. É preciso considerar a função, o papel e a convenção de valores e atitudes, ao longo de uma interação determinada.

São esses conhecimentos hipotéticos, de caráter individual, que levam diferentes pessoas a terem compreensões diversas sobre um mesmo texto. Ao discutir tal aspecto, o lingüista introduz o conceito de contexto cognitivo, entendido como horizonte sociopsíquico-cultural do indivíduo, que interfere no processamento cognitivo do texto e na sua compreensão, gerando as diferentes leituras de um texto.

Como a imprevisibilidade é a condição, o diferencial para uma relação interativa entre parceiros, há que se pensar os aspectos da interação entre leitor, texto, autor. Esse é o assunto da próxima seção.

### 1.3 Os Aspectos da Interação entre Leitor / Texto/ Autor.

A interação entre leitor/ texto/ autor costuma se dar em função de um dado contexto sócio-histórico e cultural. É preciso que as partes envolvidas na situação de comunicação tenham algo em comum, no entanto, nem sempre é assim. Pode ocorrer de um dos interlocutores não ter determinados conhecimentos ou até não ter a devida competência para (re)construir os sentidos do texto (oral ou escrito).

Nesse sentido, considerando as idéias de Iser (1999), é necessário pensar sobre a noção de que as relações interpessoais são reações recíprocas guiadas por imagens (às vezes, falsas), que cada parceiro faz do outro para si mesmo. Assim, um sujeito-leitor pode pensar sobre a imagem que o outro faz dele e pode trabalhar com o que não lhe é dado, com o *nada*.<sup>20</sup>

De acordo com Iser (1999:101-02), a *interação diádica ganha vida apenas pelo fato de sermos incapazes de experimentar a experiência do outro, incapacidade essa que nos impulsiona a agir (...). [Essa interação] produz a negatividade da experiência (...). Isso nos estimula a fechar a lacuna na experiência através da interpretação.* (O grifo é nosso)

Assim, os modelos de interação surgem da contingência, ou seja, de relações

---

<sup>20</sup> Nada = vazio = implícitos, pressupostos, subentendidos a serem preenchidos pelo leitor.

interativas determinadas, e não de uma situação comum e das convenções. Essas convenções só regulam o preenchimento de lacunas. Iser (1999) afirma que a interação fracassa se no vazio<sup>21</sup> forem alocadas só projeções. É necessário mobilizar **não só projeções**, mas também **representações**, pois, se houver modificações nas representações, a interação será um sucesso.

O que é esse **vazio**?

Para o teórico da recepção, são os **espaços onde o leitor pode pôr suas projeções e representações**. Neles, ele é levado, dinamicamente, a imaginar o não-dito. Como esses espaços só podem ser ocupados por um outro, quando isso ocorre, tem início a atividade de constituição do leitor. São esses lugares “vazios” que regulam a formação de representação do leitor e que lhe dão as coordenadas para administrar a perspectivas de apresentação da obra.

Assim, acordando com Iser (1999:106), *o processo de comunicação se põe em movimento e se regula não por causa de um código, mas mediante a dialética de mostrar e de ocultar. O não-dito estimula [o leitor] a atos de constituição, mas ao mesmo tempo essa produtividade é controlada pelo dito e este por sua vez deve se modificar quando por fim vem à luz aquilo a que se referia.*

Próximos dessa abordagem, Eco (1993) e Barros (1988) também discutem o papel do leitor. Eles partem da noção de texto como uma entidade inacabada que deve ser atualizado pelo leitor, que é seu destinatário. Para tanto, o leitor precisa ativar sua competência comunicacional<sup>22</sup>, a fim de que, a partir da manifestação lingüística explícita, inscrita no papel ou em outro suporte, relações sintáticas, semânticas, contextuais, interacionais dentre outras possam ser efetivadas para a (re)construção da referenciação textual.

Afora isso, há os elementos não-ditos (pressupostos e subentendidos), de caráter complexo, não-manifestados na superfície do texto, que requerem “movimentos

---

<sup>21</sup> Ver nota 20.

<sup>22</sup> Segundo Neves (1997), o conceito de competência comunicativa está relacionado com a capacidade pela qual os indivíduos não apenas codificam e decodificam expressões, mas também usam e interpretam-nas de uma maneira intencionalmente satisfatória. 31

cooperativos ativos” e conscientes do leitor para serem atualizados. Esses movimentos pedem a ativação dos conhecimentos de mundo/ enciclopédicos, de modo que inferências possam ser realizadas e, conseqüentemente, os espaços “em branco” preenchidos.

Apesar da responsabilidade atribuída ao leitor, Eco (1993:56:57) afirma que o leitor não tem o mesmo papel que o autor/o enunciador<sup>23</sup>, pois *para entender uma mensagem verbal é necessário, para além da competência lingüística, uma competência circunstancial diversificada, uma capacidade de pôr em funcionamento certos pressupostos...* E, portanto, a cooperação do leitor/enunciatário é uma condição própria para a atualização do texto, pois *gerar um texto significa atuar segundo uma estratégia que inclui as previsões dos movimentos do outro* e de possíveis eventos casuais.

Ao organizar essa estratégia textual, o autor/enunciador o faz de modo a prever um leitor/enunciatário que tenha um movimento interpretativo semelhante ao seu movimento que o gerou<sup>24</sup>. Nestes termos, o enunciador tem por fim imputar ao enunciatário os valores do discurso que ele promove, ou seja, fazê-lo crer no que é dado ou pressuposto ou subentendido, de modo a transformá-lo em um co-enunciador do texto.

Para que tudo ocorra dentro do previsto, conforme Barros (1988:100), o enunciador escolhe um pressuposto (ou vários) e tece seu discurso, sem oferecer ao seu enunciatário a chance de troca. *A conservação [do pressuposto] é uma das leis definidoras do discurso* que ajuda a manter a coerência e a progressão temática daquilo que é posto. Assim, tal recurso pode ser entendido como um ato de fala entre o enunciador e o enunciatário, inscrito no texto. Desse ato de fala, decorre um contrato de confiança<sup>25</sup> que estipula e estabelece parâmetros de como o enunciatário deve interpretar a verdade do discurso. Portanto, ao aceitar o contrato, o enunciatário/ leitor deverá assumir as regras do jogo e escolher um papel, “uma máscara”, durante seu

---

<sup>23</sup> Entendo que autor/ leitor e enunciador/ enunciatário são papéis que não se confundem. O autor e o leitor são responsáveis, respectivamente, pela produção textual e pela (re)construção dos sentidos do texto ao passo que o enunciador e o enunciatário “são desdobramentos do sujeito da enunciação que cumprem os papéis de actanciais de destinador e de destinatário do objeto-discurso”. (Barros, 1988:92)

<sup>24</sup> O movimento interpretativo e o generativo podem ser plasmados a partir de esquemas narrativos que os convertem em discurso com o objetivo de comunicar /contar / mostrar algo a alguém. 32

<sup>25</sup> Barros (1988) denomina-o de contrato de veridicção ou fiduciário.

fazer interpretativo. Ao escolher sua “máscara”, o leitor experimenta a leitura de diferentes formas e, dessa experiência, decorrem marcas que sinalizam e firmam novos horizontes de expectativas.

Já Brandão; Micheletti (2001) afirmam que o leitor se institui no texto em duas instâncias: no nível pragmático e no nível lingüístico-semântico. No primeiro nível, o autor, ao produzir o texto, institui estratégias que possibilitam uma comunicação coerente com um destinatário virtual e também com aquele que é oferecido pelo interdiscurso<sup>26</sup>. No segundo, a partir de pistas lingüístico-semânticas e outros recursos textuais, o leitor reconstrói a base textual, ativa seus conhecimentos prévios e variadas estratégias, a fim de gerar os sentidos do texto.

Jouve (2002), com base no estatuto da recepção da comunicação literária, afirma que, para discutir o papel do leitor, é preciso deduzir do texto escrito, de um lado, o autor (instância produtiva na origem do texto), o narrador (instância textual que conta a história e assume a enunciação) e, do outro, o leitor abstrato (figura postulada pelo narrador, nomeada como narratário) e o leitor real (um ser de carne e osso que, literalmente, segura a obra). Como o autor e o narrador não se confundem com o leitor real e o narratário (leitor abstrato), Jouve apresenta as máscaras do leitor:

- na realidade histórica individual, há o indivíduo concreto com seus valores e seus conhecimentos sócio-culturais;
- na realidade histórica coletiva, há o leitor membro de um público reconhecido ou do qual participa;
- na realidade virtual, há o leitor que é figura virtual construída pelo texto, definida pelo gênero e pela enunciação particular da obra.

Essas máscaras se imbricam, porém o leitor, como figura virtual, na verdade abstrata, gera polêmica. Isso ocorre porque o leitor pode confundir uma personagem da história, que pode exercer o papel de um leitor, com a figura abstrata do destinatário-

---

<sup>26</sup> Ao mencionar a interdiscursividade, as autoras estão considerando a noção de dialogia proposta por M. Bahktin, em que um texto dialoga com outros textos. Logo, dialoga também com seus autores e leitores virtuais.

leitor 'real'. Para evitar essa confusão, valendo-se de conceitos da narratologia, Jouve os distingue, respectivamente, como narratário intradiegético e narratário extradiegético. Este é o leitor implícito, suposto pelo narrador como o destinatário do texto. Aquele, uma personagem que desempenha o papel de leitor na história.

De modo geral, de acordo com o estudioso, esses conceitos levam vários teóricos a postularem tipos de leitor. Assim, têm-se o leitor implícito, o leitor abstrato e o leitor modelo. O leitor implícito remete a um conjunto de orientações internas do texto que possibilita a reconstrução dos sentidos do texto para todos. No entanto, a relação com tais sentidos gerará uma parte subjetiva na recepção. Quanto ao leitor abstrato, apresenta-o como a imagem do destinatário, do receptor ideal. Já o leitor modelo faz parte das condições de sucesso (ou não) que devem ser satisfeitas para que o conteúdo da obra possa ser atualizado.

Jouve (2002:46) afirma que quer sejam implícitos, abstratos, quer sejam modelos, esses leitores formam um princípio: *a inscrição objetiva do destinatário no próprio corpo do texto*. Sendo um princípio inscrito no texto, é preciso identificá-lo, descrevê-lo como narratário, mas também é necessário ver como o leitor real/carnal reage ao papel que lhe é atribuído/imposto.

Nesse sentido, a experiência da leitura se dá a partir de uma consciência libertada por uma experiência de sobreposição de espaços, em que o mundo real dá lugar ao mundo da ficção. Durante esse processo, o leitor interioriza o outro e, assim, há um processo de alteridade que o leva tanto ao estado de contemplação quanto ao de participação. *A interiorização do outro durante a leitura é desestabilizante, porque o leitor vê mudar as marcas de sua identidade*<sup>27</sup>. Assim, durante a leitura, há dois tipos de atividades lúdicas: - uma é o *playing* (jogo de representações ou de simulacro) e o outro é o *game* (jogo de tipo reflexivo).

Isso acontece porque o leitor, ao sobrepor os espaços vazios do texto, usa suas representações e, portanto, implica-se nele. Porém, quando essas são invalidadas, ele se vê obrigado a se distanciar e, ao fazê-lo, acaba se auto-observando durante o ato de leitura. É essa oscilação entre implicar-se e auto-observar-se que torna a leitura um acontecimento vivido.

---

<sup>27</sup> Ibid, p.109.

Essa vivência ainda está relacionada a uma viagem no tempo. Para Jouve (2002:117), o estado de leitura se assemelha ao do sono. Nesse estado, o leitor deixa vir à tona suas excitações psíquicas e assim suas crenças primeiras (infantis) subentendem as do adulto, pois *ler ... é [como] reencontrar as crenças ... as sensações da infância*, ou seja, *por meio [da leitura], o texto remete cada um à sua história íntima*. É uma volta do passado afetivo que suscita identificações e lembranças-telas.

Afora o reencontro das crenças e/ou das sensações da infância, a leitura possibilita a vivência da subjetividade, a experiência do resgate da integridade e do senso de individualidade das pessoas. Nela, por meio de interação com as situações vividas pelas personagens, situações essas que nem sempre podem ser experimentadas na vida real, os leitores identificam-se com as personagens de forma mais íntima e emancipatória.

Segundo Carvalho (2004:101), *[essa] forma de interação literária constitui-se na 'experiência estética', resultado de um processo comunicativo do sujeito com a arte, implicando o prazer de viver pela obra de arte uma realidade que não é a dele*. Assim, a leitura é uma verdadeira celebração da vida, em que o suave limite entre ficção e realidade se confunde, estabelecendo novos universos.

Porém, a leitura de uma obra não leva só a uma leitura envolvida e vertiginosa, leva também a um tempo de decantação, em que enredo, linguagem e personagens são depositados no leitor e passam a fazer parte da vida dele.

Conforme Lajolo (2004:14:30:33), esses elementos

vêm à tona meio sem aviso, aos pedaços, evocados não se sabe bem por quais articulações... Vida e literatura enredam-se em bons e em maus momentos, e os romances [lidos] passam a fazer parte da vida, [expressando o leitor] em várias situações.

Lendo, o leitor esquece da sua vida e envolve-se na vida das personagens que participam da história. Em alguns romances, o leitor se enfronta em cenários e ações diferentes de seu cotidiano. Em outros – quando ações, cenários e personagens são os de seu cotidiano -, o leitor vive o que já conhece, mas de um outro ponto de vista. Por isso o romance diverte. E também por isso educa. Educa no varejo e no atacado, nos sentidos menores e maiores da palavra educação. (...)

O romance ensina, por exemplo, como é estar apaixonada ou como se desapaixonar. Como fugir de casa numa canoa, como perseguir hipopótamos na África ou como lutar uma batalha heróica. Ensina por faz-de-conta. Mas não ensina apenas coisas do coração e de aventuras,

Mas, também, as mazelas da escravidão no Brasil, a luta entre censura e liberdade de expressão, etc. E, ao ensinar por faz-de-conta, levar à reflexão ou dar-nos prazer, a leitura objetiva nos preparar para uma transformação, sendo a transformação final de caráter universal.

## **Considerações Finais**

Acordando com as teorias revisitadas, pensamos que a leitura de textos, em uma sociedade letrada, é uma prática pessoal, mas também social, marcada por momentos históricos, que exige, concomitantemente, processamento cognitivo de seqüências textuais, ativação dos sistemas de conhecimentos adquiridos, estabelecimento de objetivos/ propósitos, bem como a recuperação de categorias rotineiras de gêneros textuais provenientes de determinadas formações discursivas, ao lado de atitudes cooperativas, negociáveis e colaborativas entre autor *versus* leitor.

Assim, para discutirmos **leitura do gênero textual policial e estratégias do processo de referenciação**, é necessário considerar que, em algum tempo, todo texto escolhe seu leitor e que todo leitor acaba por escolher para si uma parte do universo proposto ao longo desse texto, quando não o universo todo. E, ainda, se acontecer desse mesmo texto escolher o mesmo leitor por mais de uma vez, este poderá até escolher a mesma parte ou o mesmo todo.

No entanto, nem o texto será o mesmo, nem o leitor e muito menos a parte ou o todo. As possibilidades de escolha tanto de um lado quanto do outro são diversas e podem ocorrer em momentos que nunca são os mesmos. Há intenções, crenças e interesses que se transformam, acomodam-se e são assimilados, estrategicamente, em função da formação que - aquele que lê - quer dar a si como sujeito social, histórico e cultural.

## Capítulo II – Rotina Textual Sociointeracional

### - A Questão do Gênero Textual

Miña Pátrias:

Eu son o teu soldado mais forte..

A tua língua é a miña espada

e cando debullo unha canción

cando florece unha palabra

canta em min o labrego cavador/ o emigrante e o poeta,

o mariñeiro

o home que amasa o pan e moxe o leite.

Non son um home: Son um pobo

E ninguém me pode domear!

(TARAMANCOS, Antón Avilés de)<sup>28</sup>

*Ta lá o corpo estendido no chão*

*Em vez de rosto uma foto de um gol*

*Em vez de reza uma praga de alguém*

*E um silêncio servindo de amém*

*O bar mais perto depressa lotou*

*Malandro junto com trabalhador*

*Um homem subiu na mesa do bar*

*E fez discurso pra vereador*

(João Bosco & Aldir Blanc)<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> (Nova crônica de Ulises (1978). In: VIEIRA, Yara Frateschi (org.). **Antologia de poesia galega**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p.183-4.)

<sup>29</sup> Letra da música **De frente pro crime**. Disponível em: <http://www.joaobosco.com.br>. Acesso em: 26/3/2006.

## Considerações Iniciais

No primeiro capítulo, discutimos que a leitura é uma prática pessoal, mas também uma prática histórico-social, de cunho interacional, marcada pela (re)ativação de sistemas de conhecimentos adquiridos e pelo estabelecimento de objetivos/propósitos, bem como pela atualização de gêneros textuais, provenientes de determinadas formações discursivas. Neste segundo capítulo, seguindo o eixo diacrônico, apresentaremos uma revisão de algumas abordagens teóricas acerca da noção de gêneros textuais<sup>30</sup>, por área de conhecimento, que nos subsidiarão na construção de estratégias para a leitura de GTP.

### 2.1. A Questão do Gênero nos Estudos Lingüísticos

Vários são os enfoques e autores que, ao longo dos anos, em épocas diferentes, vêm-se dedicando ao estudo dos gêneros. Primeiro, a questão do gênero foi objeto de estudo da Poética e da Retórica. Em um segundo momento, da Filosofia e, só recentemente, da Lingüística.

A Lingüística, como ciência da linguagem, antes se preocupava com as unidades menores da língua e só depois se voltou para o texto, pensando a questão do gênero. Foi a partir dos anos 80/90 do século XX que a Lingüística Aplicada e o Ensino de Língua (Estrangeira/Materna) dedicaram um olhar cuidadoso às Teorias de Gênero que, segundo Rojo (2002:1), deu-se em função *dos novos referenciais nacionais de ensino de língua (PCNs de Língua Portuguesa, de Língua Estrangeiras) que fazem indicações explícitas dos gêneros como objeto de ensino ou destacam a*

---

<sup>30</sup> Vale lembrar que o adjetivo posposto ao substantivo *gêneros*, de modo a lhe restringir o sentido, varia em função das abordagens teóricas adotadas. Assim, encontramos a expressão mais comum - gênero *literário* – como as mais modernas - gênero *textual*, gênero *discursivo* e gênero *comunicativo*. Neste trabalho, adotaremos o termo ‘textual’, em função de motivos que explicaremos mais a frente.

*importância de se considerar as características dos gêneros, na leitura e na produção dos textos.*

Atualmente, uma das tarefas da Lingüística tem sido diferenciar as espécies de textos. Porém, os estudiosos têm encontrado dificuldades para nomeá-las adequadamente, visto que os critérios são amplos ou restritos demais ou, então, conceitos e posicionamentos teóricos acabam sendo misturados, gerando problemas de classificação.

Para Souza (2002:4), a dificuldade para delimitar os gêneros teve seu começo no campo da paraliteratura. Segundo ele, com a proliferação dos textos considerados marginais, surgiu *uma literatura contestando a concepção vigente de gênero e reivindicando a extensão de suas margens*. De gêneros literários, passou-se a objetos particulares e, de poucos métodos de análise textual, a sua pluralidade. E, assim, essas mudanças levaram a outros espaços de textualidade que não só o da literatura<sup>31</sup>, mas também o da vida, o do discurso.

Considerando esses outros espaços de textualidade, Maingueneau (2001) afirma que a concepção de gênero pode se dar a partir de sua filiação a obras consagradas ou a comportamentos estereotipados e anônimos, fato que nos leva a depreender que, ao longo dos séculos, devem ter aparecido tanto novos gêneros literários, reflexos de obras existentes, quanto outros gêneros, não necessariamente literários, decorrentes de determinadas rotinas sociais, administrativas, familiares etc. Sendo assim, perguntamos o que se plasmava em ‘diálogos’ na antiguidade clássica? É disso que trataremos no próximo segmento.

---

<sup>31</sup> O aparecimento de textos marginais desencadeou um outro olhar para a questão dos gêneros, pois, até então, só se falava em gêneros literários. Isso, no entanto, não significa que, no campo da literatura, críticos literários, bem como outros estudiosos deixaram de ter dificuldade para classificá-los. As dúvidas sobre seus limites teóricos sempre existiram. Por exemplo, de acordo com Wellek; Warren (1971), a teoria clássica dos gêneros literários tinha um cunho limitado, normativo e prescritivo, diferenciando cada gênero tanto em relação à natureza quanto ao prestígio. Já a teoria moderna tem um caráter descritivo, ilimitado, não prescritivo e aceita 39 mistura de gêneros.

## 2.2 A Abordagem Clássica

A questão dos gêneros na Filosofia Clássica aparece em Platão e depois em Aristóteles. Na *República*, em alguns trechos do livro II e do III, Platão (2000) discute a noção de gênero, valendo-se do diálogo entre Sócrates e Adimanto. Assim, ao tratar do tema educação, Sócrates afirma que a educação deve ser composta por música para a alma e ginástica para o corpo, sendo a primeira entendida como discurso e vista sob duas modalidades: a verdadeira e a mentirosa. Considerando tratar da educação do cidadão, o discurso mentiroso, ou seja, o fabuloso, que tem um fundo de verdade, deve ser oferecido em primeiro lugar por meio de histórias, fábulas. Nesse sentido, o modo de operar do poeta deve ser o modo mimético. No entanto, afirma que a narração simples não precisa de imitação, ao passo que a poesia mais a mitologia dela necessitam. E, assim, o gênero é visto como imitação.

Entendemos que, ao tratar da imitação ou mimese, a narrativa simples ou diegese, Platão, na verdade, estava apresentando *maneiras de dizer*, ou seja, maneiras de organizar o discurso, seja de modo direto (a imitação pura), indireto (o narrativo puro) ou misto (mistura ou encaixe do modo direto com o indireto). Embora, no Livro X, o filósofo faça uma revisão desses modos e privilegie somente a poesia mimética, a mimese ou imitação da ação humana ainda está relacionada com a representação do mundo pelo e no discurso.

Além das idéias platônicas acerca do gênero, sobressaem-se também as aristotélicas. Na *Arte Retórica*, por exemplo, Aristóteles (1999) discorre a respeito de três gêneros do discurso: o deliberativo, o judiciário e o demonstrativo. Sobre o deliberativo, caracteriza-o como o que aconselha ou desaconselha. E, assim, parte do tempo, que lhe próprio, é o tempo possível, o futuro, sendo sua finalidade a de ser útil ou prejudicial a um determinado auditório. Acerca do judiciário, qualifica-o como o que acusa ou defende, proferindo um juízo. Seu tempo é o pretérito, pois se ocupa de fatos passados. Seu fim é o justo ou o injusto. Em relação ao demonstrativo ou epidíctico, caracteriza-o com o que elogia, louva e/ou censura, apoiando-se no estado presente e tendo por alvo o belo ou o feio.

Na *Arte Poética*, o filósofo apresenta a epopéia, a poesia trágica, a comédia, a poesia ditirâmica entre outras como arte de imitação. Afirma que os gêneros diferem entre si em função dos meios (o ritmo, o canto, o metro), dos objetos imitados e também da maneira de imitá-los. Postula que a tragédia advém da epopéia e imita os homens, representando-os piores; e a comédia, do iambo (jambo) que também imita os homens, mas representando cada um deles melhor do que são na realidade.

No capítulo VI da *Arte Poética*, Aristóteles (1999:299) escreve que *a tragédia é a imitação de uma ação importante e completa...* e que *é pela ação que as personagens produzem a imitação*. Isso posto, apresenta os elementos de ação complexa que são as peripécias, os reconhecimentos, os acontecimentos patéticos ou catastróficos que também aparecem na comédia, a seu modo.

Esses elementos de ação complexa, segundo Bakhtin (1993), podem ser observados em alguns tipos fundamentais de um gênero denominado de *romance grego* ou *sofista*. Naquela época, por exemplo, existia o romance de aventura de proezas (séculos II – VI D.C), em que era encontrado um tipo de tempo de aventura usado ainda em nossos dias. Para o teórico russo, o romance grego pode ser compreendido como a fusão dos gêneros da literatura clássica tais como a poesia de amor helênica, as epopéias clássicas, as tragédias, as obras historiográficas, os gêneros retóricos dentre outros.<sup>32</sup>

Já no século VI, com Diomedes, os conceitos platônicos e aristotélicos são retomados e expandidos, valorizando-se a representação que se faz do autor e das personagens nas obras. Assim, na forma lírica, só o autor fala na obra; na épica, autores e personagens têm direito à voz; na dramática, só as personagens falam. Os modos de enunciar textos são critérios para se delimitar a noção de gênero.

Após o período clássico, conforme Lima [199-] e Megale (2001), poucos foram os estudos acerca dos gêneros. Na Idade Média, embora a prosa e a forma romanescas tenham se constituído com mais força, em consequência das transformações dos gêneros como as canções de gesta, os textos historiográficos e as cantigas

---

<sup>32</sup> Nesse sentido, tal como Compagnon (2001), entendemos que o olhar aristotélico para a questão dos gêneros pode ser compreendido como um resumo da totalidade de situações de comunicação, de modos de dizer, o que nos faz pensar que os gêneros retóricos talvez sejam os ancestrais dos sistemas genéricos, depois dos gêneros poéticos. 41

trovadorescas<sup>33</sup>, as questões sobre o gênero não foram aprofundadas pelos estudiosos daquela época.

O que nos consta, depois disso, é que, durante o Renascimento, o poeta Dante Alighieri propôs um estilo nobre, um médio e um humilde, a fim de especificar as características genéricas de textos; e que Francesco Petrarca inovou a literatura italiana com o soneto. Além disso, no século XVI, a questão dos gêneros literários acabou entrando para o terreno da Crítica e da Filosofia Literária. Assim, as formas passaram a ser aceitas como fixas e a receber um valor hierárquico – ora a tragédia estava no ápice dos gostos, ora a epopéia. Já, na segunda metade do século XVIII, no período romântico, os gêneros tidos como clássicos foram diferenciados dos gêneros mistos ou comunicantes. Nessa fase, a mescla de gêneros e a noção de que um gênero surge de outro foram amplamente discutidos.

### 2.3 A Abordagem Lingüística e Sociológica da Literatura

Sob a abordagem lingüística e sociológica da Literatura, temos os estudos de Compagnon (2001), Todorov (1980, 1975) e Reis (1995).

Para Compagnon (2001), a literatura é um sistema de ‘expectativa’ e, para adentrá-lo, é preciso participar dele. Assim, a expectativa deve ser vista como um traço genérico e como uma parte da concepção de gênero literário, pois um sujeito leitor, ao ler uma obra, elabora hipóteses sobre o gênero em foco que lhe servirá de guia durante o processo de leitura. Desse modo, os gêneros existem para dar sentido comum à literatura e, portanto, interessam a esse autor como mediador entre as obras/ as ações e a literatura.

Para clarificar tal concepção, Compagnon (2001:3) distingue forma lingüística e forma discursiva: *La phrase est l’unité du discours, mais elle est aussi un segment de discours. Dans le discours, la langue n’est plus un système de signes mais un instrument de communication.* Nesse sentido, as formas do discurso constituem uma

---

<sup>33</sup> Ao discorrer sobre gêneros literários, Moisés (1971) menciona que, nesse período, têm-se notícias de uma obra intitulada “Artes de trovar”, discutindo a poesia trovadoresca.

instituição, um sistema que autentica cada forma de comunicação. Logo, são as responsáveis pela mediação entre a visão daquele que produz o texto e a realidade.

Para Todorov (1975), o conceito de gênero/espécie vem das Ciências Naturais. Para tanto, cita como exemplo o nascimento de *um tigre*, espécie da qual um sujeito pode deduzir as características do *tigre* em particular, bem como ser possível abstraí-la, com segurança, pelo fato da mudança da espécie ser lenta. No entanto, afirma ele que o mesmo não se dá com a arte, pois a maioria das obras modifica o conjunto das possíveis, visto que cada nova obra se difere da espécie.

Sendo desse modo, Todorov (1975:19) postula a existência de dois grupos de obras: as que participam de um exemplar único e as que fazem parte de uma cadeia, de estereótipos. Para o primeiro caso, apresenta os romances de Dostoievski e, para o segundo, a literatura popular ou de massa. Assim, somente alguns trabalhos literários poderiam ser considerados gêneros literários, ao passo que outros, por não terem propriedades genéricas, ares de família, não poderiam se encaixar nessa definição, pois *toda teoria dos gêneros se fundamenta numa concepção da obra, numa imagem desta, que comporta de um lado um certo número de propriedades abstratas, de outro, leis que regem o relacionamento destas propriedades.*

De modo geral, para Todorov (1980:46), os gêneros vêm de outros gêneros e *um novo gênero é sempre a transformação de um ou de vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação.* Sendo assim, para se discutir a origem dos gêneros, o lingüista propõe fazê-lo a partir de uma natureza sistemática. O que interessa a ele é o que preside o nascimento de um gênero, ou seja, as formas supostas na linguagem que de algum modo venham a prenunciar o nascimento dos gêneros. A partir desta questão, o estudioso começa a definir gêneros como classes de textos; sendo o termo **texto** entendido como sinônimo de discurso e, portanto, de enunciado., uma vez que *a interpretação é determinada ... pela frase que se enuncia e ... por sua enunciação.* (Idid, p.49)

Para Todorov, a recorrência de algumas propriedades discursivas faz com que essas se institucionalizem e é em função disso que uma obra é produzida e recebida <sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> *Os gêneros existem como instituição, que funcionam como horizontes de expectativas para os leitores e como modelos de escritura para os autores.* (Todorov, 1980:49)

Dessa maneira, um gênero deve ser compreendido como a codificação de propriedades discursivas, sendo o termo **codificação** sinônimo de propriedades (aspectos fonéticos, fonológicos, sintáticos, pragmáticos, verbais; elementos temáticos; agenciamento de intriga etc.).

Afora isso, Todorov (idem, p.51) afirma que *os gêneros provêm, como qualquer ato de fala, da codificação de propriedades discursivas* e que cabe, desse modo, verificar a diferença entre gêneros (literários) e outros atos de fala. Como exemplo, dá o ato de fala **rezar** e a **prece** como gênero. No entanto, o **soneto** que é gênero, não possui o ato de **sonetar**. Disso, conclui que nem todos os gêneros derivam de atos de fala, mas sim de transformações internas e externas de gêneros já existentes. O que nos mostra que os gêneros não são um fato puramente discursivo, nem puramente histórico.

Essa noção dos gêneros, que funciona como horizontes de expectativas ou repertórios para os leitores e como modelos de escritura para os autores, tem sido mencionada freqüentemente na literatura lingüística e é abordada especificamente pelos teóricos da Teoria da Recepção<sup>35</sup>.

Para discutir gênero, Reis (1995) retoma a teoria platônica e a aristotélica acerca do tema, com a finalidade de apresentá-las como modo de enunciação do discurso ou modos de representação de propensão narrativa, dramática ou mista. Esses modos estáveis e fixos do discurso seriam universais de representação, de caráter fundacionais, que organizam os gêneros literários (instáveis e transitórios), em função de sua noção fundamental que é a historicidade. É a historicidade que traduz a visão de uma época e mostra o diálogo com os valores, as idéias e a sociedade na qual o escritor está inserido. Desse modo, a configuração formal dos gêneros se pauta pela premência de elementos semânticos (situações, temas, valores...); pelos fatores pragmáticos que se vinculam ao horizonte de expectativa do auditório ao qual o texto se dirige; e pelas situações socioculturais que permitem sua popularização.

---

<sup>35</sup> Segundo Compagnon (1999:156), horizonte de expectativa e repertório são expressões usadas respectivamente, na década de 70, do século XX, pelos teóricos da recepção Hans R. Jauss e W. Iser para indicar *o conjunto de convenções que constituem a competência de um leitor (ou uma classe de leitores) num dado momento.* 44

## 2.4 A Abordagem da Lingüística Textual

Sob o ponto de vista da Lingüística Textual, Koch (1999) afirma que, na década de 70, surgem os primeiros trabalhos nos quais são enfocados os aspectos lingüísticos do texto, os do discurso e os da semântica argumentativa.

Na primeira metade dos anos 80, aparecem muitos estudos inspirados em autores franceses e alemães, acerca do texto, discutindo critérios/ padrões de textualidade e dando maior ênfase ao critério de coesão textual<sup>36</sup>. Já na segunda metade, segundo Koch (1999:169), a ênfase passa a recair sobre a coerência textual, vista como um *macro-fator de textualidade, resultando da atuação conjunta de todos os demais fatores e, portanto, decisiva para a caracterização da textualidade*.

Além desses critérios, outros pontos passam a ser debatidos e um deles é o de tipos de textos, influenciado pelos estudos de Van Dijk (1983; 1992), em que o texto é visto como um conjunto de representações mentais, de natureza cognitivo-lingüística, relacionado com esquemas textuais, tidos como formas que ajudam a organizar o conteúdo semântico de um texto. A essa forma, Van Dijk (1983; 1992:30) chamou de superestrutura, visto fornecer *a sintaxe completa para o significado global, isto é, para a macroestrutura de um texto*.<sup>37</sup>

Ao final dos anos 80, bem no começo dos 90 e na segunda metade da década de 90, respectivamente, apareceram outras tendências: uma voltada para estudos sobre a produção de inferência, os processos e estratégias sócio-cognitivos envolvidos no processamento textual; outra para as pesquisas sobre referenciação (formas de remissão textual, tipos de recursos anafóricos e de seu processamento sócio-

---

<sup>36</sup> Vale lembrar que grande parte dos estudos sobre coesão fundamenta-se nas pesquisas de Halliday; Hasan (1976), segundo Koch (1999), que postulam vários fatores de coesão, dentre eles o de referência e o lexical (por reiteração e por colocação ou contigüidade).

<sup>37</sup> Há vasta bibliografia sobre o assunto, na área de Lingüística Textual. No entanto, de acordo com Van Dijk (1992), a superestrutura são formas/ esquemas tipológicas que ajudam a organizar o conteúdo semântico do texto. Já a macroestrutura está relacionada com os sentidos maiores dos textos, as macroproposições. Ambas têm caráter abstrato. Segundo o lingüista holandês, a ativação da superestrutura de um determinado tipo de texto ajuda a (re)organizar e controlar a produção de sentidos oriundos de esquemas proposicionais tanto em nível macro quanto microestrutural, de acordo com interesses, objetivos e intenções de um determinado sujeito.

cognitivo); e uma outra para tipologia textual que, durante os estudos lingüísticos de texto, tinha ficado relegada a um segundo plano.

Ao tratar de pesquisas acerca de referenciação, Koch (2004) comenta que o processo de conhecimento do ser humano é regulado por um processo de interação contínuo entre práxis, percepção e linguagem. Nesses termos, a noção de referência deve ser compreendida como um evento cognitivo, produto de nossa percepção que subjaz à linguagem. Assim, é necessário interpretar as estruturas lingüísticas sob o ponto de vista da prática social, cultural, de linguagem, levando a um estudo da questão da referenciação como construção e reconstrução de objetos-de-discurso que contribuem para a coerência discursiva de um texto<sup>38</sup>.

Quanto à retomada dos estudos sobre a tipologia textual, vale lembrar que, depois do começo dos anos 90, quando os lingüistas começaram a tratar a linguagem e o texto sob uma perspectiva sóciointeracional, os estudos sobre tipologia foram revistos e ampliados, levando a discussões sobre gêneros textuais e seqüências textuais. Por exemplo, Marcuschi (2000), Travaglia (2002) e Adam; Revaz (1997) referem-se a estudos tipológicos e, depois, promovem discussões sobre gêneros textuais e seqüências textuais.

Marcuschi (2000:3) estuda os gêneros textuais, a fim de poder apresentar *um quadro teórico diversificado para observar a constituição e o funcionamento dos gêneros textuais no uso diário da língua*. Para tanto, recupera as idéias de vários teóricos e, aos poucos, esclarece os conceitos de gêneros textuais e/ou discursivos, tipos textuais e outros termos.

Em relação aos gêneros textuais, o lingüista afirma serem um princípio de estabilização de experiências comunicativas, vinculadas a práticas sociais institucionalizadas. Dessa forma, por se situarem em contextos de usos definidos por comunidades lingüísticas, têm natureza empírica e servem de guia para o produtor e o receptor<sup>39</sup>. Por serem eminentemente dialógicos, os gêneros ajudam a construir os interlocutores envolvidos na situação comunicativa, bem como são um poderoso

---

<sup>38</sup> Ao discutir referenciação e cognição, Marcuschi (2000) apresenta o caso da referenciação anafórica sem antecedente cotextual, cita também anáforas do tipo associativa e mereológica (de caráter metonímico) que podem ser usadas como estratégias de textualização. Pensamos que tais noções serão importantes na elaboração de categorias de análise. Oportunamente, voltaremos ao tema.

<sup>39</sup> Ao expor que os gêneros são guia para o produtor e o receptor, Marcuschi (2000) faz remissão à teoria da recepção proposta pela Escola de Constança. 46

instrumento de organização da vida social. Em função desse sentido, Marcuschi (2000) propõe que poderiam ser chamados de comunicativos, pois como gêneros são definidos por sua função comunicativa.

Sobre tipos textuais, Marcuschi entende serem formas abstratas definidas e controladas por uma teoria determinada. Portanto, são construtos teóricos, firmados em uma natureza lingüística, na qual são encontradas seqüências típicas.

O conceito de gênero, como experiências comunicativas vinculadas a práticas sociais institucionalizadas, e de tipos textuais como formas abstratas também aparecem em Travaglia (2002). Pensando em estabelecer tipologias de discurso e/ou de texto e considerando seus estudos de tipos fundamentais, que entram na composição da maioria de tipos de textos, esse estudioso propõe a categoria *elemento tipológico*, na qual podem ser identificados três termos que têm sido usados indistintamente: tipos, gêneros e subtipos.

Para Travaglia (2002), os tipos de texto estão relacionados com o processo de interlocução/ interação e de acordo com perspectivas que podem variar, constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes. Assim, os tipos podem estar ora centrados no produtor do texto e em seu objeto, ora em seu destinatário, e ora focados em atitudes comunicativas de comprometimento, ora não, o que resulta, em textos do mundo comentado e do narrado entre outras perspectivas<sup>40</sup>.

Acordamos com essa postura, pois concebemos que nos tipos de texto há aspectos tanto funcionais quanto de conteúdo, ou seja, que há componentes cognitivos que ajudam a produzir um texto, a lê-lo, a compreendê-lo e a usá-lo. Esses componentes são abstratos e convencionais (de caráter esquemático, genérico) e se relacionam com conteúdos diversificados, organizados por outro componente (de caráter semântico).

Quanto às atitudes comunicativas de comprometimento ou não, acreditamos que, mesmo centradas ora no produtor do texto, ora em seu destinatário, essas atitudes fazem parte do processo, que desencadeia a organização do gênero textual, e é só após

---

<sup>40</sup> O conceito de atitudes comunicativas vem da teoria do lingüista alemão Harald Weinrich que propõe dois tipos de atitudes: o comentário (mundo comentado) e o relato (mundo narrado). No primeiro tipo, aquele que enuncia, compromete-se com o dito, é responsável pelo falado; já no segundo, há um descompromisso em relação ao dito. Apenas relatam-se os fatos. 47

sua seleção que se adota essa ou aquela seqüência lingüística, que levará à escolha de textos do mundo comentado ou do narrado, por exemplo.

Em relação ao gênero, Travaglia (2002:3) afirma que esse desempenha uma função social determinada e que tal noção está vinculada a uma finalidade. Para tanto, cita a correspondência (ou textos epistolares) que tem por fim *permitir a troca de informações por um veículo específico*.

Quanto ao subtipo de texto, o autor a caracteriza pela estrutura, por formas lingüísticas e por seu conteúdo. Tal idéia parece-nos mais com a de subgênero, pois Travaglia considera o aviso, por exemplo, como gênero textual, e o aviso de férias, o aviso prévio entre outros como subtipos.

Adam & Revaz (1997:17) também postulam categorias dos discursos (literário, religioso, jornalístico) que são entendidas como *um tipo particular de organização dos enunciados*. Nesse sentido, os lingüistas discutem as formas de organização de textualização tais como a descritiva, a narrativa entre outras. Acerca da forma descritiva, os pesquisadores franceses expõem que o processo descritivo envolve algumas operações tais como: de localização ou de referenciação; de aspectualização; de relacionação e de reformulação, ou reidentificação do todo, ou das partes. A ordenação dessas operações na ordem ou fora dela leva a uma seqüência descritiva. Acerca da narrativa, os autores apresentam as categorias canônicas tais como situação inicial, nó desencadeador, ação ou avaliação, desenlace e situação final.

De modo geral, podemos dizer que os estudos lingüísticos do texto ofereceram noções como as de tipologia textual, seqüências textuais e gêneros textuais que não se excluem. Essas partilham particularidades com outras noções como, por exemplo, a de modelos cognitivos de contexto.

Segundo Koch (2004:162), ao serem propostos por Van Dijk, nos anos 90, os modelos cognitivos de contexto (MCC) ganham relevância porque, como *parâmetros de interação comunicativa e do contexto social*, podem monitorar eventos comunicativos, representar conhecimentos, propósitos, objetivos, perspectivas, expectativas, opiniões e crenças sobre a interlocução em curso,

bem como as propriedades do contexto (tempo, lugar, circunstâncias, condições, objetivos, etc), além de ser um modelo contendo *conhecimentos sociointeracionais e também de gêneros discursivos e de sua adequação a situações sociais*.

## 2.5 A Abordagem Sociointeracional

Sob a abordagem sociointeracional, temos os trabalhos de Bakhtin (2000), Bronckart (1999), de Schneuwly (2002) e de Dolz & Schneuwly (1999), da Psicologia e Ciências da Educação, de Rojo (2002), da Lingüística Aplicada, e de Maingueneau (2001), da Análise do Discurso.

Para Bakhtin (2000:279), os gêneros do discurso estão relacionados com as esferas de atividade humana e com a utilização da língua que é apresentada em forma de enunciado. Estes se caracterizam por um conteúdo temático, um estilo verbal (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e uma construção composicional. Assim, de modo geral, *cada esfera de utilização da língua* elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, porém, de caráter maleável e plástico, que são classificados em dois grupos, os gêneros do discurso primário e os do discurso secundário.

Os gêneros do discurso primário e os do secundário têm caráter social e surgem em circunstâncias de comunicação verbal, respectivamente, espontânea e cultural. Para o primeiro grupo, Bakhtin oferece exemplos como a réplica do diálogo cotidiano, a carta pessoal; para o segundo, o romance, o teatro entre outros, afirmando que os primários engendram os secundários e que estes, por sua vez, plasmam, em seu universo, os primários.

O filósofo ainda expõe que um estudo do enunciado<sup>41</sup>, índice de estilo, unidade real da comunicação verbal, é importante para o estudo do gênero, pois permite compreender as unidades da língua: as palavras e as orações. Para ele, entender o que vem a ser oração e diferenciá-la de enunciado, é um exercício que permite verificar

---

<sup>41</sup> Para Bakhtin (2000:283), o enunciado reflete a individualidade de quem o produz e, desse modo, traz em si um estilo individual. Essa caracterização pode ser atribuída aos gêneros literários, pois *o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo enquanto tal*. Essa diferenciação nos faz lembrar o discurso de Todorov (1975) que afirma que somente os contos/ novelas/ romances policiais (a literatura de massa, popular) podem ser categorizados como gênero discurso. As obras policiais e variações trazem em si um germe coletivo, popular, que difere do estilo individual. 49

que a oração é uma unidade da língua ao passo que o enunciado é uma unidade da comunicação verbal. Conseqüentemente, as pessoas constroem e trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua – palavras, combinações de palavras, orações. No entanto, somente o enunciado envolve uma situação, circunstâncias, um outro (parceiro) e pede uma compreensão responsiva por parte desse que é destinatário da mensagem.

Essa visão possibilita a Bakhtin (2000:301) estabelecer algumas particularidades do enunciado: a alternância dos sujeitos falantes presente em um diálogo real, o acabamento específico do enunciado (que é a alternância dos sujeitos falantes vista do interior do enunciado) e a idéia de autoria, de um destinatário, visto que o enunciado é sempre produzido por alguém e dirigido a um outro alguém. De maneira geral, o que podemos compreender é que, para Bakhtin, os gêneros do discurso envolvem alguns critérios tais como atividade social, condições de produção (quem, onde, por que, finalidade / intenção), esferas sociais ou formações discursivas específicas, organização textual, considerando variedades lingüísticas e de composição; tema e estilo. E, portanto, é por tudo isso que os gêneros do discurso devem ser entendidos como uma *forma padrão relativamente estável de estruturação de um todo*.

Para Machado (1995), estudiosa da teoria de M. Bakhtin, a noção de gênero deve ser entendida dentro da constituição da prosaica e da noção do cronotopo<sup>42</sup>. Segundo essa autora, a prosaica consiste em uma teoria especial da prosa que tem por foco principal o romance, gênero que dialoga com os demais gêneros, bem como representa a fugacidade do tempo presente e o inacabamento interior do homem na vida cotidiana. Já a noção do cronotopo está relacionada com duas categorias fundamentais do imaginário: a de tempo histórico e biográfico e a de espaço social.

De acordo com Bakhtin (1993:212), o cronotopo tem significado fundamental para os gêneros na literatura. *Pode-se dizer francamente que o gênero e as variedades de gênero são determinadas justamente pelo cronotopo, e, em literatura, o princípio condutor do cronotopo é o tempo. O cronotopo como categoria conteudístico-formal*

---

<sup>42</sup> Esses conceitos (prosaica, cronotopo) são amplamente discutidos por Bakhtin na obra *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*[vide referências bibliográficas]. Discutiremos tais aspectos no capítulo sobre o romance policial.

*determina (...) também a imagem do indivíduo na literatura; essa imagem sempre é fundamentalmente cronotópica.* Essa noção de cronotopo advém da Teoria da Relatividade de Einstein e, conforme observamos no discurso bakhtiniano, representa a interligação das relações temporais e espaciais artisticamente assimiladas na literatura.<sup>43</sup>

Já para Bronckart (1999:137), as produções verbais efetivas são exemplos de língua natural e trazem em si *características relativamente estáveis*. Desse modo, os textos, compreendidos como *entidades genéricas/ modelos indexados*, oferecem não só características comuns tais como a relação de interdependência com as propriedades do contexto de produção; o modo determinado de organização do conteúdo referencial; as frases articuladas de acordo com regras de composição e os mecanismos de textualização e enunciativos (coerência interna); mas também diferentes aspectos que possibilitam espécies de textos. Em função disso, o lingüista sustenta que os textos podem ser chamados de gêneros de texto.

As espécies de textos são produtos da atividade humana criados em função de necessidades e de interesses. Como surgem novas motivações sociais, novas circunstâncias de comunicação e novos suportes de comunicação, para Bronckart, esse processo desencadeia outros ‘modos de fazer’ textos também. Daí, as diferentes espécies. (cf. p.72)

A adoção da expressão “gênero de texto” dada por esse estudioso se dá porque, segundo seu olhar, todo texto se inscreve em um conjunto de texto e mantém uma interdependência com as atividades humanas. Daí serem múltiplos, infinitos e seus segmentos finitos e parcialmente identificados por seus caracteres lingüísticos específicos (= propriedades).

Para Schneuwly & Dolz (1999:6:7), que se situam na perspectiva de Bakhtin, os gêneros de linguagem são *um mega-instrumento que fornece um suporte para atividade [de linguagem] nas situações de comunicação...* Essa atividade funciona *como uma interface entre o sujeito e o meio e responde a um motivo geral de*

---

<sup>43</sup> Na literatura, as definições de espaço-tempo são inseparáveis. Segundo o estudioso russo, há cronotopos tipológicos estáveis como o do encontro, o da estrada, o do castelo, o da cidade provinciana, o da soleira (escada, ante-sala, corredor...) e variações. Enfim, os cronotopos têm significado temático, pois *eles são os centros organizadores dos principais acontecimentos temáticos do romance* (p.355). 51

*representação-comunicação*. Por meio dos gêneros, o ser humano realiza ações de linguagem e possibilita formas de comunicação, de expressão do pensamento, da experiência e da percepção.

Em outro texto de (1999), Schneuwly & Dolz afirmam que todo gênero pode ser definido a partir dos conteúdos que são dizíveis através dele; da estrutura (comunicativa) particular dos textos pertencentes ao gênero; das configurações específicas das unidades de linguagem, que são sobretudo traços da posição enunciativa do enunciador, e os conjuntos particulares de seqüências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura.

Em trabalho de 2002, Schneuwly reafirma que os gêneros<sup>44</sup> são conteúdos e ferramentas de trabalho. Como conteúdo, é notada uma forma lingüística, sua estrutura, seu léxico; como ferramenta, é usado em uma situação de comunicação com um determinado fim.

Rojo (2002) também discute gêneros textuais (de texto) e gêneros discursivos (de discurso). A autora expõe que os gêneros textuais se aproximam da idéia de gênero como família de textos na qual as espécies mantêm entre si similaridades tanto no âmbito da forma quanto da função/finalidade. Afora isso, a lingüista afirma que os teóricos buscam relacionar as descrições de textos em gêneros com análises textuais, bem como levam a uma leitura funcional do contexto, da situação de produção.

Em relação aos gêneros discursivos, Rojo (2002) expõe que os gêneros são buscados para configurar uma significação advinda das relações sociais de uma esfera de comunicação específica. Assim, os aspectos sócio-históricos da situação enunciativa (tais como a vontade enunciativa do locutor, mais a apreciação valorativa sobre seu interlocutor e do tema discursivo) atrelados às marcas lingüísticas no enunciado/texto são pontos essenciais para que os gêneros do discurso sejam nomeados.

Segundo a estudiosa, o que parece diferenciar os gêneros textuais dos discursivos é a questão das relações sociais e a da apreciação valorativa dessas relações em esferas específicas, implicando valores ideológicos. Além disso, na

---

<sup>44</sup> No artigo lido, o autor não justapõe ao substantivo “gênero” nem a locução adjetiva “de texto”, nem “do discurso”.

análise de gêneros textuais, dá-se mais importância à forma, à organização textual, à seqüenciação de ações/argumentos. No entanto, o aspecto ideológico e a relação de poder entre as partes envolvidas no discurso não são prioridades da análise tal qual no gênero do discurso.

Para Maingueneau (2001:61, 1995:66), os gêneros discursivos são *dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estiverem presentes [e] o enunciado e as circunstâncias de sua enunciação estiverem implicados para realizar um macroato de linguagem específico*. Assim, caracterizar os gêneros discursivos é importante porque permite assegurar a comunicação verbal, e, se os sujeitos tiverem maior domínio sobre eles, tal conhecimento firmará a sua competência genérica.

Nesse sentido, Maingueneau (2001) expõe que conceber um gênero implica entendê-lo como atividade social submetida a condições de êxito que estão vinculadas:

- a) a uma finalidade reconhecida que tem por objetivo modificar uma situação;
- b) ao *status* de parceiros legítimos em que tanto enunciadores quanto co-enunciadores estão submetidos a deveres, direitos e saberes próprios;
- c) ao lugar, no sentido físico, e ao momento legítimo da produção-reconstrução do sentido textual;
- d) a um suporte material que especifica o olhar que o texto pode receber e, por fim,
- e) a uma organização que entendemos estar relacionada com seqüências textuais típicas tais como narração, descrição, argumentação, etc.

Em função disso, os gêneros discursivos pressupõem um contrato de cunho cooperativo, regido por regras conhecidas pelos envolvidos na situação de interação comunicativa e papéis determinados a parceiros durante as interações sociais que se cruzam e ajudam a estabilizar o gênero, que não é tão rígido apesar deste fato.

Considerando essas abordagens, entendemos que gêneros são rotinas genéricas, de caráter textual, sociocognitivo e interacional, e, por isso,

discursivas, que mantêm uma interdependência com as atividades humanas, principalmente, as comunicativas.

Como desempenham uma função social determinada, porque trazem em si um propósito/uma intenção comunicativa, tradutora de uma atitude comunicativa, os gêneros possibilitam a construção de posicionamentos sociais de interlocutores em uma situação de interação comunicativa, a partilha de alguns aspectos de informações dadas/velhas. Por outro lado, permitem também a interpretação da vontade enunciativa e da apreciação valorativa das partes envolvidas na situação de comunicação.

Acordamos com Bronckart (1999) que os gêneros não representam a realidade, mas os modos de iconicizar a realidade lingüístico-textual comunicativamente falada e escrita. São uma projeção do modo como os objetos de discurso e de mundos possíveis podem ser vistos, apreendidos, identificados, compreendidos, interpretados – enfim - usados.

Por isso, os gêneros são dinâmicos e organizacionais; algo vivo que só são o que são, quando postos em prática, aplicados adequadamente. Nesse sentido, os gêneros textuais possibilitam as transformações de estados mentais<sup>45</sup>, a (re)construção do *status* de interlocutores, a organização da vida social – ou seja, o desenvolvimento da competência genérica de um sujeito.

E, portanto, pode ser vinculado ao conceito de leitura como uma prática pessoal, de caráter histórico-social, que exige, concomitantemente, processamento cognitivo de seqüências textuais, ativação de sistemas de conhecimentos adquiridos, estabelecimento de objetivos/propósitos, bem como a recuperação de rotinas genéricas, provenientes de determinadas formações discursivas, ao lado de atitudes cooperativas e negociáveis entre autor *versus* leitor.

---

<sup>45</sup> Entendemos as transformações de estados mentais como o movimento de (re)construção das referências constitutivas de modelos contextuais.

## Considerações Finais

Neste capítulo, apresentamos uma revisão de algumas abordagens teóricas acerca das rotinas genéricas, rotuladas de gêneros textuais, por área de conhecimento. Neste trabalho, optamos por adjetivar os gêneros como *textuais* ou *de texto*. Não descartamos a idéia de gênero *do discurso* ou *discursivo*, pois entendemos que um sujeito, ao produzir um texto ou ao lê-lo, está atualizando sua **competência textual de caráter genérico**, em função de uma dada situação de comunicação interativa, de intenções, etc. No entanto, ele o faz a partir do **texto materializado**, mensurado, seja por escrita ou oralmente, vinculado a aspectos contextuais, que o remetem a um conceito genérico, delimitado por formações discursivas.

## Capítulo III – Uma História no Encalço de Outra

### - O Gênero Textual Policial

*O segredo é a anti-sala do crime.*

(LEONI, Giulio)<sup>46</sup>

*O crime é um ato cruel, mas não estranho às virtudes da alma. Acompanha-nos desde o primeiro atrevimento humano, nos jardins do Éden. E desde o primeiro homicídio, quando Caim convidou o irmão ao postoreiro. (...) Mas penso que não exista trama da mente que a razão e a virtude não possam decifrar. Porque o criminoso deixa sobre o corpo da vítima as marca de sua própria alma, juntamente com a das mãos. E a vítima chama a si seu carrasco por meio de uma secreta e misteriosa atração. Assim, o homem vivo e o homem morto são um o espelho do outro. (LEONI, Giulio)<sup>47</sup>*

parar / reescrever /  
começar tudo de novo /  
passar a limpo mais uma vez /  
a selva das cidades /por trás de cada crime  
uma teoria do conhecimento (...)/  
o oculto /o não-sabido (...)/  
palavras retorcendo-se de objetividade  
revelam / mostram / apontam  
tudo muito claro /seco /direto.  
(WILLER, Claudio)<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> *In: Os crimes do mosaico – Um caso de Dante Alighieri.* Trad. Gian B. Grosso. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006, p.18.

<sup>47</sup> *Ibid.*, pp. 86-7.

<sup>48</sup> *Homenagem a Dashiell Hammett.* Disponível em: <http://www.secrel.com.br/jpoesia/ag11hammett.htm>. Acesso em: 24/10/2004.

## Considerações Iniciais

No segundo capítulo, apresentamos uma revisão de algumas abordagens teóricas acerca de gêneros, e optamos pela terminologia gêneros textuais, visto entendermos que é a partir do texto materializado, vinculado a aspectos contextuais, que os gêneros (ou rotinas genéricas) ganham um caráter particular como ‘de amor’, ‘de aventura’, ‘policial’, etc. Nesses termos, neste terceiro capítulo, trataremos de um gênero textual específico, o policial, a fim de compreender como sua configuração se delinea ao longo do eixo histórico-social.

### 3.1 O Gênero Textual Policial, vulgo *Romance Policial*<sup>49</sup>

O romance, a novela ou o conto policial são gêneros literários cultivados no mundo, tanto por escritores reconhecidos, críticos literários, quanto por leitores avisados ou desavisados. Essas histórias que contêm crime(s) (de roubo a assassinato), detetive(s), criminoso(s) e vítima(s) são um chamariz para quem quer escrevê-las, ou resolver um enigma, ou viver o papel de criminoso ou quem sabe de suspeito, de vítima ou somente o de narrador(a).

Conhecido também como romance de enigma ou narrativa de enigma ou de detetive ou, ainda, de detecção, o romance policial clássico possui em sua organização: crime, vítima, criminoso, detetive, investigação e solução. As variações que o seguiram mantiveram essa organização; porém, dando maior destaque a um dos elementos, que não somente o mistério.

Sendo assim, podemos dizer que a construção de um romance policial (RP), vulgarmente chamado de gênero policial (GP), parece simples. No entanto, parafraseando um discurso de senso comum do ficcional e famoso detetive Sherlock

---

<sup>49</sup> Ao longo deste capítulo, em alguns momentos, usaremos a expressão **romance** policial para designar **as** 57 **narrativas** que se inserem na esfera da **trama ‘policial’**, no sentido de *roman*, ‘aquilo’ que se conta em prosa vulgar, visto as fontes bibliográficas consultadas se referirem a essa manifestação textual dessa forma.

Holmes, aquilo que parece simples, é simples mesmo. E é exatamente por isso que é difícil, pois exige um controle rígido dos bastidores da trama, do espaço em que os argumentos são tecidos e arranjados, de modo a não desapontar o leitor e sim prendê-lo, como cúmplice, como parceiro, como coadjuvante.

Foi na década de 70, do século XX, que, segundo Lits (1994), a escola abriu suas portas para o romance policial. Nesse período, os professores de língua materna começaram a se preocupar com a elaboração de uma didática para a leitura do romance policial e de sua produção, pois notavam que os alunos reencontravam no gênero – que lhes falava de um modo instigante ao imaginário – o prazer da leitura.

Além disso, os professores observavam que o RP possibilitava:

- a) uma aprendizagem adequada de estratégias de leitura, tomando por base a organização da narrativa e alguns elementos paratextuais<sup>50</sup>;
- b) uma reflexão sobre a literatura e o escritor;
- c) alguns exercícios de escrita individual e coletiva; bem como
- d) olhares para o cinema, o teatro e a literatura estrangeira que abordavam o tema ou o transpunham para suas linguagens.

Já segundo Reis (1995), foram alguns modernistas e pós-modernistas que tiraram o romance policial, chamado de subgênero literário, da posição periférica e lhe deram relevo. Isso se deu pelo fato de os escritores do final do século XX e começo do séc. XXI refutarem o cânone do romance do século XIX que tendia a divulgar a ascensão da democracia burguesa.

Sendo por um ou outro motivo, perguntamo-nos: - Quem escreveu o primeiro RP? Por que muitas pessoas chamam-no somente de gênero policial? Como se caracteriza o RP ou GP?

---

<sup>50</sup> Os elementos paratextuais são o título do texto, subtítulos, dados bibliográficos, prefácio, posfácio diagramação do texto, cores, tipo de letra entre outros.

### 3.2 A Origem e as Características Estruturantes do Gênero<sup>51</sup> Policial.

Alguns historiadores afirmam que o romance policial teria surgido, no século XIX<sup>52</sup>, nos EUA, com o escritor Edgar Allan Poe, com a publicação da trilogia Dupin: *Os crimes da rua Morgue*, *O mistério de Maria Rogêt* e *A Carta roubada*, conforme Albuquerque(1979). No entanto, outros estudiosos remontam à história do assassinato de Abel, por Caim, na Bíblia. Depois, às *Escrituras Apócrifa* - quando Daniel desvenda a primeira história “policial”, ou então a Sófocles e seu *Édipo Rei*, ou ainda a *Zadig ou O destino* de Voltaire. Aqueles que enfatizam mais o método detetivesco, menos a força policial e o crime, comentam que, nas obras citadas, há elementos das histórias de detetives e é usado o raciocínio lógico, em detrimento da força e da ação. Por isso, essas obras merecem ser mencionadas como as primeiras da categoria e Poe apenas como um cultivador ilustre do gênero.

Além disso, de acordo com Harrowitz (1991), os estudiosos da literatura policial postulam que, para existirem histórias de detetives, são necessárias forças policiais e detetives – fato esse que só ocorre no início do século XIX, mais especificamente, em Paris e em Londres, quando surge a polícia e começam a se expandir consideravelmente os departamentos de investigação criminal.

Albuquerque (1979) afirma que o romance policial é uma transformação do romance de aventuras, pois, com o advento da imprensa, o público leitor começou a exigir novos gêneros, mas sem que eles fugissem do eixo bem/ mal, e a conseqüente derrota do mal. Assim, somaram-se à força física do herói do romance de aventuras, uma situação de crime, o uso do raciocínio lógico e novos tipos de cenário, de ação e de heróis. Nesse sentido, o romance policial, derivado do romance de aventuras, deixava de acontecer em espaços abertos (ruas, campos), adentrando espaços fechados, salas de visita, onde um mistério a quatro chaves precisava ser resolvido.

---

<sup>51</sup> No discurso crítico, no jornalístico entre outros, usualmente, ao discutirem sobre o romance ou o conto ou a novela ou o filme policial, seus autores referem-se a essas espécies como gênero policial.

<sup>52</sup> A obra *Os Crimes da Rua Morgue* foi publicada pelo próprio Poe, em 1841, quando trabalhava no Graham's Magazine. No entanto, é possível que a obra tenha sido escrita entre 1838 e 1841, assim como as outras duas que compõem a trilogia, pois o livro *Contos do Grotesco e do Arabesco* veio a público na década de 30 daquele ano. E, depois, foi publicado na França, por Baudelaire, em 1848, após a morte de Poe, contendo a trilogia, conforme dados da biografia posta em *Histórias extraordinárias*, obra publicada pela Abril Cultural, em 1978. 59

Já de acordo com Mandel (1988), o romance policial deriva da literatura popular sobre os bons bandidos<sup>53</sup>, como Robin Hood, por exemplo, que estavam vinculados aos movimentos sociais contestadores dos regimes feudais. Nesse período, a rebelião do povo e dos bons bandidos nascia de uma ordem social injusta e de instituições políticas irracionais. Depois, com a decadência do feudalismo e o surgimento do capitalismo no século XVI, a literatura popular já tinha um caminho firmado. Assim, antes do século XIX, as histórias de bandoleiros se fizeram presentes nos contos populares que não tinham um herói policial ou um detetive.

Seja de uma, seja de outra forma, Edgar A. Poe passou a cultivar o policial, denominado de romance policial clássico (RPC) ou de enigma, segundo Boileau & Narcejac (1991), que era composto de duas histórias: a do crime e a do inquérito/investigação, sendo o narrador, necessariamente, uma personagem secundária e não a protagonista.

Todorov (1979) tem argumento semelhante. O estudioso afirma que o RPC apresenta formas historicamente diferentes. Para ele, o romance policial clássico ou romance de enigma contém duas histórias: a história do crime e a história do inquérito. Na primeira, as personagens devem agir e nada pode acontecer ao detetive, um ser que é imune a tudo. Na segunda, o inquérito deve ser instaurado e, a partir de pistas, descobertas devem ser feitas.

De modo geral, a história do crime deve ser introduzida paulatinamente, desde que um narrador tenha dado o direito de fala a alguém que ouviu a trama ou tenha observado os fatos ocorridos. Portanto, o foco narrativo típico do RPC não é o onisciente e, sim, o observador, pois o crime é anterior ao momento da narrativa.

Para Mandel (1988), RPC é um quebra-cabeça formalizado, cuja trama segue a regra de Aristóteles em relação ao drama: unidade de tempo, lugar e ação. São poucas as personagens e todas ficam na cena do crime, em um espaço fechado de tempo curto. O culpado é convencional, pois sempre mata por um impulso ou paixão, e o herói é dotado de argúcia analítica com astúcia criminal. O verdadeiro problema do RPC é o

---

<sup>53</sup> Acreditamos que os romances de aventura não diferem tanto dos da literatura sobre os bons bandidos que, na verdade, eram grandes aventureiros.

mistério que envolve a morte, sendo este mistério o mais importante ao longo da trama.

Para Fabiani (2004), as características do policial giram em torno de: **um protagonista cerebral**, metódico, meticuloso, racional e celibatário; **um narrador-assistente** que humaniza a relação entre as demais personagens e o protagonista. Normalmente, são pessoas comuns, cuja inteligência é suplantada pela sagacidade do detetive; **uma polícia** que se presentifica, mas exerce um papel secundário ao longo da trama; **uma seqüência de histórias**, transformadas em série, que enfatiza a ação e o pouco tratamento psicológico dado às personagens. Assim, é a série de histórias que determina e faz conhecer as características dos protagonistas.

De acordo com Mandel (1988), a característica do RPC nesses moldes está relacionada com o fato de a burguesia não ser mais o centro da ação e sim a classe estabilizada que vive de rendas, que comete o crime em função de razões psicológicas individuais como a avareza e a inveja. E, assim, com a finalidade de reconstituir a situação do crime, um sujeito da alta sociedade, dotado de genialidade intelectual, é minuciosamente escolhido e o processo de investigação é aberto.

Com o passar do tempo, segundo Albuquerque (1979), a violência das guerras e das forças policiais ou militares expandiu-se, gerando transformações no RPC que o caracterizou em antes de Conan Doyle e Gaston Leroux e depois dos da década de 20 e 30.

Após Poe e seu detetive Dupin, na Inglaterra, Artur C. Doyle cria duas personagens de relevo: o detetive Sherlock Holmes e seu ajudante Dr. Watson. E, na França, Gaston Leroux, apresenta ao público-leitor Monsieur Lecoq. O que esses dois escritores têm em comum é o desenvolvimento de uma característica embrionária do RPC que escapara a Poe: o maquiavelismo, segundo Boileau; Narcejac (1991).

Doyle e Leroux entrevêm que o assassino pode e deve premeditar o crime; que ele, como o detetive, é uma máquina pensante que usa de raciocínio lógico. Assim, nessa nova variante, haverá uma alternância entre o raciocínio do detetive e o do criminoso, também dotado de genialidade intelectual.

### 3.3 O Contexto Histórico-Social do Gênero Policial

No final do século XIX, de acordo com Mandel (1988), os criminosos profissionais surgiam cada vez mais com o advento do capitalismo e o emergente desemprego. No período feudal, os movimentos sociais coletivos eram contra a propriedade privada, porém, com o capitalismo, essa revolta passou a ser individual. E, assim, aquele que era o bom ladrão, que lutava por uma causa coletiva, virou um mau ladrão, um assassino. Esse fato gerou uma boa fonte de inspiração; um bom negócio para o novo teatro popular e a imprensa. E como os escritores de romance precisavam de trabalho, de dinheiro, resolveram investir nessa área próspera, surgindo, dessa forma, histórias de arrepiar e de assassinatos cruéis.

Segundo Mandel (1988), a dramatização do assassinato nos novos romances tinha por função defender a propriedade privada, pois a burguesia pretendia defender a ordem social e não mais atacá-la. E, assim, era preciso eleger uma polícia.

Embora eleita, a burguesia, a classe média alta e a alta não sentiam necessidade de elogiar essa nova instituição, pois era composta de pessoas vindas ou da classe média ou da trabalhadora (zonas onde diziam elas residiam suspeitos ou subversivos), não merecedoras de crédito<sup>54</sup>. Além do mais, como os integrantes das classes, teoricamente mais abastadas, gastavam mais do que tinham e, conseqüentemente, não tinham como pagar suas dívidas, acabavam por ser presos pela polícia criada por eles próprios. Logo, as prisões dessa época guardavam mais devedores do que assassinos e ladrões, gerando assim descontentamento entre essas classes sociais.

No entanto, com o decorrer do século XIX, tal configuração começou a sofrer uma transformação. Ocorreram revoltas da classe trabalhadora contra a pobreza e a exploração capitalista, levando medo à burguesia que passou a exigir do Estado uma polícia mais competente, que vigiasse as camadas inferiores, que, segundo ela, era o berço dos criminosos. E, dessa forma, a polícia foi remodelada e passou a ser vista como uma instituição benfeitora; as prisões passaram a receber não só assassinos e

---

<sup>54</sup> Conta a história que o primeiro detetive da vida real que se destacou foi Le Vidocq, um ex-condenado, no final do século XIX.

peessoas que não tinham pagado suas dívidas como também outros tipos de hóspede: indivíduos que tinham cometido crime de roubo, do conto-do-vigário e de fraude.

A natureza dos primeiros romances policiais está, portanto, relacionada igualmente às funções da literatura popular e às forças mais profundas que operam sob a superfície da sociedade burguesa. *A transformação do crime, se não dos próprios problemas humanos em mistérios que possam ser solucionados, representa uma tendência comportamental e ideológica típica do capitalismo* (Mandel 1988:38).

Remodeladas as prisões e a polícia, a sociedade esperava que as mazelas humanas fossem contidas. No entanto, conforme Mandel (1988), no começo do século XX, com o aparecimento da Lei Seca que proibia a fabricação e venda de bebidas alcoólicas, nos EUA, ocorreram seqüestros e guerras entre quadrilhas que a violavam. E, com a Depressão da década de 20 e o *crack* das Bolsas de Nova York, a situação piorou. Havia assaltos a bancos e muitos assassinatos, o que fez com que o crime se expandisse, exigindo mais capital e um outro tipo de organização. Foi nesse entremeio que se solidificou o crime organizado, detentor do controle do contrabando de bebidas, da prostituição, do jogo e das loterias.

Historicamente, o crime organizado antecede a Lei Seca. A máfia italiana e a sociedade secreta chinesa (Tríades) já existiam há décadas. Só que essas organizações não conseguiam o monopólio de bebidas na América, fato conquistado por Lucky Luciano, na verdade Salvatore Lucania, um ítalo-americano, residente em Nova York, chefe do submundo do crime organizado.

Com as mudanças histórico-sociais ocorridas no território americano, o RPC acabou por sofrer também transformações, refletindo a própria história de evolução do crime. Saiu do espaço fechado e voltou para o aberto, como no antigo romance de aventura. Durante esse período, a massa tomou consciência da nova forma do RP por meio das revistas de mistérios que teve, na série *Black Mask*, fundada na década de 20, seu primeiro exemplo. Esse *magazine* popular publicava novelas policiais do gênero clássico, *thriller*<sup>55</sup> e *hard boiled*.

---

<sup>55</sup> A expressão *thriller* deve ser entendida como narrativas de “fazer medo” e *hard boiled* como brutal.

No novo romance policial (NRP)<sup>56</sup>, houve uma revolução no cenário, na linguagem e no *modus operandi*. A corrupção social, especialmente entre os ricos, mais a brutalidade do crime organizado formavam seu tema central. O detetive não pertencia mais à classe média alta ou à alta. Era um profissional assalariado que trabalhava para se sustentar; era um particular. Costumava ser áspero, agressivo e rabugento. Seu cliente pedia resultados imediatos, ele, portanto, fazia o que fosse necessário para descobrir a verdade. Para tanto, mantinha contatos escusos com a escória da sociedade e conhecia os recantos mais pobres/podres e violentos da cidade onde morava.

No NRP, denominado de romance policial americano ou negro, o narrador era ora impessoal e indefinido ou o próprio protagonista. Essa característica fazia com que a narrativa se desse ao mesmo tempo em que a ação. Assim, os crimes, os criminosos, o detetive e, por extensão, o leitor, atuavam lado a lado. E, para tanto, o tempo verbal predominante ao longo do texto deveria ser o presente. Além disso, a linguagem ficou mais humorada; os diálogos, mais diretos e objetivos – sem períodos longos e rebuscados tal como apareciam no RPC.

Afora isso, no romance policial clássico, a interpretação final dos fatos, considerando o processo de investigação, é dada como inquestionável – ao passo que no romance negro, o detetive apresenta uma versão dos fatos e não a assume como a verdadeira.

Reimão (1983) afirma que o romance negro pode ser entendido como uma paródia por inversão do romance policial clássico, pois rompe com a noção das duas histórias (primeira é quase suprimida e é a segunda que recebe a ênfase do narrador); além do mais, o RPN abandona as descrições introspectivas, dando maior realce à ação e à rotina das personagens. Nesse sentido, a autora conclui que o romance americano poderia ser denominado de romance de costumes contemporâneos.

No começo dos anos 40, do século XX, o crime passa a ser analisado não mais por um investigador somente. Como havia a necessidade de se combater o crime

---

<sup>56</sup> A primeira grande revolução no NRP apareceu com os trabalhos dos americanos Dashiell Hammett e Raymond Chandler; depois, com o belga Georges Simenon, Leon Mallet e Ross Macdonald.

organizado, a lei foi revista e o detetive substituído por um agente de polícia que usava, além do intelecto, outras técnicas da ciência e da administração organizada: medicina legal, laboratório de análises clínicas, aparelhos de escuta etc. As novas personagens do RP elevaram o *status* da polícia a grupo organizado para combater não só o crime, mas também para ser guardiã da propriedade privada como instituição. Assim, nasceu o romance policial processual (RPP).

As transformações não se limitavam ao *status* da polícia. Com a Primeira Guerra Mundial e o período entre guerras, surgiu um novo tipo de crime: o contra o Estado. Aqueles que burlavam a lei eram agentes de outros governos ou países que espionavam o inimigo com a finalidade de ganhar a guerra.

A espionagem já existia antigamente, pois é de senso comum que quando ocorrem guerras surge a figura de um espião. No entanto, nas narrativas, principalmente, nas de aventura, tal figura não era um elemento de destaque. Foi com a Primeira Guerra Mundial que esse elemento se expandiu e ganhou vulto. A espiã Mata-Hari, conhecida mundialmente, inspirou vários modelos de espiões fictícios. E assim apareceu uma nova variante do romance policial – o de espionagem (RPE)<sup>57</sup>.

No RPE, a trama se baseia em uma conspiração do inimigo que é resolvida no próprio território dele. Como o vilão já é conhecido desde o começo da história, o herói-espião, dotado de raciocínio acima da média, habilidades físicas e psicológicas especiais, e sentimento mais emoção, tem por objetivo acabar com os planos dele, seu inimigo.

No romance policial clássico, o detetive captura o criminoso usando sua habilidade lógica e inteligência. Com a transformação do capitalismo, quem tinha adquirido o poder do capital pagava a outros para resolver seus problemas. Desse modo, a ação ao longo da trama e a aptidão física dos heróis, antes marcas do romance de aventura, passaram a integrar com bastante força o universo da ficção policial de espionagem, mostrando que, *a chave da transformação interna do gênero [podemos dizer] resid[ia] na evolução do pensamento para a ação* (Mandel, 1988:139).

---

<sup>57</sup> Um exemplo dessa mudança é a criação de Ian Fleming de um agente secreto, com licença para matar, muito conhecido do público: James Bond.

De acordo com Mandel (1988), a expansão do comércio da droga se deu após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 40 e 50, nos EUA, ao final da Lei Seca, pois havia a necessidade de um novo produto a ser comercializado pelo crime organizado. Nesse período, havia a expansão do vício das drogas e, conseqüentemente, o crime nas ruas aumentava consideravelmente. Os soldados americanos na Alemanha, no Japão, e aqueles que não se adaptaram à nova vida civil, mais famílias negras e porto-riquenhas nas cidades americanas, todos eram traficantes em potencial.

Nas décadas de 50, 60,70, a violência gratuita aumentava cada vez mais nas ruas da América. Pessoas anônimas eram mortas sem nem motivo. Aparecia, nesse período, na França, uma nova variante do RP: o *roman noir*, decorrente da série *noire*, dirigida pelo diretor e criador da série Marcel Duhamel, que apresentava cenas de violência, brutalidade e sadismo. No *roman noir*, o mistério ficava em segundo plano e, em primeiro, vinha a violência, o que fez com que o romance policial começasse a sofrer um declínio literário, segundo críticos da época.

De acordo com Albuquerque (1979), o *roman noir* trouxe policiais mais corrompidos do que os vilões malfeitores. Em alguns momentos, o confronto entre moralidade convencional e imoralidade acabava levando o detetive a não resolver o mistério. Às vezes, não havia detetive para fazê-lo nem mistério a ser resolvido. As cenas de ação, violência e massacre tecidas ao longo desse novo gênero eram vis e a linguagem coloquial, perpassada pelo humor, chegava a ser chula. Aparecia também um amor bestial, desordenado. Afora isto, no *roman noir*, tudo remontava às inovações tecnológicas (o automóvel, o cinema, a fotografia, as estradas de ferro) e a ação coincidia com a narrativa.

De acordo com Todorov (1979), não há retrospectão temporal nem mistério e enigmas nessa variante. O interesse do leitor é mantido de dois modos:

a) pela curiosidade – há um cadáver (efeito) e um culpado e motivos do crime (causa);

b) pelo suspense – são apresentados dados iniciais (causa) que levarão a um crime (efeito). Há uma espera pelo que vai acontecer.

Assim, no *roman noir*, o detetive, antes invulnerável, perde sua imunidade. Ele pode apanhar, ficar ferido e até morrer. Já o culpado goza de importância ao longo da trama e pode ser até uma personagem principal. Às vezes, o criminoso é um profissional e não mata por razões pessoais.

A partir do suspense, um dos recursos usados para prender o interesse do leitor no *roman noir*, novas mudanças no RP são tecidas, surgindo, então, um tipo de romance denominado de suspense (RS).

O RS pode ser entendido como o romance da vítima, consoante Boileau; Narcejac (1991:66-7), pois em seu bojo três componentes podem ser observados: a ameaça, a expectativa e a perseguição. *No suspense, o que é suspenso é o tempo. É a ameaça que transforma o tempo em duração dolorosamente vivida. A expectativa é essa duração retardada ao extremo e, por isso mesmo, torturante; a perseguição é essa duração acelerada, que leva à espécie de espasmo em que a vida se rompe e se desfaz... (...) Haverá uma ‘relação matemática’ entre o tempo e a ‘excitação’ produzidos pela narrativa. Essa relação é precisamente o suspense.*

De modo geral, no RS, o mistério é substituído pela descoberta de um crime repugnante; o que impera nele é a lógica dos sentimentos e não a do espírito de detecção como RPC.

Apesar de a lógica dos sentimentos imperar sobre a do espírito, em algumas variações do RP, acreditamos ser necessário elucidar algumas idéias acerca da técnica de interpretação de pistas, ao longo de um inquérito. Assim, embora tenhamos variações temáticas, o método detetivesco manteve-se sempre presente ao longo das tramas, somente sofrendo mudanças em função de novas tecnologias, porém, sem deixar de lado as sutilezas do raciocínio humano.

Em relação ao método, por exemplo, Ginzburg (1991:98) apresenta a técnica de Morelli<sup>58</sup>, cuja abordagem se baseia na interpretação de pistas, de ... *minúsculos*

---

<sup>58</sup> Na década de 70 do século XIX, na Alemanha, foram publicados, em uma revista de arte, vários artigos sobre pintura italiana assinados por Ivan Lermollieff e traduzidos por Johannes Schwarze, ambos desconhecidos do mundo acadêmico. Nos artigos, era proposto um novo método de análise para autenticar a originalidade de obras de arte, fato esse que gerou muita polêmica entre os críticos dessa área. Esse método consistia em analisar os

*detalhes [que] proporcionam a chave para uma realidade mais profunda, inacessível por outros métodos.*

O estudioso italiano discute também o modelo dos caçadores pré-históricos que decifravam o presente, a partir de marcas do passado recente ou remoto (diagnóstico) deixadas na natureza, ao lado do modelo indicial decorrente da leitura dos textos divinos mesopotâmicos (3000 A.C.), que apontavam para o futuro (prognóstico). Ambos os modelos abordavam “a realidade” de modo parecido e os sujeitos neles envolvidos usam habilidades intelectuais semelhantes tais como análise, comparação e classificação, sendo o contexto social, o fator a diferenciá-los entre si.

Para ilustrar essas técnicas, Ginzburg (1991:119) retoma a história oriunda da Pérsia - *Peregrinações dos três jovens filhos do rei de Serendippo*, descrevendo como, a partir de pistas lidas na natureza, os três filhos do rei identificaram e localizaram um animal perdido, no caso um camelo, sem nunca o ter visto antes.<sup>59</sup> *Quando as causas não podem ser repetidas, não há alternativa que inferi-las de seus efeitos.* Se, para buscarmos as causas, temos que inferi-las de seus efeitos, isto significa que um tipo de raciocínio pode ser aplicado e explicações formuladas, a partir da observação de um (ou alguns) fato(s) e suas pistas.

Harrowitz (1991:201:203:218), valendo-se de teorias do filósofo Charles S. Peirce e da análise de obras de Edgar Allan Poe, discute que o método detetivesco se pauta pela abdução - *um processo de formação de uma hipótese explanatória.* (...) [no qual se] *observa um fato. A fim de explicar e compreender isso, você busca em sua mente algum vislumbre de teoria, explicação, iluminação e assim por diante.* Assim, *a ficção detetivesca foi e ainda é a forma literária devotada à expressão da abdução..*

Também fundamentada em C.S. Peirce, Frankenthal (2003) afirma que a abdução é a primeira das etapas de um determinado processo de investigação, seguida, respectivamente, pela dedução e pela indução. Para ela, a abdução é uma operação

---

detalhes menores como lóbulos de orelha, unhas dos dedos, formato das mãos e dos pés entre outros presentes nas obras dos grandes mestres da pintura. Tempos depois, descobriram que aquele autor assim como o tradutor, ambos de origem russo, eram, na verdade, uma só pessoa, o estudioso italiano Giovanni Morelli. E, assim, seu método passou à história como método Morelli.

<sup>59</sup> Como é de senso comum, Voltaire, em **Zadig**, retoma a história dos três jovens. Só que no lugar do camelo, são introduzidos um cavalo e uma cadela. O conto *O cão e o cavalo* pode ser encontrado em Costa (2002). 68

mental que lida com adivinhações entendidas como suposições, pois sugere que **algo pode ser** a partir de um fato surpreendente que rompe determinadas expectativas.

Assim, considerando o fato em si e pistas observadas *in loco*, novas idéias são formuladas e passam a compor hipóteses, ou seja, as causas que possivelmente explicam o porquê de o fato ter ocorrido. Depois, tomando as suposições elencadas, aquelas que são passíveis de serem verdadeiras (**algo pode ser**) são selecionadas e verificadas. Essa verificação de hipóteses leva à dedução, à inferência das conseqüências prováveis de uma hipótese (**algo deve ser**). Nesse sentido, de acordo com Frankenthal (2003:42), ao verificarmos as relações entre **algo que pode ser** e **algo que deve ser**, chegamos à indução, processo em que se “avalia, através do experimento, a validade da relação entre hipóteses e dedução”.

Além do método, as modalidades de romance policial pressupõem uma determinada organização com respectivas categorias. Nesse sentido, Albuquerque (1979) apresenta as seis regras aplicadas por E. A. Poe<sup>60</sup>, segundo François Fosca; as quatro normas de Thomas Narcejac; o resumo de Ellery Queen e as vinte regras de S.S. Van Dine<sup>61</sup>, com a finalidade de chegar a um consenso sobre o assunto.

Considerando que parte das regras se assemelha, cotejamos as semelhanças e as diferenças com propósito de resumi-las para este trabalho. Assim, é preciso

- chamar a atenção para a identidade do criminoso - quem foi?
- enfatizar o seu *modus operandi* - como foi cometido o crime?
- dar importância ao porquê da ação criminosa - por que o crime foi cometido?
- descrever e enunciar com objetividade as pistas;
- existir um detetive que detecte/ investigue um crime e um criminoso que o cometa;
- resolver o problema do crime, usando o raciocínio e, se necessário, novas tecnologias, aparato institucional e conhecimentos científicos das várias áreas do conhecimento (Biologia, Medicina, Direito ...);

Acerca da técnica de interpretação de pistas, Queiroz (2002) afirma que a investigação clássica passa pelas sete perguntas tradicionais: O quê?, Quando?, Onde?,

---

<sup>60</sup> Para conhecer as regras dos autores indicados, sugerimos a leitura dos capítulos 2 e 3 de Albuquerque (1979). 69  
<sup>61</sup> São elas: o problema, a solução inicial, a complicação, o estágio de confusão, as primeiras luzes, a solução e a explicação.

Como?, Por quê?, Quem vítima?<sup>62</sup>, Quem autoria? Dentre elas, segundo o autor, as mais complicadas de responder são: a) “Quem vítima?”, porque pode ocorrer da vítima não ter documentos e, assim, sua identidade ficar oculta por muito tempo, atrapalhando a investigação; b) “Por quê?”, pois compor o motivo do crime é sempre mais árduo, porque caso a vítima não pertença a um determinado grupo ou então tenha sido morta por banalidade, encontrar as razões para reconstituir o caso também demorará mais.<sup>63</sup>

De modo geral, os procedimentos da investigação consistem em: a) obter provas para detecção do crime. Essas provas podem ser materiais ou depoimentos de testemunhas; b) visitar o local do crime para coletar as provas, para, oportunamente, poder analisá-las; c) ouvir depoimentos de testemunhas para obter informações<sup>64</sup>; depois averiguar a vida pregressa da vítima, de modo a buscar fatos que o liguem ao crime; interrogar/ ouvir o depoimento de suspeitos, pessoas acusadas; por fim, reconstituir o crime. E tudo isso com um único objetivo: produzir conhecimento para resolver um mistério, um caso.

## **Considerações Finais**

De modo geral, o que há de comum e de diferente entre as variações do romance policial e o romance policial clássico?

Podemos afirmar que a busca de identidade, ou seja, o leitor quer saber: - Quem cometeu o crime? Qual é a falsa identidade do vilão? Como é o assassino como pessoa? Qual o ponto de vista adotado pelo responsável pela ação criminosa, ao longo da narrativa?

Segundo Mandel (1988), a busca da identidade é uma característica própria da sociedade dividida entre ser imoral, cruel, pensando só em si mesma, e ser justa, buscando igualdade para todos. Como a vida se pauta por padrões divididos entre

---

<sup>62</sup> O autor não usa o verbo explícito.

<sup>63</sup> *Reconstituição é uma reprodução simulada dos fatos, realizada pelos autores e testemunhas, visando desfazer 70 dívidas e evidenciar detalhes do fato investigado.* (Queiroz, 2001:61)

<sup>64</sup> As informações são conhecimentos que embasam o caso, levando a tomada de decisões.

normais, sociais e necessidades pessoais, eles costumam ser reprimidos e só liberados em determinadas situações, como, por exemplo, na leitura de romance policial. Logo, podemos deduzir que o que há por detrás do RPC e suas variantes é a necessidade que a sociedade tem de saber quem ela é realmente.

Quanto às diferenças, o ponto de vista adotado ao longo da narrativa é um dos itens da questão. No RPC, o foco recai sobre o mistério; no NRP, no detetive e na sua habilidade de detecção, no romance *noir*, no criminoso e, no RS, na vítima.

Considerando o posto, questionamo-nos, ainda, se o adjetivo **policial** justaposto ao substantivo **romance** seria o mais adequado, visto que nem sempre o protagonista é um policial, ou um dos responsáveis pela resolução do mistério, do enigma.

Segundo Albuquerque (1979), há estudiosos que sugerem o adjetivo **mistério** ou **criminal** para o RPC. No entanto, foi o **policial** que se consagrou. E possivelmente que tal fato tenha se dado no momento em que o romance saiu do papel e passou à tela do cinema como **gênero**, no sentido de espécie de história.

Assim, neste trabalho, respaldados pelos aspectos teóricos expostos, adotamos a expressão **gênero textual policial** ou **gênero policial**.

## CAPÍTULO IV - Ação Sociointeracional

### - A Linguagem e os Processos de Referência Textual

O jogador, de verdade, não se limita ao jogo [de xadrez]. Examina bem a fisionomia do parceiro. Compara-a cuidadosamente com a de cada uma dos adversários. Considera a maneira como são repartidas as cartas. Conta trunfo por trunfo. Figura por figura, vigiando o olhar dos demais. Nota todas as modificações fisionômicas no decorrer da partida. Expressão por expressão vai ficando guardada na memória. É a alegria, a surpresa, o triunfo, o pesar. Reconhece o blefe pelo jeito com que a carta é lançada na mesa. Uma palavra casual, a contagem, a arrumação, o embaraço, a dúvida. O tremor das mãos, a importância, uma carta que cai, tudo lhe oferece à percepção indicações do verdadeiro estado das coisas. E. A. Poe <sup>65</sup>

Símbolos. Tudo símbolos / Se calhar, tudo é símbolos... / Serás tu um símbolo também? / Olho, desterrado de ti, as tuas mãos brancas / Postas, com boas maneiras inglesas, sobre a toalha da mesa. / Pessoas independentes de ti... / Olho-as: também serão símbolos? / Então todo o mundo é símbolo e magia? / Se calhar é... / E por que não há de ser? (...)  
Fernando Pessoa <sup>66</sup>



René Magritte<sup>67</sup>

<sup>65</sup> *Os crimes da Rua Morgue. In: LISPECTOR, Clarice (selec. e reesc.). O gato preto e outras histórias de Allan Poe.* Rio de Janeiro: Ediouro, [19--], p. 46.)

<sup>66</sup> *Psiquetípia.* Disponível em: <http://www.secrel.com.br/jpoesia/facam44.html>. Acesso em: jan./2006.

<sup>67</sup> Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/imagens/rm144.jpg>. Acesso em: 24/02/2006, às 18h50.

## Considerações Iniciais

No capítulo anterior, tratamos do GTP, com a finalidade de compreender como sua configuração se delineou ao longo do eixo histórico-social. Neste quarto capítulo, pretendemos pontuar a complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento, estabelecida discursivamente, e refletir acerca de conceitos tais como os processos de referenciação, a inscrição do par-dialógico Pergunta-Resposta, a negação, a indefinidade e a condicionalidade. Esses conceitos são relevantes porque nos permitirão prever estratégias específicas para a leitura do GTP.

### 4.1 A Linguagem como Ação e os Processos de Referenciação Textual

Os primeiros estudos acerca da linguagem humana descrevem-na como um espelho do mundo e do pensamento. Sobre a língua, afirmam-na como signos que representam e refletem o pensamento do homem e seu conhecimento de mundo. Depois, a linguagem passou a ser entendida como uma ferramenta de comunicação. Logo, o ser humano usava a língua como instrumento para transmitir informações. Mais recentemente, a linguagem tem sido compreendida como uma *forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada: como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes*, de acordo com Koch (1995:9-10).

Nesse sentido, se a linguagem é uma forma de ação social, interindividual finalisticamente orientada, assumimos com Koch (2004:57) que

nosso cérebro ... reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso [e] deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua.

Sendo assim, a realidade é um produto de nossa percepção e da prática sociocultural, e nosso processo de conhecimento do ser humano é regulado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem.

Em outras palavras, a (re)elaboração desses dados sensoriais se dá essencialmente no discurso, por meio de processos de categorização, recategorização, de-categorização de entidades discursivas, que levam tanto a estabilização e atualização como a modificação e expansão de modelos textuais e de referências, em função do momento histórico, sociocultural, e, particularmente, do interesse de quem lê e de quem escreve<sup>68</sup>, de acordo com Koch; Marcuschi (1998) e Koch (2004).

Assim, no processo de categorização, que está para o ato de designar, representar ou sugerir uma entidade como objeto-do-discurso<sup>69</sup>, um objeto não mencionado é introduzido e ativado no modelo textual, criando um espaço mental/referencial. Nesse espaço, o item lexical que o representa fica em foco na memória de curto termo, segundo Koch (2002), como podemos verificar em (1):

(1) Por que alguém escolheria **um lugar público, uma praça**, para matar a tiro um policial? Uma resposta: porque é **o melhor lugar** para se matar um policial. Outra resposta: porque calhou de ser **aquele lugar**. Terceira resposta: porque o policial e o assassino marcaram um encontro **naquele lugar**. Havia outras respostas possíveis, mas como o percurso até as delegacia não era muito longo, Espinosa contentou-se com as três hipóteses, sendo que, das três, a terceira era *indiscutivelmente* a melhor.

(GR, JCC, - Parte I, cap. 2, p.16. O negrito é nosso.)<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> Chamamos a atenção para a leitura e a produção escrita, em função de nosso objeto de análise ser a leitura de gênero textual escrito. Em gêneros orais, esses processos também ocorrem, só que de forma diferenciada.

<sup>69</sup> Segundo Mondada; Dubois (2003) e Jubran (2003:94), *as entidades designadas em um texto são diretamente relacionadas com as entidades designadas pelos sujeitos, na elaboração de seu discurso, para representarem tais entidades, tendo em vista seus propósitos interacionais. Assim, os referentes [que não são objetos-do-mundo e sim objetos-do-discurso] são gerados no interior do discurso (...), por meio de estratégias específicas de referenciação*, levando em conta concepções individuais e públicas do mundo.

<sup>70</sup> As ocorrências, nomeados com JC, GR, foram retirados da novela policial **Uma janela em Copacabana** (JC), 74 de Luiz Garcia-Roza (GR), publicada pela Companhia das Letras.

Em (1), as expressões nominais indefinidas “um lugar público”, “uma praça” são introduzidas e formam uma base para as continuidades referenciais, ou seja, inserem um referente textual a ser recuperado por outras expressões nominais (uma definida e duas híbridas), como “o melhor lugar”, “aquele lugar”, “naquele lugar”.

Já na recategorização, que é *uma categoria fundamental [usada] para explicar os processos de heterogeneidade semântica no processo textual (...)*, de acordo com Koch & Marcuschi (1998:2), temos a reativação de um objeto já dado, por outro item lexical, na memória de curto termo. Logo, o objeto-de-discurso continua ainda em foco, mas com nuances predicativas outras.

(2) É o seguinte: **Ramos, Silveira e Nestor, os três policiais assassinados**, não eram pessoas especialmente inteligentes. Nunca se destacaram como investigadores e foram medíocres em funções administrativas. Também não eram honestos. Os três trabalharam juntos, tempos atrás, na delegacia de roubos e furtos, e descobriram que havia uma forma fácil de ganhar dinheiro com carros roubados. (GR, JCC, p.214. O negrito é nosso.)

Na ocorrência (2), temos um período simples, cujo lugar sintático de sujeito é preenchido hiponimicamente, por nomes próprios, que, em seguida, hiperonicamente, são particularizados em um aposto explicativo, que assinala as funções profissionais e os papéis das personagens em uma história policial.

Quanto à de-categorização, temos um processo que desestabiliza um aspecto da referência e a transforma *sob o efeito de uma mudança contextual ou ponto de vista*. Ao longo desse processo, um novo objeto é introduzido na memória de curto termo. O objeto antes em foco sai de cena e fica em suspensão, podendo ser inferido a qualquer momento, no discurso, conforme Koch (2002, 2004:56).

Diante do exposto, como entender a referência que plasma a realidade, o mundo e as coisas do mundo, se a percepção é o lugar do não-lingüístico, em que se situa a significação?

Considerando que a língua não existe fora dos sujeitos sociais e de seus modelos de mundo, a resposta é que a interpretação da noção de referência deve se dar sob outro ponto de vista que não o da ‘realidade’, mas sim sob o da prática social, cultural.

De acordo com Koch (2004:57),

os modelos de mundo... (re)constroem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos -, situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos.

Nesse caso, a partir da perspectiva textual-sociointeracional decorrente dos estudos da Lingüística textual, podemos discutir a noção de referenciação (e não de referência) como um processo realizado no discurso, engendrado na dinâmica interacional, que induz a categorização, recategorização, de-categorização de referentes, tidos como objetos-de-discurso.

Desse modo, estamos assumindo uma visão processual da significação, da construção de sentidos do texto e, portanto, a noção de referenciação, e não de referência, bem como a concepção de língua como uma atividade social que pede a negociação e a (re)construção colaborativa dos sentidos textuais, em função de determinados contextos e práticas sociais.

A seguir, trataremos de alguns procedimentos de referenciação, delineando seu caráter anafórico, bem como as formas lingüísticas usadas nas expressões referenciais e suas funções.

#### **4.1.1 As Principais Estratégias de Referenciação Textual**

A partir dos processos de categorização, recategorização, de-categorização de entidades discursivas, Koch & Marcuschi (1998), Lima (2003), Cavalcante

(2003), Koch (2004)<sup>71</sup>, Mondada & Dubois (2003) e Apotheloz (2003) retomam a discussão sobre processos de referenciação e de progressão referencial, ampliando a noção de anáfora que, até então, era entendida pela Lingüística Textual como uma estratégia de retomada de um item lexical explícito, por meio de recursos pronominais e/ou nominais que mantêm entre si uma relação de correferencialidade. Assim, o elemento anafórico poderia ser introduzido por um grupo nominal definido, pressupondo, ou uma relação semântico-lexical, ou uma léxico-estereotípica entre o núcleo da expressão anafórica e o antecedente.

No entanto, avançados os estudos, somaram-se aos aspectos lingüísticos os aspectos pragmático-discursivos, e, assim, o elemento lingüístico, denominado **anáfora**, passou a ser entendido como um fenômeno atrelado à dinâmica textual e à construção dos objetos-do-discurso; nesse papel, serve tanto para a continuidade e a manutenção referenciais quanto para a construção dos sentidos do texto. Em outras palavras, a anáfora passou a remeter a um elemento primeiro chamado fonte, suporte ou âncora textual, que pode não estar lexicalmente explícito, mas ser inferido do co(n)texto ou de conhecimentos conceituais, e, ainda, envolver conhecimentos de mundo e esquemas cognitivos, conforme Koch & Marcuschi (1998), Lima (2003) e Koch (2004).

Em função das novas configurações do processo anafórico, Cavalcante (2003) e Marcuschi (2000) expõem que há expressões referenciais<sup>72</sup> que introduzem novos referentes no universo discursivo, sem continuidade referencial<sup>73</sup> e que há expressões referenciais anafóricas, dêiticas ou híbridas que, seja por remissão, por retomada ou por inferenciação, acabam por promover essa continuidade. À guisa de facilitar os estudos de referenciação e respaldados por sugestões teóricas de Mondada & Dubois (2003) e Apotheloz (2003), alguns estudiosos como Cavalcante (2003), Marcuschi (2000) e Koch (2004) propõem uma classificação, em relação às continuidades

---

<sup>71</sup> A ampliação do conceito de anáfora não se dá somente nos estudos lingüísticos brasileiros, mas também nos germânicos, franco-suíços, anglo-saxões entre outros.

<sup>72</sup> Expressões referenciais são as formas de designação de 'referentes', objetos-de-discurso.

<sup>73</sup> As introduções referenciais puras, sem continuidade referencial, estão para os dêiticos pessoais, temporais, espaciais e memoriais, dêiticos esses que não serão discutidas neste trabalho.

referenciais, apresentadas como anáforas com retomada e sem retomada, que passamos a expor.

#### 4.1.1.1 As Anáforas com Retomada

Cavalcante (2003) estabelece que as anáforas com retomada pressupõem uma base de referencialidade que pode estar ancorada em:

- a) um antecedente correferencial<sup>74</sup>, possibilitando uma retomada total;
- b) um outro referente distinto, levando a uma retomada parcial;
- c) um conteúdo proposicional, não retomando referentes e sim remetendo-os a um co(n)texto.

As expressões referenciais usadas, na **anáfora correferencial (total)**, ao longo do texto, designam o mesmo referente e, considerando os traços de significação, essa correferencialidade pode ser co-significativa, recategorizadora ou nenhuma das duas coisas.

Na **anáfora correferencial co-significativa**, ocorre a reiteração de termos por repetição de itens lexicais ou palavras sinônimas.

(3) O garçom caminhou ao longo da prateleira até uma parede nos fundos, onde começava a cozinha, contornou o balcão, andou até nossa mesa e perguntou o que íamos querer. Suzana declarou - como se precisasse dar satisfações a alguém - que estava com fome. Pediu **refrigerante** e misto quente. Eu não sentia fome (...) Pedi uma garrafa **de cerveja** e **um copo alto**. Ela retomou o assunto que nos interessava (...) O garçom se aproximou de novo da nossa mesa, trazendo **a cerveja** e **o copo alto**, o sanduíche e **o refrigerante**. Depois de nos servir, perguntou se queríamos mais alguma coisa. Como não queríamos, ele retornou a seu posto

---

<sup>74</sup> No processo de correferenciação, o referente âncora é retomado da mesma forma. Não há mudanças semânticas. 78

atrás do balcão, passando de novo rente à mesa de sinuca. (...) (JN, VP, p. 34. O negrito é nosso.)<sup>75</sup>

Em (3), considerando o contexto no qual se dá o encontro das personagens, é possível observar a reiteração de expressões com variação de determinante. As expressões “refrigerantes”, “uma garrafa *de cerveja*” e “um copo alto” são introduzidas pela primeira vez na seqüência textual e, a seguir, retomadas, correferencialmente, de modo definido: “a cerveja” e “o copo alto”, “o refrigerante”.

Na **anáfora correferencial recategorizadora**, recupera-se o referente a partir de processos de recategorização da forma de designação, por meio de formas remissivas lexicais como hiperônimos, expressões definidas, nomes genéricos e por formas remissivas gramaticais como pronomes demonstrativos. Por exemplo, no trecho a seguir, verificamos o uso de uma expressão definida.

(4) A segunda constatação, corolário da primeira, em que **os três policiais** tinham outras mulheres, mas que tampouco elas moravam no endereço oficial de cada um: moravam em apartamentos alugados pelos **amantes**. Em geral, essas mulheres tinham vida social extremamente restrita. (GR, JCC, 43-4. O negrito é nosso.)

Em (4), o objeto-de-discurso “os três policiais” é recategorizado pela expressão nominal definida “pelos amantes”, que acrescenta uma informação nova à seqüência textual, porém dada sob o modo do conhecido. As informações dadas dessa forma costumam pôr em relevo atributos do referente, a fim de destacá-los e, também, para manter a progressão temática.

Já nos (5) e (6), temos um nome genérico condensando e recategorizando uma extensão. É interessante observar que no (5), a expressão nominal, que tem como nome-núcleo um nome genérico, “coisa”, é composta de um determinante, o pronome demonstrativo “essas”, que reforça a recuperação do dado, no sentido retrospectivo, ao

---

<sup>75</sup> As ocorrências nomeadas com VP, JN, foram retirados da novela policial **Vida Progressa** (VP), de Joaquim Nogueira (JN), publicada pela Companhia das Letras.

passo que no (6), o uso de uma expressão nominal indefinida, “uma porção”, também como nome genérico, indica uma informação nova, condensada, de valor axiológico negativo, em função do verbo “aprontar”, só que no sentido prospectivo.

(5) Você podia fazer isso pra mim, ela pediu.

Isso o quê?

Procurar o Anatole. Venício, eu preciso saber o que aconteceu. Não é nem uma questão sentimental, não, é uma questão prática. Eu morava com ele, tem o apartamento, aluguel e condomínio pra pagar, água e luz, telefone, a grana que ele pediu pra eu guardar, essas coisas. Não posso ficar em casa de braços cruzados, esperando que a informação me caia no colo. (JN, VP, p. 34-5. O negrito é nosso.)

(6) Aqui é o Minos! O Minos, porra!

Tá bem. Já entendi. É o Minos. Não precisa berrar mais.

Você tinha pedido que eu levantasse o DVC do ex-tira Sílvio, de um brachola chamado Anatole e pra puxar a placa de um carro. Lembra?... Legal. Acabei de pesquisar. Quando estava na polícia, o Sílvio aprontou **uma porção, cheque sem fundos, apropriação indébita**, mas deixou o melhor para depois, quando já estava fora das fileiras. Assalto.

O quê? Assalto? (JN, VP, pp.59-61. O negrito é nosso.)

Já na anáfora correferencial **não-co-significativa e não-recategorizadora**, a recuperação da referência é formalizada por pronomes pessoais como em:

(7) (...) Quanto ao **segundo crime**, as circunstâncias que o cercavam eram ainda mais escandalosamente visíveis do que as do primeiro, e no entanto ninguém era capaz de fornecer um único dado sobre o assassino.

(GR, JCC, pp.24-6. O negrito é nosso.)

(8) Achei melhor evitar o assunto com **Adailton**. Era o que aconselhavam nossas poucas afinidades e nossa nenhuma intimidade. Fiquei em silêncio com o fone junto ao ouvido. Depois de algum tempo **ele** se mancou.

(JN, VP, pp.26-7. O negrito é nosso.)

Quanto às expressões referenciais usadas na **anáfora correferencial (parcial)**, essas repetem, em parte, o núcleo de um sintagma nominal antecedente e acrescentam a ele um adjetivo ou quantificadores, ou, às vezes, a expressão sofre supressão de termos por economia lingüística, ou por razões de estilo.

(9) As primeiras investigações do grupo revelaram os fatos maiores e mais visíveis, mas nem por isso do conhecimento de todos. A primeira constatação foi que cada um dos três mortos tinha **dois endereços: um oficial**, constante da ficha profissional, e **outro privado** que não aparecia nos registros oficiais, além de manterem um terceiro apartamento para as amantes. (JN, VP, pp.43-4. O negrito é nosso.)

Em (9), por exemplo, podemos identificar a supressão de termos na recuperação do objeto-de-discurso “dois endereços”. Nos sintagmas “um oficial” e “outro privado”, a ocultação do nome “endereço” deixa à mostra os qualificadores que o aspectualizam: “oficial” e “privado”. Embora o endereço ‘oficial’ seja apresentado como conhecido, pois o contexto nos leva a inferir isso, o ‘privado’ não o é. Essa informação nova é tornada pública pelo pronome “outro” que se refere a um dado que não faz parte do conhecimento partilhado pelas pessoas que compõem o grupo social das personagens.<sup>76</sup> E, assim, as nuances do referente textual vão sendo invocadas.

Dadas as anáforas com retomada (total ou parcial), das quais nos valeremos durante a leitura de estratégias de referenciação no GTP, passamos, no item 4.1.1.2, às anáforas com retomada, em que o referente textual do anafórico pode não ser semelhante ou nada parecido com seu antecedente; antecedente esse que pode estar inscrito no co(n)texto apenas como uma âncora, um suporte, para o que há de ser introduzido na rede significativa.

---

<sup>76</sup> Poderíamos afirmar o mesmo em relação à introdução do terceiro apartamento, tornado público pelas expressões “além de” e “um terceiro”.

#### 4.1.1.2 As Anáforas sem Retomada

As anáforas sem retomadas ou indiretas referem-se às situações em que o referente do anafórico ou não é o mesmo do antecedente, ou não é muito parecido com ele. Suas características básicas são a não-correferencialidade e a introdução de um referente novo dado como conhecido. Assim, apesar de ter um âncora no co(n)texto, essas anáforas designadas como indiretas não retomam o referente, mas mantêm a continuidade referencial. Conforme Koch (2002a:107), a partir de elementos explícitos no (co)texto e da mobilização de *conhecimentos dos mais diversos armazenados na memória dos interlocutores*, o referente pode ser inferido.

Segundo Koch (2002) e Cavalcante (2003), **a anáfora indireta** pode se dar com **a categorização de um novo referente**, caso ao qual nos ateremos, com **uma recategorização lexical implícita** ou por **uma recategorização lexical**, caso aos quais não nos ateremos neste trabalho.<sup>77</sup>

No caso da **categorização de um novo referente**, o anafórico deixa de se ancorar na referência dada, apesar de ser parte dele, a fim de introduzir um novo referente de caráter autônomo. Esse processo pode se dar por uma relação meronímica, isto é, de parte/ todo ou por inferenciação.

(10)

No Parque da Luz (...) Estava me aproximando da avenida Prestes Maia quando vi um círculo de pessoas. Não muito grande nem muito coeso, mas triste e preocupado o bastante para chamar a minha atenção. (...) vi **manchas de sangue** no chão, **sangue recente** (...)

O que aconteceu, amigo?

Mataram um cara aqui de manhã cedo. (...)

(JN, VP, p. 341. O negrito é nosso.)

---

<sup>77</sup> No caso da **recategorização lexical implícita**, a anáfora indica que o referente antecedente sofre uma recategorização lexical implicitamente, o que leva à modificação da categoria do referente-fonte para, em seguida, ser novamente transformado. No caso da **recategorização lexical explícita**, opera-se uma transformação no objeto-de-discurso designado, ou seja, o anafórico ancora-se na referência, mas introduz uma nova, com outro valor semântico.

Em (10), a cena de um crime é (re)construída por meio de expressões nominais como “**manchas de sangue**” e “**sangue recente**” nas quais é possível identificar uma relação de ingrediência, meronímica, que se ancora no co(n)texto (‘um cara’ foi morto), mas não designa o mesmo referente textual (“um cara”).

(11) Cerca de meia hora depois eu estava no IML. (...)

**O cadáver** ainda não fora periciado, de modo que estava mais ou menos em ordem, Como fora encontrado, **as roupas**, do abdômen para baixo, encharcadas de sangue, **os sapatos** sujos de lama e esterco. (...) E também aquele ferimento do lado da cabeça, grande, sobre o qual havia uma mistura de sangue coagulado e cabelos. Imaginei que a porrada tinha sido responsável por Anatole ter ficado meio louco (...)

(JN, VP, pp. 343-4. O negrito é nosso.)

O mesmo verificamos em (11), pois o reconhecimento de um corpo tem início com a descrição nominal definida “o cadáver” que, parcialmente, vai ganhando forma e sendo identificado como um homem de nome Anatole. Desta maneira, a descrição nominal definida “as roupas” não retoma a expressão “o cadáver”; a descrição é inserida no trecho como um referente novo, mas como se fosse conhecido, porém, categorizada pela primeira vez e associado ao todo “corpo” > “cadáver > [homem]. É possível identificarmos uma relação de ingrediência, meronímica que remete a uma âncora no co(n)texto (o corpo/ o cadáver), mas que não designa o mesmo referente. A roupa está para o corpo. Os sapatos também, mas não são parte do corpo.

De modo geral, a interpretação das anáforas indiretas baseia-se, conforme o texto, em conhecimento semântico, que se apóia em conhecimentos verbais e/ou nominais; em conhecimentos conceituais, pontuados ora por modelos mentais, ora por conhecimento de mundo e enciclopédico, ora por processos de inferenciação”, conforme Koch (2002) e Marcuschi (2005).

Outro tipo de anáfora que não retoma o referente é a anáfora encapsuladora; estratégia essa que trataremos no item a seguir.

### 4.1.1.3 As Anáforas Encapsuladoras

Na retomada de um conteúdo proposicional, Cavalcante (2003) discute os encapsulamentos. Como esse procedimento não retoma um antecedente pontualmente, mas uma proposição, a autora o inclui em um caso a parte, visto a retomada ser meio direta e, ao mesmo tempo, meio indireta.

No **encapsulamento** ou **sumarização**, ocorre a sumarização de *informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, [que são encapsuladas] sob a forma de um substantivo-predicativo e [transformadas] em objeto-de-discurso*, de acordo com Koch (2001:77). Por exemplo, em (12) e (13), os argumentos hipotéticos arrolados pela personagem são encapsulados na expressão “essas idéias”, “essas hipóteses”, indicando que o exposto são apenas idéias, hipóteses que precisam ser confirmadas.

(12) Se todo policial que cometesse erro fosse morto, a polícia já tinha acabado há muito tempo. Então, os caras tinham errado numa coisa em que não podiam errar de jeito nenhum. Eles tinham que ter cometido um pecado mortal. E fiquei pensando, qual é o pecado mortal mais mortal? Resposta: traição. Então, cheguei à idéia de que os caras tinham traído os companheiros. Mas quais companheiros, porra? Nós somos companheiros deles, somos todos da polícia, e nenhum de nós se sentiu traído por nenhum deles. Tinha ainda um outro problema: que tipo de traição eles tinham cometido? Para ter sido uma coisa tão grave, só podia ser delação ou roubo. Com **essas idéias**, saí em campo. (GR, JCC, pp.113-5. O negrito é nosso.)

(13) Durante o resto da tarde, Espinosa pensou no quadro apresentado por Ramiro [um dos detetives da equipe dele]. A caminho de casa, no final do dia, continuava pensando. Se o detetive [Ramiro] tivesse razão, a série de mortes de policiais podia ter chegado ao fim, - já que o assassino passara a se concentrar nas mulheres. - Caso houvesse mais tiras a ser mortos, o razoável seria que o matador se ocupasse primeiro deles, para somente então se preocupar com as mulheres. - Eles eram o alvo principal, não elas. - Caso **essas hipóteses** tivessem fundamento, faltava ao matador eliminar Celeste. (GR, JCC, pp.115-6. O negrito é nosso.)

Em outras palavras, o encapsulamento anafórico sumariza, por meio de uma paráfrase, um trecho precedente do texto. No entanto, não veicula somente informações velhas, já dadas. Esse recurso oferece um dado novo, visto que o item lexical que compõe o núcleo do sintagma nominal não foi dado anteriormente, de acordo com Conte (2003). Além disso, o objeto-do-discurso torna-se um novo referente, apontando assim para outras predicções ao longo do texto.<sup>78</sup>

De acordo com Conte (2003), o fato do encapsulamento anafórico estabelecer novos referentes possibilita a preferência por determinantes demonstrativos a artigos definidos. O demonstrativo oferece ao leitor uma informação nova, mas o leva a verificar o antecedente da expressão anafórica de modo específico. A esse tipo de encapsulamento, alguns autores têm classificado como anáfora encapsuladora com dêitico ou híbrida, conforme (14).

(14) Não foi fácil, para Welber, localizar a amante de Ramos. Maria Rita não estivera presente nem no velório nem no enterro dele; a mulher que pranteava o morto era a esposa, de cuja existência ninguém até então tinha conhecimento. Da polícia, estavam presentes apenas os representantes oficiais, Espinosa e Welber entre eles. Maria Rita foi localizada dias depois por intermédio da conta telefônica de Ramos, que trazia registradas chamadas regulares para determinado número.

**O mesmo quadro** se repetiria uma semana mais tarde, em relação a Silveira e Aparecida, com espantosa semelhança de detalhes (...)

(GR, JCC, pp.27-8. O negrito é nosso.)

Em (14), temos dois parágrafos. No primeiro, são arroladas as circunstâncias que envolvem situações semelhantes. Assim, o segundo parágrafo é iniciado com a descrição nominal, com valor demonstrativo, retrospectivo, ‘o mesmo quadro’, indicando que os elementos/ as circunstâncias que compõem ‘o quadro um’ (o de Ramos) assemelham-se às do ‘quadro dois’ (o de Silveira).

---

<sup>78</sup> Segundo Koch (2002) e Cavalcante (2003), na organizacional macroestrutural de um texto, o encapsulamento anafórico indica possíveis mudanças, condensações ou fechamentos de tópicos na sua (re)formulação. Visto funcionar, por um lado, retroativamente, o encapsulamento ajuda na organização textual, ou seja, por aparecer no início de um parágrafo, possibilita interpretações/ integração de porções textuais antecedentes e serve, desse modo, como base para projeções de expectativas ou como ponto de continuidade no parágrafo seguinte. 85

E, assim, posta a classificação das continuidades referenciais, no item seguinte, passamos a mostrar como as expressões referenciais são formadas linguisticamente.

#### 4.1.1.4 As Formas Nominais Referenciais e Suas Funções

A estratégia de referenciação textual lida com categorizações ou recategorizações de referentes-fontes que podem ser marcadas pelo uso de pronomes e de expressões nominais<sup>79</sup>.

a) O uso de pronomes ou elipses.

Há continuidades referenciais marcadas pela pronominalização de elementos co(n)textuais. Durante esse processo são usadas formas gramaticais como pronomes, numerais, advérbios pronominais, e o referente pode ou não estar explícito.

Há também as continuidades elípticas, ou seja, as anáforas zero. Neste caso, segundo Marcuschi (2000), teríamos o preenchimento de uma elipse, por um antecedente, sem uma expressão explícita.

b) Uso de expressões nominais<sup>80</sup>

As expressões referenciais nominais são formas lingüísticas que contêm, no mínimo, um determinante seguido de um nome. A escolha de expressões para compô-las dá a orientação argumentativa do texto. Desse modo, a escolha do léxico (nome-núcleo, qualificadores e determinantes) para compor essas formas nominais referenciais, que podem ser descrições definidas e nominalizações, deve ser criteriosa, conforme Koch (2001, 2002, 2004) e Marcuschi; Koch (2002).

Em relação ao nome-núcleo das expressões nominais, Koch (2001, 2002, 2004) expõe que podem ser usados termos genéricos, metafóricos, metonímicos ou

---

<sup>79</sup> A função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva. (Koch, 2002a:106)

<sup>80</sup> As formas nominais são responsáveis pelos dois grandes movimentos de construção textual: retroação e progressão, segundo Koch, 2004:71.

meronímicos, metadiscursivos<sup>81</sup> entre outros. Quanto aos qualificadores, temos expressões adjetivas com valor avaliativo (positivo ou negativo) que Conte (2003) denomina de modificadores axiológicos. Já os determinantes, que referem situacional e textualmente, nas expressões referenciais, podem ser os pronomes demonstrativos e possessivos, os artigos definidos. Em termos de quantificação e indefinição: os artigos e os pronomes indefinidos.

#### b.1) Descrições definidas

Nas descrições definidas, é pressuposto que conhecimentos comuns sejam partilhados entre interlocutores. Assim, em uma situação de interação comunicativa, um deles ativa um referente e, em seguida, seleciona aspectos desse referente que quer pôr em foco em seu texto, recategorizando-o em uma descrição nominal definida.

Alguns estudiosos têm comentado que as descrições *indefinidas* não podem ser usadas anaforicamente, pois têm por fim apenas introduzir um novo referente. No entanto, alguns pesquisadores as têm encontrado com função anafórica.

#### b.2) Nominalizações.

O processo de nominalização tem por fim transformar e condensar um conjunto de informações/ uma proposição em um objeto-de-discurso, de natureza anafórica. Normalmente, a expressão usada para indicar essa operação é um substantivo-predicativo.

Dadas as estratégias e as formas nominais de referenciação textual, gostaríamos de salientar que, na organização textual, as formas nominais referenciais exercem funções cognitivo-discursivas tais como ativação e reativação de objeto na memória discursiva, encapsulamento (sumarização) e rotulação, organizacional macroestrutural (retroação e progressão tópica), atualização e especificação de conhecimentos (hipônimos/ hiperonímicos e vice-versa), construção de paráfrases definicionais e didáticas, introdução de informações novas, orientação argumentativa etc.

Ao concluirmos o subtítulo deste capítulo, sabemos que os estudos sobre referenciação não se esgotam nos itens arrolados e que muitos outros não foram

---

<sup>81</sup> Segundo Koch (2001), essas formas podem ser nomes 'ilocucionários' (p.e. ordem, promessa), nomes de atividades languageiras (p.e. descrição, explicação), nomes de processos mentais (p.e. análise, suposição), nomes metalinguísticos em sentido próprio (p.e. frase, pergunta), denominação reportada (citação de termos ou expressões de outros posta entre aspas).

mencionados. O exposto neste texto será utilizado durante o exame de ocorrências de estratégias de referenciação no gênero textual que escolhemos para estudar.

Além do conceito de referenciação, selecionamos também um outro ponto teórico relevante para nossa análise a ser discutido na seção seguinte. É um recurso proveniente da Gramática da Língua Falada e dos estudos de Interação Verbal, denominado de par dialógico P-R (pergunta-resposta).

#### **4.2. O Par Dialógico P-R e o Processo de Interação Social**

*Conversação é um evento comunicativo dinâmico, que tem por características básicas a alternância entre os papéis de falante e ouvinte, conforme Preti (1995:230), e muitas são as estratégias textuais usadas pelos sujeitos que dela participam para estruturá-la. Uma que nos interessa é a do par dialógico Pergunta-Resposta (P-R).*

Segundo Urbano (1995), o par dialógico P-R é uma unidade dialógica mínima da organização conversacional. Sua estrutura básica é P-R (S), sendo P = pergunta, R = resposta e S, um segmento opcional, uma reação a R. Essa unidade dialógica precisa ser abordada dentro de uma Gramática da Língua Falada e sob a perspectiva interacional, visto a linguagem não ser somente uma atividade verbal, mas também social, que pede uma forma de ação colaborativa entre sujeitos de uma determinada língua. Desse modo, as pesquisas tanto na área da Gramática da Língua Falada como na da Interação Verbal têm-se ocupado em estudar como os sujeitos de uma sociedade usam e praticam entre si o par dialógico.

Nesse sentido, a conversação se organiza por meio de tópicos, e estes, por pares dialógicos que são estratégias usadas pelos falantes para introduzir o tópico, continuá-lo, redirecioná-lo (se houver desvio), e mudá-lo, quando os interesses forem outros ou o tópico tenha sido esgotado.

Na organização da conversa, normalmente, uma pessoa fala e conclui seu dito para, em seguida, um outro interlocutor, o que era ouvinte, assumir sua posição de falante e, aquele, a deste. Esse movimento se constitui como a organização

de turnos conversacionais, em que “turno” deve ser entendido como *cada intervenção dos interlocutores formada pelo menos por uma unidade construcional*, de acordo com Dionísio (2001:79). Esses turnos podem ser “nucleares”, quando ajudam no desenvolvimento de um tópico discursivo, e também “inseridos”, quando colaboram com o desenvolvimento desse tópico, oferecendo esclarecimentos, avaliações, discordâncias, etc.

No caso do uso de interrogatórios ou diálogos similares, estratégias usuais em gêneros policiais, os turnos conversacionais se constituem por meio desse par e apresentam uma distinção em relação a outras manifestações: os turnos da R são ou longos ou truncados, como em (15), e sofrem pouca intervenção do interlocutor “investigador” (o turno não é ‘roubado’),

(15) - Não é à toa que eles escondiam os endereços verdadeiros. Com o salário de detetive, não teriam como pagar nem a prestação de um dos carros em suas garages, quanto mais as casas e apartamentos onde moravam. E os três eram proprietários. Nenhum deles casou com mulher rica nem ganhou na loteria.

- **Bens de família? Herança?**

- **Nada.** Nem eles nem as esposas. (...)

(GR, JCC, p. 44. O negrito é nosso.)

Na interação verbal, a tomada e manutenção de turno, a sua ordem, a duração da conversa, a sua mudança ou distribuição, tudo está relacionado com as condições de produção nas quais a conversação se dá e também com o tópico discursivo que a guia. Assim, ações coordenadas são realizadas de modo colaborativo, a partir de um tópico, ou subtópicos, a fim de que um ‘ambiente’ possa ser bem configurado, levando a uma comunicação mais adequada (ou não) e à produção de sentidos eficaz (ou não).

Segundo Fávero (2000), as perguntas são formuladas em função do tópico. Assim, podem introduzir um tópico, dando-lhe continuidade, redirecionamento ou outro encaminhamento. Afora isso, P pode antecipar e restringir semanticamente R, de quem depende. Ao passo que R, mais dependente ainda de P, tem por fim satisfazer as condições oferecidas por P.

Quanto a sua natureza, a P pode ser: um pedido de informação em que a resposta pode ser acordada, duvidosa, negativa, com fornecimento de provas entre outras, como em (16); um pedido de confirmação positiva ou negativa acerca de uma determinada informação, como em (17) (18); um pedido de esclarecimento em relação à audição do enunciado ou ao conteúdo deste, como em (19); retórica, pois aquele que a faz já tem a resposta, como em (20).

(...) Consegui falar com o [motel] Deneuve lá pela terceira ou quarta tentativa. Fui atendido por uma mulher.

Meu nome é Venício.<sup>82</sup> Eu sou da polícia, investigador, e amigo do Anatole.

(20) **Que droga que aconteceu com ele, hein?**

**A gente não sabe não, disse ela. Ele desapareceu no dia vinte de junho. Nós até pensamos que ele tinha comprado outro motel em algum lugar ou voltado pra terra dele, mas...**

(16) **Qual era a terra dele?**

**Paraná. Era do Paraná. A cidade eu não sei.**

(17) **Vocês aí leram o *Diário da Grande São Paulo* de hoje?**

**Não, a gente não leu. Quer dizer, eu não li.**

(18) **Não sabe que seu patrão foi morto ontem à tarde na carceragem do 45° DP?**

(19) **Morto? Seu Anatole?**

(JN, VP, p. 19. O negrito é nosso.)

Em (16), temos um pedido de informação em que a resposta fornece o solicitado, ou seja, é feita uma pergunta aberta, iniciada com o pronome indefinido com valor interrogativo “qual”, que pede uma resposta mais pontual de lugar, dada a natureza do tema da questão.

Já em (17) e (18), verificamos um pedido de confirmação positiva ou negativa acerca de uma determinada informação: a de ler jornal diariamente e, assim, saber dos acontecimentos mais recentes.

Em (19), observamos um pedido de esclarecimento em relação ao conteúdo do enunciado. Para tanto, a personagem não usa todos os termos da oração, mas apenas

---

<sup>82</sup> Ao escrever os diálogos, o autor deixou de usar recursos de pontuação comuns ao diálogo. Assim, não há marcas de travessão, dois pontos ou aspas.

aqueles que lhe são relevantes; indicando, assim, que o que está em foco em seu discurso não é compreensível, partilhado e merece ser explicado.

Na (20), a personagem se apresenta a sua interlocutora de modo a criar um elo de confiança que permita conseguir as informações de que necessita. Assim, usa duas orações predicativas, para, em seguida, introduzir uma pergunta fechada, iniciada com o pronome “que”, acompanhado de uma expressão de valor avaliativo: “droga”, que pede uma resposta por parte da funcionária de concordância, de cumplicidade, do tipo positiva. No entanto, ela começa sua resposta com uma oração negativo enfática, em que o sintagma nominal “a gente”, empregado como um pronome pessoal, mais o advérbio “não”, posto antes e depois do verbo “saber”, confirmam que, aparentemente, ela não participada da informação pressuposta por aquele que pergunta.

Quanto à forma, as Ps podem ser abertas ou fechadas. As perguntas abertas exigem uma resposta ‘cheia’, ou seja, indicam a busca de informações novas ou até conhecidas, mas dadas como ‘novas’, como em (16) e (21). Iniciam-se por marcadores interrogativos como “onde”, “quando”, “quem”, “de quem”, “como”, “que”, etc. De acordo com Urbano et al. (2002) esses marcadores interrogativos são palavras semanticamente vazias que pedem um preenchimento, que só vem na resposta com uma informação nova. Além disso, as respostas às perguntas abertas costumam vir com uma breve introdução.

(21) Caso a polícia tivesse certeza do crime, certamente. Vamos supor que o cadáver esteja por aí, soterrado, no mato, imerso no mar, em Santos, no fundo do rio Tietê.

**O que eu posso fazer?**

**Tem uma delegacia especializada em desaparecimentos. Fica no centro da cidade.**

Se quiser; te levo lá..

(JN, VP, pp. 34-5. O negrito é nosso.)

Em (21), podemos identificar uma das personagens pedindo uma informação sobre como deve proceder ser uma determinada situação se confirmar. O policial responde com uma oração afirmativa sobre a existência de uma delegacia

que cuida de desaparecimentos, em que fica subentendido o que ela deveria procurar, fazer em relação ao caso.

Quanto às perguntas fechadas, a resposta esperada costuma ser sim ou não, ou outro elemento com significado parecido, ou seja, que indiquem afirmação ou negação, como em (17) e (18). Urbano et al. (2002:74) afirmam que, nas P fechadas, há grande incidência de respostas elípticas, *geralmente com verbo da P no lugar do sim*, que tem a função interacional, como em (22). No caso de resposta negativa, podem aparecer verbos também. No entanto, esse verbo fica topicalizado e o elemento negativo posposto. De modo geral, as perguntas fechadas são tidas como semanticamente cheias, ou seja, elas já contêm a informação (nova) que o interlocutor quer ver confirmada ou negada, como em (18) e (22).

(22) - **Falou com o delegado da Terceira DP?** [Pergunta um delegado a um investigador.]

**Falei.** (...) (GR, JCC, p.18. O negrito é nosso.)

Muitas são as possibilidades seqüenciais que envolvem P e R. Por exemplo, se uma pergunta for distribuída em dois blocos, teremos duas trocas justapostas. No entanto, se a pergunta dos blocos fosse unificada, uma única resposta poderia ser dada e o tempo economizado.

Outra possibilidade é a do par encaixado ou seqüência inserida, em que uma pergunta é dada, mas o interlocutor não a responde diretamente, e sim faz outras perguntas ou dá um outro tipo de resposta como se quisesse ganhar tempo por algum motivo, como em (23) e (24), conforme Fávero, Andrade & Aquino (1996).

(23) (...) Welber também descobrira que na tarde do assassinato, faltando quase duas horas para a troca do turno, a acompanhante do velho fora substituída, ficando muito agradecida pela generosa antecipação de horário feita pelo colega.

"**Pelo colega? Era homem?**", perguntara Welber.

"Era. Bem... **o senhor sabe, não é?**"

"**Sei o quê?**"

"**Ele não é assim muito homem...**"

"É bicha?"

"A gente logo percebe, não é?"

(GR, JCC, pp.24-6. O negrito é nosso.)

(24) Caminhei para o elevador. (...) Meu celular tocou (...).

Você é o Venício?... O investigador Venício?

Eu mesmo.

Aqui é o Jaime. Da Homicídios. Equipe B Centro. **Conhecia uma dona chamada Suzana Félix Vergueiro?**

**Pela maneira como você está falando, dá a impressão de que aconteceu alguma coisa com ela.**

**Conhecia ou não conhecia?**

Conhecia uma mulher chamada Suzana que morava com um cara chamado Anatole numa rua chamada Moreira de Barros. O apelido dela era Suzy.

(JN, VP, pp. 129-30. O negrito é nosso.)

Ao se analisar a conversação, é importante ainda considerarmos os elementos que compõem o processo interacional como a situação, as características dos participantes da interação em foco, as intenções (ordenação de fazeres), os propósitos (sucesso da ação), as estratégias por eles utilizadas durante o diálogo, ou a combinação desses. Além disso, como indicam Brait (1995) e Van Dijk (1983), a cumplicidade, a solidariedade, ao lado da disputa, do embate, devem ser observados, pois os interlocutores são parceiros em um jogo, o jogo da linguagem.

Em resumo, a interação social pode ser entendida como um 'aspecto' da linguagem/ da conversação que possibilita uma base para a organização de pares dialógicos do tipo P-R, em que ações conjuntas e colaborativas ajudam a instaurar as continuidades referenciais de um dado gênero textual como o policial.

Afora necessitarmos dos conceitos teóricos como referenciação e par dialógico P-R para a discussão da análise de um determinado gênero textual, o policial, precisamos também de alguns outros como negação, indefinidade e condicionalidade, pois essas operações costumam ser evidentes no GTP.

### 4.3. A Negação

Conforme já afirmamos, a linguagem não é somente uma atividade verbal, mas também social e, por isso, pede uma forma de ação colaborativa entre sujeitos durante uma situação de interação comunicativa. Dessa forma, é possível pressupormos que esses sujeitos ativem seus sistemas de conhecimento, a fim de organizar o diálogo de modo adequado, bem como para receber informações novas ou até conhecidas ou para manifestarem um ponto de vista a respeito de um dito.

Nesse sentido, dada uma situação de interação comunicativa em que o par P-R esteja sendo usado, os sujeitos poderão elaborar orações negativas ou condicionais, seja na pergunta, seja na resposta, mostrando suas atitudes diante de informações, fatos e acontecimentos.

Em relação à negação, segundo Neves (2000), temos aí uma operação que pode atuar no nível sintático-semântico (no interior de enunciado) e no nível morfológico, pois, como um forte instrumento de interação dotado de intencionalidade, possibilita a (re)construção (ou não) de crenças, informações, conhecimentos entre outras coisas.

A autora postula que o elemento que opera a negação pode negar uma oração como também um constituinte ou então funcionar sozinho<sup>83</sup>, como é o caso das respostas negativas em Ps fechadas. O modo básico de expressar a negação é com a palavra “não”; depois, temos também outras expressões que aspectualizam a idéia de negação como as expressões “nunca”, “jamais”, “nem”; e os pronomes indefinidos “ninguém”, “nenhum”<sup>84</sup>, como em (25) e (26).

(25) - Não é à toa que eles escondiam os endereços verdadeiros. Com o salário de detetive, **não** teriam como pagar **nem** a prestação de um dos carros em suas garages, **quanto mais** as casas e apartamentos onde moravam. E os três eram proprietários. **Nenhum** deles casou com mulher rica **nem** ganhou na loteria.

(GR, JCC, p. 44 O negrito é nosso.)

---

<sup>83</sup> As orações e os constituintes sobre os quais recai a negação são denominados de escopo, isto é, eles formam o conjunto de conteúdos afetados pelo operador de negação.

<sup>84</sup> *Com muita frequência a oração negativa seja a negada por “não” seja a negada por quantificadores (pronomes ou advérbios), contém pronomes indefinidos (positivos ou negativos), conforme Neves (2000:306).*

(26) Numa coisa, porém, eram espertos: **não faziam** alarde. **Nenhum dos carros** é importado ou de último tipo; um deles morava em casa, os outros dois em apartamento; **tudo** de muita boa qualidade, mas **nada** espetacular. **Não davam** festas **nem freqüentavam** lugares caros.

(GR, JCC, p. 44. O negrito é nosso.)

Em (25), há uma gradação comparativa, marcada por períodos oracionais iniciados pelos operadores de negação “não/nem”, que ajuda a caracterizar as personagens como pobres e com poucos recursos financeiros para investir em casas, carros, etc. Além disso, o pronome indefinido ‘nenhum’ individualiza as personagens, indicando que não há como justificar (seja por “golpe do baú”, seja por prêmio de loteria, entre outros) a compra dos bens. Assim, a negação inclui todos as personagens no mesmo grupo, no dos que não têm recursos financeiros, nem poder de compra, para adquirir bens muito valorizados/ caros.

Em (26), seguindo a idéia de negação, é possível identificar em os pares polarizados tudo/nada usados, respectivamente, com valor resumitivo, em referência a todos os bens das personagens descobertos durante uma investigação, e também com valor predicativo, indicando que os bens materiais eram de boa qualidade, mas não luxuosos. No segmento, o operador de negação “não”, posto antes dos verbos (“faziam” e “davam”), modifica os enunciados sobre os quais incide.<sup>85</sup>

Afora esses tipos de negação, podemos também identificá-la no nível morfológico, em que é marcada por prefixos negativos como ‘a-’, ‘des-’, ‘in-’, ‘i-’, acoplados a uma palavra (substantivo, adjetivo, verbo, advérbio), como em (27) (28).

(27) Por que alguém escolheria um lugar público, uma praça, para matar a tiro um policial? Uma resposta: porque é o melhor lugar para se matar um policial. Outra resposta: porque calhou de ser aquele lugar. Terceira resposta: porque o policial e o assassino marcaram um encontro naquele lugar. Havia outras respostas possíveis, mas como o percurso até as

---

<sup>85</sup> Segundo Neves (2000:329), a negação é amplamente usada, por exemplo, para negar crenças esperadas pelo ouvinte em contextos nos quais a afirmativa correspondente foi suposta. Quando o falante compõe um enunciado negativo, ele indica ter mais suposições sobre o conhecimento do ouvinte do que quando compõe um enunciado afirmativo. 95

delegacia não era muito longo, Espinosa contentou-se com as três hipóteses, sendo que, das três, a terceira era **indiscutivelmente** a melhor.

(GR, JCC, p. 15. O negrito é nosso.)

(28) Mas a Homicídios é legal, não é?, ele me perguntou.

Ele deixava escapar a **desconfiança** que lhe despertavam outros setores da civil. Pulei a pergunta. (...).

(GR, JCC, p. 232. O negrito é nosso.)

De acordo com Neves (2000:330), em situação concreta de interação verbal, a negação pode ser usada para fornecer uma informação que aparentemente é nova, o que confere à negação um caráter descritivo<sup>86</sup>. No entanto, dependendo da intenção de quem a profere, poderá *assentar uma manifestação acerca de informações já expressas, ou supostas na interação lingüística*, como polemizar, refutando ou retificando, um enunciando afirmativo, ou ratificar um enunciado já negativo; ou ainda configurar uma negação metalingüística, quando valorizar, desvalorizar ou rejeitar um enunciado.

Posto o escopo da negação, convém verificarmos a indefinição e as construções condicionais.

#### 4.4. A Indefinitude e A Condicionalidade

A indefinição é uma operação que não particulariza um ser, embora pressuponha, determine sua extensão. Por princípio, os elementos que exercem o papel de indefinitude não têm função fórica, *não dão informação sobre a natureza dos objetos, operando sobre um conjunto de objetos previamente delimitados em razão de suas propriedades*, Neves (2000:511).

A indefinição costuma ser marcada pelos artigos indefinidos (“um” e suas

---

<sup>86</sup> Exemplo: “Não existem flores no jardim”.

flexões) e pelos pronomes indefinidos, que podem sinalizar indefinição semântica de identidade e de quantidade. Quando quantificadores, os indefinidos são combinados com nomes nucleares de uma expressão referencial para indicar o tamanho de objetos (indivíduos, coisas, etc).

Tradicionalmente, conforme Neves (2000), os artigos indefinidos são antepostos a um nome e, em um texto, inserem algo ou alguém que ainda não é conhecido, como em (29).<sup>87</sup>

(29) Durante algum tempo, nada notou de anormal. Mas, pouco depois, pareceu-lhe que **um vulto** andava no quarto de Mary.

O seu coração começou a pulsar fortemente. Por duas vezes **o vulto** veio a janela, espiou para fora, pondo-se a andar novamente no quarto de um lado para outro.

(JM, FQA, p.119. O negrito é nosso.)<sup>88</sup>

Quanto aos pronomes indefinidos, eles possuem aspectos parecidos com os artigos indefinidos, são não-fóricos<sup>89</sup>, e indicam uma indeterminação numérica atribuída a alguns conjuntos de seres e objetos. Dessa forma, os indefinidos assinalam que o conjunto de seres e de objetos pode ser visto de modo total ou parcialmente, ou seja, em conjunto ou por partes.

No discurso, os indefinidos podem determinar um modo de interação como é o caso dos de natureza interrogativa, em perguntas abertas, por exemplo, que funcionam como atos ilocutórios, como em (30), (31); há também aqueles que não fazem nada disso, ou seja, não interferem na natureza interativa do enunciado (32).

(30) Adão Flores foi ao jornal onde trabalhava Lauro de Freitas.

- **Quantos** quilos você pesa, Lauro?

- Acha que estou engordando? (MR, UCL, p.196. O negrito é nosso.)<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> Há estudos lingüísticos que têm mostrado casos em que podem ser observadas expressões nominais indefinidas com valor fórico.

<sup>88</sup> Ocorrência recolhida do conto policial *O fantasma da Quinta Avenida* (FQA), de Jerônimo Monteiro (JM), in: COSTA, Fávio M. da. (org.) **Crime feito em casa – contos policiais brasileiros**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

<sup>89</sup> Exceto o pronome “outro”, que pode se referir, genericamente, por comparação, a alguma identidade.

<sup>90</sup> Ocorrência recolhida do conto policial *O último cuba-libre* (UCB), de Marcos Rey (MR), in: COSTA, Fávio M. da. (org.) **Crime feito em casa – contos policiais brasileiros**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 97

(31) - De **quem** é a revista que publicou isto?

- É a Mundo Novo, do Sr. Patrick.

- Muito bem. Deixe-me ficar com este recorte.

Depois, voltando-se, o inspetor deu de cara com o Sr. Patrick, que estava atrás deles.

(JM, FQA, p.118. O negrito é nosso.)

(32) No primeiro assassinato, **ninguém** fora capaz de descrever a pessoa que entrara no prédio empurrando a cadeira de rodas. Em **alguns** depoimentos, essa pessoa era descrita como uma enfermeira de touca; em **outros** [depoimentos], como um enfermeiro de boné. As testemunhas diziam ter prestado mais atenção no velho e na cadeira de rodas do que no acompanhante.

(GR, JC, pp. 24-6. O negrito é nosso.)

À guisa de conclusão desse item, podemos dizer que a indefinição não deixa determinada a identidade ou a quantidade de um referente, mas traz em si a sua referência.

Expondo o outro item, o das construções condicionais, segundo Ducrot (1987), o “se” introduz nos construtos condicionais um dado de hipótese e indica um ato realizado, denominado de suposição. A operação esquematizada em “se p, q” pressupõe que um falante solicite a um ouvinte que aceite uma proposição ‘p’, (re)elaborando-a como uma hipótese que pode ou não ser realizada na proposição ‘q’ .

Em uma dada situação de interação comunicativa, essa hipótese poderá se transformar em um pressuposto comum aos dois e poderá, conseqüentemente, respaldar o tópico da conversa. E, assim, a proposição do tipo “se p, q” ganha um valor: - permitir a realização sucessiva de dois atos ilocucionais: um pedido de formulação de hipótese “Imagine ‘p’ ...” e a afirmação de ‘q’ em ‘p’.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Segundo o autor, o fato de um dos interlocutores da conversa colocar-se na hipótese ‘p’, antes de o ‘q’ ter sido anunciado, indica a possibilidade de existir dependência entre ‘p’ e ‘q’.

Em português, a condicionalidade pode ser observada em enunciado em que uma das orações (condicionante ou prótase) é introduzida por “se”, entendida como conjunção condicional<sup>92</sup>, e justaposta a uma outra oração, a principal (condicionada ou apódose).

Sob uma abordagem funcional, enfocada pela Gramática de Usos do Português, Neves (1999, 2000) discute os padrões das construções condicionais. Dentre os padrões, há um que nos interessa: a oração condicionante, anteposta à condicionada, que serve como um ponto de apoio para a referência, e pode exercer papel semelhante ao de um tópico discursivo. Desse modo, sob o olhar da pragmática, as construções condicionais sinalizam relações interacionais, distribuem e ajudam a organizar o fluxo da informação ao longo de um texto, como em (33).

(33) Durante o resto da tarde, Espinosa pensou no quadro apresentado por Ramiro [um dos detetives da equipe dele]. A caminho de casa, no final do dia, continuava pensando. **Se o detetive tivesse razão**, a série de mortes de policiais podia ter chegado ao fim, - já que o assassino passara a se concentrar nas mulheres. - **Caso houvesse mais tiras a ser mortos**, o razoável seria que o matador se ocupasse primeiro deles, para somente então se preocupar com as mulheres. - Eles eram o alvo principal, não elas. - **Caso essas hipóteses tivessem fundamento**, faltava ao matador eliminar Celeste.

(GR, JC, pp. 115-6. O negrito é nosso.)

Nessas construções, na maioria das vezes, a informação ‘dada’ não é uma novidade, mas faz parte do conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Pode ocorrer que essa informação dada não esteja marcada lingüisticamente no co(n)texto, mas ser depreendida dele. Nesse sentido, Neves (1999, 2000) chama a atenção para não confundirmos as informações que podem ser recuperadas no co(n)texto, portanto, informações ‘velhas’, com aquelas que são construídas sob o modo do conhecido. E, assim, como tal, as orações condicionais se constituem como uma base selecionada pelo falante para assentar a porção de seu discurso e validá-lo ou não.

---

<sup>92</sup> Vale lembrar que há outras conjunções condicionais: o “se” e aquelas que podem ser substituídas por “se”.

## **Considerações Finais**

Neste capítulo, verificamos que a complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento, estabelecida no discurso, costuma se dar por inúmeros processos, sendo um deles o da referenciação. Assim, tratamos do processo de referenciação, essencial a esta pesquisa, pois, por meio de operações como categorização, recategorização e decategorização de referentes textuais, mundos possíveis se configuram e objetos-de-discurso são construídos, em função de condições que permeiam a situação de leitura. Também apresentamos conceitos como negação, indefinidade e condicionalidade, ao lado da unidade dialógica mínima Pergunta-Resposta (P-R), da conversação, como elementos relevantes para a dinâmica da história da investigação, presente no GTP. De modo geral, esses conceitos teóricos são pertinentes neste trabalho porque nos possibilitam uma visão sociointeracional acerca dos usos da língua, em um gênero textual específico, como o policial.

## CAPÍTULO V - Mistérios dos Jardins que se Bifurcam

### - A Leitura do GTP

*Deixo aos vários futuros (não a todos)  
meu jardim de caminhos que se bifurcam.*

J. L. Borges<sup>93</sup>

*Zadig falou nos seguintes termos [de como o animal que pertencia ao rei fora achado]: (...) Passeava eu pelas cercanias do bosque (...), quando vi na areia as pegadas de um animal. Descobri facilmente que eram as de um cão pequeno. Sulcos leves e longos, impressos nos montículos de areia, por entre os traços das patas, revelaram-me que se tratava de uma cadela cujas tetas estavam pendentes, e que portanto não fazia muito que dera cria. Outras marcas, em sentido diferente, que sempre se mostravam no solo o lado das patas dianteiras, denotavam que o animal tinha orelhas muito compridas: e, como notei que o chão era sempre menos amolgado por uma das patas do que pelas três outras, compreendi que a cadela de nossa augusta rainha manquejava um pouco, se assim me ousar exprimir... (Voltaire)<sup>94</sup>*

A leitura é um hábito pessoal, individual que leva a encontrar algo que nos diga respeito, que possa ser utilizado como base para avaliar, refletir, que pareça ser fruto de uma natureza semelhante à nossa, e que seja livre da tirania do tempo. Ao ler, o leitor busca empatia com a natureza que escreve e lê, e isso ajuda a fortalecer o seu ego, proporcionando um crescimento prazeroso. (Bloom, 2001:18)

---

<sup>93</sup> *O jardim dos caminhos que se bifurcam*. In: **Nova antologia pessoal**. Trad. Rolando R. da Silva. Rio de Janeiro: Difel, 1982.

<sup>94</sup> VOLTAIRE. *O cão e o cavalo*. In: COSTA, Flávio M. da. **Os 100 melhores contos de crime e mistério da literatura universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p.59.

## Considerações Iniciais

Neste quinto capítulo, apresentamos o contexto histórico-social do GTP brasileiro, delimitamos o contexto de escolha de dois contos, pertencentes ao GTP, a saber: **A Morte no Envelope**, de Luiz Lopes Coelho, e **Cabeças de Segunda-feira**, de Ignácio de Loyola Brandão, e propomos estratégias para a leitura do GTP, à luz das teorias estudadas. Depois, passamos à aplicação das estratégias **contrato de leitura, de interação e construção colaborativa da referenciação** às histórias escolhidas, bem como fazemos quadros-resumo e considerações acerca da análise desenvolvida.

### 5.1 O Contexto Histórico-social do GTP, à Brasileira.

Conforme mostramos no terceiro capítulo, o GTP surgiu em função de mudanças histórico-sociais ocorridas desde a Idade Média, passando pela Idade Moderna, até chegar à Idade Contemporânea. De ‘romance’ de aventuras, passou a ‘romance’ policial; de heróis fortes fisicamente, reféns da vontade ora dos deuses, ora de déspotas medievais, a investigadores-detetives extremamente sagazes, filosóficos ou até desastrados, reféns de serviços secretos, governos de direita ou de esquerda, ou ainda de míseros salários mensais; de crimes como *pegar* dos ricos para *dar* aos pobres, no estilo “robiudiano”, a corrupções e assassinatos violentos. Salvaguardando as transformações, sua tradição nas literaturas inglesa, americana e francesa é fato. No entanto, como é essa tradição na literatura brasileira?

O gênero textual policial sempre teve pouca tradição na literatura brasileira. Contudo, ao final do século XX e começo do XXI, escritores e editoras renomados aderiram ao gênero mais substancialmente. O primeiro romance policial brasileiro do qual se tem notícia é *O mistério*, publicado, na década de 20, do século XX, no jornal *A Folha*, em forma de folhetim. Seus autores eram Coelho Netto, Afrânio Peixoto,

“&”<sup>95</sup> e Viriato Correia. Nas décadas de 30 e 40, apareceram dois outros autores: Jerônimo Monteiro, com o pseudônimo de Ronnie Wells, e seu detetive Dick Peter; e Aníbal Costa e seu detetive Roberto Ricardo. Já nos anos 50, emergiu um detetive genuinamente brasileiro, criado por Luiz Lopes Coelho, intitulado Doutor Leite.<sup>96 97</sup>

Atualmente, muitas editoras têm publicado tanto autores estrangeiros quanto brasileiros. Por exemplo:

a) a Record lançou a Coleção Negra, com Flávio Moreira da Costa, *Modelo para Morrer*, Rubens Figueiredo, com *Essa Maldita Farinha* entre outros;

b) a Companhia das Letras também criou uma série para o mundo do crime, com edições em formato diferenciado, e uma outra série, mais particular, intitulada *Literatura e Morte*, cujo universo ficcional é habitado por expoentes do mundo literário. Dentre as obras publicadas, temos *A morte de Rimbaud* de Leandro Konder, *Stevenson sob as palmeiras* de Alberto Manguel, *O Doente Molière* de Rubem Fonseca, *Os leopardos de Kafka* de Moacyr Scliar;

c) a Geração Editorial lançou a Coleção *Carpe Diem* com o intuito de criar histórias para o prazer da leitura. Assim, temos autores nacionais, tais como Marçal Aquino, com *O Invasor*, que virou filme com o diretor Beto Brant; Hosmany Ramos, com *Seqüestro Sangrento*, em que, afora a miscelânea dos nomes das personagens, são misturadas algumas personagens fictícias a outras reais; e alguns escritores estrangeiros, como o inglês Andy McNabb, com *Controle Remoto*, e o norueguês Erik Solberg, com *O Dossiê Colombiano*;

d) já a Ediouro pôs no mercado a antologia *Os 100 Melhores Contos de Crime e Mistério da Literatura Universal*, organizada por Flávio Moreira da Costa. Nessa publicação, há textos em português, outros traduzidos do russo, do inglês, além de produções oriundas do *Antigo Testamento*, do Egito Pré-Faraônico e do Teatro de Sófocles, assinados por nomes consagrados como Edgar Allan Poe, A. Conan Doyle, Medeiros e Albuquerque, Rubem Fonseca, Marçal Aquino entre outros;

e) a Nova Fronteira trouxe a *Coleção Primeira Página*, coordenada por José Louzeiro. Nessa coleção, foram reunidas obras inéditas, inspiradas em casos policiais

---

<sup>95</sup> Paulo de Medeiros e Albuquerque se nomeava o “&” (sustenido).

<sup>96</sup> Ao analisarmos a história *A Morte no Envelope*, poderemos conhecer o dr. Leite ou o delegado Leite.

<sup>97</sup> Segundo Albuquerque (1979).

verídicos. Alguns dos títulos são: *No fio da noite*, de Ana Teresa Jardim, *Juízo final*, de Nani e *A fina Flor da Sedução* de José Louzeiro;

f) afora essas coleções, há ainda a da Rocco, *Elas São de Morte*. É uma coleção de histórias policiais escritas somente por escritoras, algumas estreadas no gênero, tais como *Uma Aula de Matar*, de Ana Arruda Callado; *O Jantar da Lagartixa*, de Atenéia Feijó; *O Primeiro Crime*, de Carmem Moreno; *Vende-se um Vestido de Noiva*, de Denise Assis.

Esse *boom* de publicações pertencentes ao gênero textual policial indica que muitos escritores de relevo ou ingressantes têm se ocupado no Brasil do gênero policial<sup>98</sup>. E por quê?

O contexto sociohistórico e econômico dos séculos XX e XXI, plasmado por periódicos (revistas e jornais), pela mídia e por estudos acadêmicos, tem-nos indicado que a corrupção e a violência, no Brasil, andam bem acentuadas, em função da riqueza e da ambição desmedidas de alguns ao lado da miserabilidade social e ignorância de outros. Por exemplo, nos grandes centros urbanos/ grandes metrópoles, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o índice de violência tem chocado tanto que muitos a atribuem à globalização da economia.

O discurso de senso comum tem proferido que a globalização da economia tem gerado cada vez mais diferenças sociais e culturais, levando as pessoas à miserabilidade, à criminalidade, à exclusão social e também a não crerem nas instituições, nas autoridades e naqueles que compõem os órgãos de segurança, em função de suas atitudes duvidosas, má formação profissional (e por que não dizer de caráter) e também por causa da corrupção desenfreada.

Se os índices de violência urbana têm crescido nestes dois últimos séculos, podemos inferir que a publicação de tantas coleções do GTP e de sua popularização no meio escolar, no artístico-editorial (filmes, peças, livros), no acadêmico, indica uma resposta do ser humano à sua necessidade de compreender criticamente essa sociedade, fruto de um momento histórico-social conturbado.

---

<sup>98</sup> Como Moacyr Scliar, Rubem Fonseca, Jô Soares entre outros. Este último acabou de publicar (2005) *Assassinatos na Academia Brasileira de Letras*, pela Companhia das Letras, e está na terceira reimpressão.

E, nós, vivendo nessa sociedade e, especificamente, no universo educacional, cercados de coleções do GTP, deparamo-nos, em um primeiro momento, com as histórias da Coleção Literatura e Morte, algumas da Coleção Primeira Página, uma das de Mortes e alguns contos da antologia *Os 100 Melhores Contos de Crime e Mistério de Literatura Universal*. E, assim, ao longo de um ano, com o objetivo de conhecer bem o gênero e também para escolher algumas histórias para compor nosso *corpus* de estudo, passamos a ler as histórias<sup>99</sup> de GTP, das coleções citadas. Durante esse tempo, observamos a adoção de algumas dessas histórias e coleções para compor projetos de ensino e aprendizagem, em escolas particulares e públicas<sup>100</sup>; fato esse que nos levou a eleger duas delas para análise: **A Morte no Envelope**, de Luiz Lopes Coelho, e **Cabeças de Segunda-feira**, de Ignácio de Loyola Brandão.

A primeira história, **A Morte no Envelope (ME)**, publicada pela Ediouro, em 2002, é de autoria do advogado paulista Luiz Lopes Coelho, que escreveu vários contos policiais e algumas novelas, nos anos 60, do século XX. Recentemente, afora a Ediouro, a editora Dorea Books (DBA) apresentou a Coleção Risco: Ruído e, nela, uma seleta de contos policiais intitulada *A idéia de matar Belina*, da autoria de Coelho.

No conto **ME**, Lopes Coelho nos oferece a história de um médico, dr. Cardenacci, e de um advogado, Sr. Sinval, que se encontram na prisão, na mesma cela. O advogado fora preso por estelionato e o médico, por ter envenenado a mulher que dizia ser *ignorante, insensível e gorda criatura*. Já no início da leitura do conto, é possível identificarmos uma antipatia por parte do advogado para com o médico. Uma lembrança, que parece assombrá-lo, manifesta-se ainda mais fortemente quando o médico é encontrado morto na cela. Aparentemente foi suicídio, no entanto, dadas as desconfianças suscitadas pelo estado emocional do advogado, o delegado Leite, conhecido do público leitor daqueles anos 60, é chamado para investigar o caso.

Já a segunda história, **Cabeças de Segunda-feira (CS)**, retirada da obra *Cabeças de segunda-feira* (reunião de contos), publicada pela Cordecric, em 1983, é de autoria de Ignácio de Loyola Lopes Brandão. Além de se dedicar à literatura, Loyola atuou durante bastante tempo como jornalista, tendo colunas fixas em jornais como O

---

<sup>99</sup> Entre contos, novelas e romances. Assistimos também a vários filmes e séries televisivas.

<sup>100</sup> Nossa vivência em escolas públicas e particulares permite-nos fazer tal afirmação.

Estado de S. Paulo. Escreveu crônicas, contos e romances. Alguns de seus trabalhos foram traduzidos para outros idiomas, ou adaptados para o teatro, e outros receberam prêmios literários de relevo.

O conto de Loyola Brandão, em questão, é composto de duas histórias justapostas linearmente. Na primeira história, um narrador onisciente conta a história da investigação, constituída por interrogatórios. Na segunda, um narrador-personagem (também justaposto a um narrador onisciente) conta a história que é a do crime. E, assim, o leitor descobre que um Doutor Joaquim, um senhor Lemos, uma mulher, ex-miss, chamada Diva, e um tal Moraes foram encontrados decapitados, em um edifício, no centro de São Paulo, em uma segunda-feira. A polícia acionada promove um processo de investigação, a fim de verificar o que aconteceu. Conseqüentemente, um investigador conversa com supostas testemunhas, sob o holofote da imprensa, e, embora hipóteses sobre o motivo do crime sejam arroladas, nada é apurado. Inclusive, a ausência das cabeças só é percebida pelo investigador quando uma das personagens, o zelador, pergunta por elas. E, desse modo, conduzindo a trama, o narrador focaliza o ascensorista, que mora nos arredores da cidade, e prepara o cenário para o discurso indireto livre dessa personagem, que passa a tecer a segunda história, conjuntamente com o narrador, e a expor os motivos do crime.

Exposto o contexto histórico-social do GTP à brasileira e apresentado o resumo dos contos **A Morte no Envelope**, de Lopes Coelho e **Cabeças de Segunda-feira**, de Loyola Brandão, escolhidos para formar o *corpus* de estudo, do qual recolhemos ocorrências de itens lexicais relevantes para este trabalho, na próxima seção, apresentamos três estratégias para leitura do GTP, com base nos estudos teóricos dos capítulos anteriores e, em seguida, passamos a sua aplicação e discussão.

## 5.2 A Proposta de Estratégias para a Leitura do GTP

O gênero textual policial (GTP) pode ser entendido como um princípio de estabilização de experiências sociais e interacionais, vinculadas tanto a práticas sociais como a formas textuais, concretamente realizadas, como o

romance, a novela e o conto. Além disso, serve de guia para o produtor e o destinatário do texto, conforme já afirmamos no capítulo terceiro. Cultivado em quase todo o mundo, podemos encontrar no GTP categorias estruturais como crime (de roubo a assassinato), personagens-chave (como detetive, criminoso, vítima, suspeito, testemunha), processo de investigação, (tentativa de) solução e reconstrução do caso, partes essas que compõem, tradicionalmente, uma história, a da investigação, que, por si, apresenta uma outra história, a secreta, ou seja, aquela que motivou o crime.

Tendo por base esses pontos, perguntamo-nos em que consiste a leitura, orientada por determinadas estratégias, de um gênero textual específico como o policial e, também, se essa leitura transforma um leitor em um agente social, histórico-cultural crítico. Será que as categorias prototípicas do GTP facilitam a constituição do processo de referenciação, seja por meio da introdução de novos referente textual, seja por meio de anaforização?

Para responder a essas questões, refletimos sobre a noção de gênero textual e, especificamente, sobre seu aspecto mais material. Entendendo-o como parte de uma atividade social que se articula em torno de uma motivação, uma finalidade e uma realização, pressupomos que existam sujeitos sociais que interajam entre si consciente e intencionalmente, considerando uma situação determinada, a fim de que propósitos sejam atingidos. Assim, sua manifestação verbal (oral ou escrita) permite tanto a interação entre pessoas, quanto o processamento de informações semânticas. No entanto, como se dá a organização dessas informações semânticas que leva à construção da significação e dos sentidos do texto?

A informação semântica distribui-se no texto materializado a partir de informações dadas e novas e, dependendo do objeto-de-discurso que focam, interferem consideravelmente na (re)construção da referenciação textual e de seus sentidos<sup>101</sup>. Isso ocorre porque a informação dada pode ser tanto um ponto de ancoragem como pode levar a uma nova informação, por meio de operações que ora retomam, ora remetem, ora se referem a conteúdos de consciência, ou seja, a referentes textuais, estocados na memória dos interlocutores, que são introduzidos, nomeados, ou (re)ativados a partir de recursos lingüístico-textuais, via estratégias, que contribuem

---

<sup>101</sup> De acordo com Koch (2002b).

para a progressão textual e, conseqüentemente, a construção de seus sentidos. Em outras palavras, a progressão textual é estabelecida pelas relações de sentido entre segmentos textuais, informações dadas e novas, conhecimentos prévios; conhecimentos e/ou práticas socioculturais partilhados, ou (re)criados de modo colaborativo, sendo esses dois últimos itens relacionados à intertextualidade, à situação comunicativa e ao contexto sociocultural.

Desse modo, quando há uma atividade comunicativa, na qual são considerados os fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, os sujeitos nela envolvidos podem construir uma determinada significação e, particularmente, sentidos, propiciando a tessitura textual. Sendo dessa maneira, podemos afirmar que a construção da significação textual e, particularmente, de seus sentidos, não ocorre no texto materializado, mas sim a partir dele, pois, sendo uma entidade que se completa a partir da colaboração do outro, deve ser atualizada pelo leitor, que é seu destinatário. Assim, o sujeito-leitor precisa ativar sua competência comunicacional, a partir da manifestação lingüística explícita, escrita no papel ou em outro suporte, a fim de que relações sintáticas, semânticas, contextuais entre outras possam ser efetivadas para a (re)construção da referenciação textual.

Afora isso, há os elementos não-ditos (pressupostos e subentendidos), de caráter complexo, não manifestados na superfície do texto, que requerem movimentos cooperativos/ colaborativos ativos e conscientes do leitor para serem atualizados. Esses movimentos pedem a (re)ativação dos conhecimentos de mundo/ enciclopédicos, de modo que inferências possam ser realizadas e, conseqüentemente, os espaços textuais inacabados, “em branco”, possam ser preenchidos, significativamente, a seu modo.

Nesse sentido, apesar da responsabilidade atribuída ao leitor pela reconstrução da referenciação textual e seus aspectos não-ditos, pode ocorrer desse leitor não realizar o que se espera dele, pois a leitura de uma mensagem verbal vai além da competência lingüística, ou seja, exige uma competência circunstancial distinta, que põe em funcionamento um ou mais pressupostos temáticos acerca do que se lê e se reconstrói. E, assim, a cooperação/ colaboração do leitor é uma condição própria para a atualização do texto, uma vez que tecer um texto significa atuar segundo estratégias que incluem as previsões dos movimentos do outro e de possíveis

eventos casuais.

Ao organizar essas estratégias (co)(n)textuais, já é de senso comum, no meio acadêmico, que o autor o faz de modo a prever um leitor que tenha um movimento semelhante ao movimento usado por ele ao planejar, tecer e finalizar o texto. Nesses termos, o autor imputa ao leitor boa parte dos valores do discurso que ele promove, ou seja, busca fazê-lo crer no que é dado, ou pressuposto, ou subentendido, de modo a transformá-lo em um co-responsável pelo texto.

E, para que tudo ocorra dentro do previsto, o autor escolhe um pressuposto (ou vários) e tece seu discurso, sem oferecer ao seu leitor, aparentemente, a chance de troca. A conservação do pressuposto é uma das leis que definem o discurso, que ajudam a manter a coerência e a progressão temática. Assim, tal recurso pode ser entendido como um ato de fala entre autor e leitor, inscrito no texto. E desse ato de fala, decorre **um contrato de leitura** que estipula e estabelece parâmetros de como o leitor **deve interpretar o discurso**. Desse modo, ao aceitar o contrato, o leitor deve assumir as regras do jogo e escolher um papel, “uma máscara”, durante sua leitura. Ao fazê-lo, o leitor passa a ser co-responsável pelo dito/ escrito, ‘assinalando’ que confia no que lhe é proposto.

E o que vem a ser esse contrato?

**O contrato de leitura** é um acordo entre pares que assumem determinada responsabilidade ou cumplicidade diante de um ato. Dessa forma, com o contrato, o leitor, co-responsável pelo dito/escrito, deverá:

- a) aceitar as características do gênero policial (a presença de duas histórias, de um crime a ser desvendado, enfim, dos elementos estruturais desse gênero);
- b) saber que participará de uma fase da narrativa, que é a do desvelamento do ‘herói’ e do ‘vilão’ da história. Assim, no GTP clássico, a história que tem seu começo na cena do crime, na verdade, está começando pela parte final; cabendo, desse modo, ao investigador, por meio do processo detetivesco (busca de pistas), revelar os fatores que desencadearam os fatos e, por consequência, o crime e o responsável por ele;
- c) ser cooperativo e colaborativo, aceitando, o(s) pressuposto(s) dado(s) pelo autor no início da história;

d) verificar se há pertinência entre o(s) pressuposto(s) e a(s) história(s); verificar o grau de informatividade decorrente das inferências promovidas durante o processo de investigação, na história, tanto pelo(s) investigador(es) quanto pelo leitor, em função das informações dadas e novas.

Esclarecido **o contrato de leitura**, temos aí nossa **primeira estratégia** a ser considerada ao longo da leitura do GTP. Estabelecemos **o contrato de leitura** como uma estratégia porque, selado o contrato, o leitor passa à ação efetiva de leitura, ou seja, lê o texto e (re)constrói a história do crime, por meio da história da investigação, a partir de determinadas estratégias calcadas em processos de referenciação textual. Assim, à sombra do narrador ou de personagens como do(s) investadore(s) que instauram o inquérito/ a investigação, a história policial é reconstruída. Portanto, **o contrato de leitura** é um pressuposto para que o processo de referenciação, nas categorias do GTP, ocorra, de modo adequado.

Por exemplo, em relação ao item a do contrato de leitura, indicado na página anterior deste trabalho, temos a aceitação das categorias estruturais do GTP e de sua (re)ativação no modelo textual mental<sup>102</sup>. Pensamos que o sujeito que começa a ler uma obra que faz parte do GTP espera encontrar um crime; um processo de investigação, guiado por diferentes estratégias de trabalho tais como coleta, análise e categorização de dados/ informações; personagens que, além de exercer o papel de vítima, estejam envolvidas com situações/ práticas sociais à margem da lei/ justiça de uma dada sociedade; e a reconstrução dos fatos que levem ao motivo que gerou o crime e ao assassino.

(Re)ativadas as categorias do GTP, o leitor espera poder deparar-se com subgêneros textuais, alicerçados, principalmente, em seqüências textuais dialógicas, que o ajudem a estabelecer as significações<sup>103</sup> e os sentidos do texto. Essa expectativa

---

<sup>102</sup> Pressupondo que o leitor nunca tenha lido o gênero e desconheça suas categorias, podemos afirmar que essas serão, então, introduzidas em sua memória e não (re)ativadas.

<sup>103</sup> Conforme já exposto neste trabalho, reiteramos que a abordagem textual-sociointeracional dos processos de categorização, recategorização e de-categorização de entidades discursivas leva-nos a uma visão processual da significação, propiciando a construção dos sentidos do texto. Assim, ao usarmos a expressão “significação” ou “significado”, não o fazemos no sentido literal, estrutural, mas sim estamos pensando no ato de designar, representar ou sugerir entidades como objetos do discurso. Entidades essas que, relacionadas entre si (ou extralingüisticamente), facilitarão a construção dos sentidos do texto.

prevê discursos do narrador, das personagens, assim como conversas justapostas por pares dialógicos, que contenham tanto perguntas abertas quanto fechadas, e que insiram pedidos, suposições/ hipóteses/ opiniões, esclarecimentos, explicações, exposições, comentários e concatenações acerca do caso, bem como exijam respostas compatíveis ou de cunho colaborativo para com o ‘previsto’, o pressuposto. A esse tipo de ‘*seqüenciação*’ que ajuda o leitor a organizar, durante a situação de leitura, relações entre o que é dado, o que é novo, o que é pressuposto ou suposto, permitindo-lhe a sensação de co-participação, denominaremos de **estratégias de interação**.

Essas duas primeiras estratégias, **contrato de leitura e interação**, são marcadas por recursos lingüístico-textual diversificados.

Na **estratégia contrato de leitura**, o acordo é desencadeado por recursos paratextuais (como título, subtítulo, prefácio, capa, entrecapa e contracapa, ilustrações, tipo e cor de letras, etc), ou seja, por marcas que funcionam como índices para o que há por vir. Na verdade, esses recursos são muito variáveis, pois estão atreladas ao tipo de suporte textual (ou portador de texto), no qual o texto é publicado/ veiculado. Sabemos ser meio incoerente, por exemplo, buscar a capa e a contracapa ou o prefácio em um filme, em DVD, ou no cinema. No entanto, o título, a sinopse, o diretor e o elenco podem ser alguns dos pontos para a concretização do acordo, da ‘leitura’. Acreditamos que embora os recursos paratextuais possam ser revistos reiteradamente, o mesmo não vale para a essência do contrato. As cláusulas dele têm cunho cognitivo, sociointeracional e, para tanto, ou são aceitas, ou não são, porque se não o contrato deixará de ser um acordo entre pares.

Nas **estratégias de interação**, após o aceite do contrato, é possível prosseguir na reconstrução da referenciação textual e de seus sentidos, bem como entrever os recursos lingüístico-textuais que lhe são próprios. Essas estratégias de interação podem ser marcada por meio de **comentários comparativos**; de **indefinitudes** e **negações**; de **condicionalidades/ suposições**; de **evocações + apelações**; de **perguntas e respostas**; de **conhecimento aparentemente partilhado**. A formalização delas pode se dar, *respectivamente*, por meio de:

- a) oração absoluta, contendo termos que levam a subentender elementos comparáveis não explícitos; oração subordinada adverbial comparativa

explícita, com matiz condicional;

b) construto oracional marcado por elementos com valor negativo; construto oracional marcado por elemento com valor excludente; palavra com prefixo negativo;

c) construtos oracionais com valor condicional;

d) construto oracional afirmativo; vocativo; verbo factivo e verbo modalizado;

e) par dialógico, pergunta fechada, contendo elementos de negação. Resposta com a mesma marca de negação;

f) descrições nominais definidas (nomes próprios dados como conhecidos).

Estabelecidas as duas estratégias: as do **contrato de leitura** e as **de interação**, cabe uma outra, **as da construção colaborativa da referenciação**, nas categorias estruturantes do GTP como “processo de investigação”, “personagens”, “reconstrução do mistério, do crime e de seus motivos”, marcadas por introdução de referentes textuais, anáforas com retomada e anáforas sem retomada.

Conforme exposto no capítulo quarto, o processo de referenciação está atrelado à dinâmica textual e à construção dos objetos-de-discurso que serve tanto à continuidade e manutenção referenciais quanto à construção dos sentidos maiores do texto, possibilitando um processo de anaforização ou mais direto, ou parcial, ou indireto. Essas estratégias de referenciação são formalizadas lingüístico-textualmente por:

a) pronomes pessoais e elipses;

b) expressões nominais, como descrições definidas/ indefinidas e nominalizações, compostas de nome-núcleo marcado por: termos genéricos, meronímicos<sup>104</sup>, metadiscursivos entre outros;

c) qualificadores: as expressões adjetivas com valor avaliativo (positivo ou negativo);

d) determinantes: os pronomes demonstrativos e possessivos, os artigos definidos;

---

<sup>104</sup> Na literatura lingüística, o termo “meronímico” tem sido usado para indicar relações metonímicas e sinedóticas.

e) quantificadores e indefinidores: os artigos e pronomes indefinidos;

f) construtos oracionais: orações apositivas, predicativas, adjetivas e adverbiais.

Apresentamos, a seguir, nos quadros I, II e III, respectivamente, as três estratégias propostas para a leitura do GTP: **contrato de leitura, interação e construção colaborativa da referenciação, nas categorias do GTP**, e sua formalização lingüístico- textual.

#### Quadro I – As Estratégias de Contrato de leitura

As Estratégias de Contrato de Leitura	Formalização lingüístico-textual
<ul style="list-style-type: none"><li>- Atualização das características do gênero policial com base em recursos paratextuais.</li> <li>- Participação do desvelamento do ‘herói’ e do ‘vilão’ da história.</li><li>- Aceite do(s) pressuposto(s) dado(s) pelo autor no início da história.</li><li>- Estabelecimento da pertinência ou não entre o(s) pressuposto(s) e a(s) história(s);</li><li>- Reconhecimento do grau de informatividade.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Capa e contracapa.</li><li>➤ Folha de rosto.</li><li>➤ Prefácio.</li><li>➤ Ilustrações.</li><li>➤ Outros recursos que não o próprio texto.</li>          <li>➤ O texto propriamente dito.</li></ul>

## Quadro II – As Estratégias de Interação

<b>As Estratégias de Interação</b>	<b>Formalização lingüístico-textual</b>
Por meio de comentário comparativo.	Oração absoluta, contendo termos que levam a subentender elementos comparáveis não explícitos; oração subordinada adverbial comparativa explícita, com matiz condicional.
Por meio de indefinidade e negação.	Construto oracional marcado por elementos com valor negativo; construto oracional marcado por elementos com valor excludente; palavras com prefixos negativos.
Por meio de condicionalidade/suposição.	Construtos oracionais com valor condicional.
Por meio de evocação + apelação.	Construto oracional afirmativo; vocativo; verbo factivo <sup>105</sup> e verbo modalizado.
Por meio de perguntas e respostas.	Par dialógico, pergunta fechada, contendo elementos de negação. Resposta com a mesma marca de negação.
Por meio de conhecimento aparentemente partilhado.	Descrições nominais definidas (nomes próprios dados como conhecidos).

<sup>105</sup> De acordo com Neves (2000), os verbos factivos introduzem complementos factuais que, de modo geral, não podem ser negados.

**Quadro III- As Estratégias de Construção colaborativa da referenciação nas categorias do GTP**

Estratégias de Construção colaborativa da referenciação, nas categorias do GTP	Formalização lingüístico-textual	
Por introdução de referente textual.	Descrição nominal indefinida (marcada por circunstanciador).	
	Descrição nominal definida.	
Por anáfora correferencial recategorizada.	Descrição nominal indefinida.	
	Descrição nominal definida.	com nomes recategorizadores.
		com nome nuclear genérico.
		com nome nuclear elíptico.
		com nomes próprios.
		com expressões de valor restritivo.
Por anáfora correferencial co-significativa.	Descrição nominal indefinida.	com nomes recategorizadores.
		com nome nuclear genérico.
		com nome nuclear elíptico.
		com nomes próprios.
		com expressões de valor restritivo.
	Descrição nominal definida.	com nomes recategorizadores.
		com nome nuclear genérico.
		com nome nuclear elíptico.
		com nomes próprios.
		com expressões de valor restritivo.
Por anáfora parcial co-significativa.	Descrição nominal indefinida.	com nomes recategorizadores.
		com nome nuclear genérico.
		com nome nuclear elíptico.
		com nomes próprios.
		com expressões de valor restritivo.
	Descrição nominal definida.	com nomes recategorizadores.
		com nome nuclear genérico.
		com nome nuclear elíptico.
		com nomes próprios.
		com expressões de valor restritivo.
Por anáfora indireta, de teor meronímico.	Descrição nominal indefinida.	com nomes recategorizadores
		com nome nuclear genérico
		com nome nuclear elíptico.
		com nomes próprios.
		com expressões de valor restritivo.
	Descrição nominal definida.	com nomes recategorizadores.
		com nome nuclear genérico.
		com nome nuclear elíptico.
		com nomes próprios.
		com expressões de valor restritivo.
Por anáfora não-correferencial, não co-significativa.	Pronominalização.	Pronomes pessoais caso reto.
		Pronomes pessoais caso oblíquo.
		Pronomes indefinidos/ demonstrativos.
Por anáfora Encapsuladora.	Com dêitico (híbrida).	Pron. indefi. + pron. demonstr.+ nome nuclear.
	Sem dêitico.	Nome genérico.
	Pronominalização.	Pronomes indefinidos.
Por expressões predicativas e apositivas.	Descrições predicativas e apositivas	-

Propostas as estratégias que orientarão a leitura do GTP, no próximo item, procedemos à leitura dos contos selecionados, discutindo cada uma das referidas estratégias, e sintetizando a leitura em quadros-resumo.

### **5.3 A Leitura dos Contos *A Morte no Envelope*, de Luiz Lopes Coelho, e *Cabeças de Segunda-feira*, de Ignácio de Loyola Brandão.**

#### **5.3.1 As Estratégias do Contrato de Leitura.**

Quando iniciamos a leitura do conto **A Morte no Envelope (ME), de Lopes Coelho**, sabíamos que, em nossas mãos, tínhamos **uma espécie do GTP**, pois **o título** do texto, **as informações da orelha do livro**, a **resenha** sintética da **contracapa** mais **as informações** divulgadas pela **mídia** e pelo **meio cultural/ escolar** em que vivemos, afora **nosso conhecimento** acerca das **publicações** desse **autor**, levavam-nos a tal compreensão. E, guiados por **esses recursos paratextuais**, efetivamos a (re)ativação de **estratégias** para a leitura do GTP e de formalização **do gênero textual**, fatos esses que acordaram o **contrato de leitura** oferecido pela situação de leitura como um todo.

Assim, em função do contrato acordado, considerando o título do conto **A morte no envelope**, projetamos uma expectativa em relação à história: - ao longo da trama, uma das personagens possivelmente morrerá ao tocar um envelope, talvez uma carta, e, desse modo, dado o crime, um processo de investigação será instaurado, o(s) culpado(s) punido(s) e seu(s) motivo(s) revelado(s).

E, começada a leitura efetiva da história, verificamos a apresentação de duas personagens, criminosos sentenciados, e dos motivos que os levaram à prisão. Depois, posto este cenário, uma terceira personagem, o vice-diretor do presídio, anuncia que os dois sentenciados ficarão juntos na mesma cela. É nesse ínterim da narrativa que uma idéia adversa põe em evidência o que poderá acontecer: um dos sentenciados que parece amigo quer vingança e poderá ocorrer um crime. Essa vingança é explicitada quando o narrador conta a vida pregressa de Sinval, um dos presos, que fora paciente do médico Cardenacci, o outro preso, que lhe fizera um diagnóstico errado de saúde (lepra). Assim, o que é dado ao leitor de imediato não é o crime e

sim o possível motivo que poderá desencadeá-lo. Desse modo, já nos deparamos, no conto em questão, com uma forma diferenciada da ordenação das categorias do GTP clássico. Primeiro é dado **o motivo** (e não o crime) que pode levar a um crime e, em seguida, **o suposto crime** (no caso, o suicídio); depois, **a investigação** e, por fim, **a resolução do mistério**.

Partilhados os motivos que levariam Sival a querer se vingar do diagnóstico errado, feito pelo médico, que o levava à vida criminosa, parece incoerente a atitude emotiva e culposa que essa personagem demonstra após o suposto suicídio do médico. Entretanto, é exatamente essa atitude que insere o conflito na história, ou seja, é ela que cria o mistério a ser desvendado e que pede um processo de investigação, em que o procedimento do interrogatório, acompanhado de confissão, leva ao seu desvelamento.

Esse desvelamento permite a retomada **efetiva** da expectativa projetada. E o que até então era só uma hipótese de leitura não se confirma totalmente, pois uma das personagens não morre ao tocar um envelope; ela é levada a se matar em função da troca de cartas e do conteúdo destas. O crime mesmo está na substituição das cartas e na falsificação de seu conteúdo.

Quanto ao estabelecimento do **contrato de leitura** do segundo conto **Cabeças de Segunda-feira, (CS)**, de Loyola Brandão, sabíamos, assim como no conto anterior, que tínhamos **uma espécie do GTP**, pois **o exame dos recursos paratextuais** levou-nos a (re)ativar mentalmente **estratégias** para a leitura do GTP, envolvendo diferentes tipos de conhecimentos, de formalização **do gênero textual**, a fim de que pudéssemos aceitar o **contrato de leitura**, tal qual o primeiro conto lido

Dado **o contrato de leitura**, refletimos sobre o título do conto “Cabeças de segunda-feira”, e elaboramos mentalmente uma expectativa acerca do conteúdo da história. Começamos a imaginar o que aconteceria com cabeças, às segundas-feiras. Elas literalmente rolariam? Lembramo-nos de um autor do gênero policial<sup>106</sup>, criador do detetive Padre Brown, que, por volta dos anos 40, escreveu uma obra intitulada *O*

---

<sup>106</sup> O autor é G. K. Chesterton e a obra “The man who was Thursday”, publicada em 1944.

*homem que era quinta-feira*. Teria essa obra ou o título influenciado o trabalho de Loyola?

Começada a leitura da história, verificamos a apresentação da cena do crime e das personagens-vítimas; em seguida, há a introdução da polícia e da história da investigação. Encerrada a história da investigação, começa a narração de uma outra história, a do assassino, em que são apresentados os motivos e a rotina que levaram uma personagem determinada a cometer o crime, no caso o ascensorista do prédio.

No conto em questão, deparamo-nos com a forma clássica da ordenação das categorias do GTP. Primeiro é dado **o crime**, depois, **o processo de investigação** e, em seguida, a resolução **do mistério**. O diferencial desse conto é que só o leitor fica sabendo quem é o responsável pelos crimes, em função da história do assassino, que é dada pelo discurso do narrador e também pela própria personagem-assassino, por meio de um discurso indireto livre.

E, assim, a expectativa pôde ser retomada e confirmada em partes, pois cabeças, no sentido de “parte do corpo humano”, rolaram, não em uma segunda-feira, mas sim em um sábado; sendo que os corpos só foram descobertos na segunda-feira e as cabeças são se sabe.

### **5.3.2 As Estratégias de Interação**

#### **5.3.2.1 As Estratégias de Interação na Categoria Personagens-chave.**

Como a interação é um dos aspectos da linguagem que possibilita a instauração das continuidades referenciais, ou sua manutenção, verificamos que, nos dois contos, por meio de comentários comparativos; de indefinidades e negações; de condicionalidades/ suposições; de evocações + apelações; de perguntas e respostas; de conhecimento aparentemente partilhado, a categoria personagens-chave (criminoso, detetive, vítima, testemunhas, suspeitos e coadjuvantes-auxiliares <sup>107</sup>) se constrói, colaborativamente, de modo progressivo e coerente.

---

<sup>107</sup> O que seria de Sherlock Holmes, se não houvesse o Dr. Watson, (ambos personagens de Conan Doyle)!

No **conto ME**, verificamos, em (34), um comentário de teor comparativo e avaliativo que pode ser observado a partir de um construto oracional “O mundo dos criminosos também é pequeno”, em que o modificador adverbial “também” mais a oração predicativa “é pequeno” indicam a existência implícita de um outro construto oracional, de valor comparativo, que exige que o leitor o recupere, de acordo com seus conhecimentos enciclopédicos e de mundo, a fim de entender a opinião do narrador sobre as coincidências do mundo dos criminosos e dos não criminosos. O emprego desse recurso indica que o conteúdo da construção oracional explícito é relevante para o que vai ser enunciado, ao passo que o conteúdo do construto oracional implícito é suposto como partilhado entre narrador e leitor.

(34) **O mundo dos criminosos também é pequeno.** Embora procurasse disfarçar, Sinval perturbou-se quando Cardenacci entrou, acompanhado do vice-diretor do presídio.

(LLC, ME, p. 788. O negrito é nosso.)

Esse jogo de linguagem entre conteúdos explícitos e implícitos supostamente partilhados exige muita cumplicidade por parte do leitor, porque envolve intenção (ordenação de fazeres) e propósitos (sucesso de ações), que nem sempre se dão adequadamente. Pode ocorrer que os conhecimentos, que se esperam partilhados, talvez não o sejam e, assim, necessitam ser (re)construídos de modo colaborativo. E é esse tipo de atitude que se espera de um leitor de textos policiais, ou seja, a atitude colaborativa.

Quantos aos comentários de teor “negativo”, “controverso”, em (35), esses são marcados por orações introduzidas por conectivos com valor adversativo (“mas”, “porém”) e por um adjetivo (“artificial”) mais uma expressão com valor adverbial (“dentro em pouco”), ambos entre vírgulas, que se cruzam com outras orações comparativas, de matiz condicional e temporal, levando-a a identificação do tom de comentário por parte do narrador, o que confirma a necessidade da interação, de modo colaborativo, por parte do leitor.

(35) **Os dois homens sorriram, mas Sinval, artificioso, como se obedecesse a pedido de fotógrafo.** Cardenacci levou o saco de roupas para o canto da cela. **O outro** sentou-se à beira da cama. **Enfrentavam com receio o início do diálogo, porém, dentro em pouco, as palavras foram escapando, soltas e preguiçosas;** depois começaram a agrupar-se com mais ligeireza e, quando conquistavam o vaivém de conversa, a campainha estridulou “silêncio”.

(LLC, ME, p. 788. O negrito é nosso.)

Já no **conto CS**, podemos observar o processo de interação, em (36), com a introdução de referentes textuais nomeados pelos sintagmas nominais “o Doutor Joaquim” e “o senhor Lemos”, que são dados como se já fossem conhecidos e partilhados.

(36) Sem nenhum grito de horror, apenas com muito nojo, a faxineira encontrou **o Doutor Joaquim** curvado sobre sua mesa. Morto, evidente.

**O senhor Lemos** foi achado à porta do escritório, encolhido como se tivesse sentido muito frio à noite.

**Diva** estava apoiada ao PBX da recepção. E **Morais**, descoberto às onze horas, quando todo o edifício fervia, estava de calças arriadas, sentado na privada. O zelador constatou duas coisas, antes de chamar a polícia. Era crime. Segundo, executado pela mesma pessoa. **Os quatro cadáveres** estavam **decapitados**. Conclusões de zelador.

**Quatro pessoas decapitadas** numa segunda-feira atraíram seis viaturas da polícia, investigadores, reportagem policial e não policial, curiosos. Impossível transitar. O prédio foi fechado. Ninguém saía, ninguém entrava. (...)

(ILB, CSF, p. 290. O negrito é nosso.)

Essa estratégia é marcada, primeiramente, pelas descrições nominais definidas “o Doutor Joaquim” e o “o senhor Lemos”; depois, pelas expressões nominais “Diva” e “Morais”. Nas duas primeiras, identificamos o artigo definido que particulariza as vítimas como pessoas conhecidas daqueles que têm uma determinada rotina, no prédio onde foram encontrados mortos. Já os pronomes pessoais de tratamento (“doutor” e “senhor”) sinalizam para o leitor que há um grau de formalidade entre aquelas personagens e seus interlocutores, pois seu emprego mostra que há um *status* social hierárquico diferenciado entre elas. O uso do pronome de tratamento, no

primeiro caso, ou a ausência dele, no segundo caso, nesse excerto, já soam a nós como uma pista a ser considerada na revelação do assassino. Esse tratamento será retomado posteriormente por construtos oracionais recheados de apostos (expressões atributivas/predicativas) que põem em dúvida o merecimento do tratamento formal para com aquelas duas personagens.

Já o nome das outras duas personagens-vítimas “Diva” e “Morais” vem desacompanhado de determinante, indicando um modo de tratamento muito corriqueiro no Brasil. A ausência de artigo é uma forma popular que indica intimidade e maior proximidade entre as vítimas e seus interlocutores. Considerando o contexto social no qual o crime se dá, pensamos que essa proximidade está mais para a questão da relação hierarquia entre grupos sociais (os que têm títulos e os que não têm) do que para o grau de amizade e convivência.

Aplicada as estratégias de interação à categoria personagens-chave, apresentamos o quadro-resumo IV como síntese do exposto.

### Quadro IV – As Estratégias de Interação na Categoria Personagens-chave

CATEGORIA – PERSONAGENS-CHAVE		
AS ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por meio de comentários de teor comparativo.</li> <li>➤ Por meio de comentários com argumentos contraditórios</li> <li>➤ Por meio de apresentação de conhecimentos como se fossem comuns, partilhados.</li> <li>➤ Por meio de introdução de discurso alheio em forma de pergunta aberta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Oração absoluta, contendo termos que levam a subentender elementos comparáveis não explícitos.</li> <li>➤ Oração subordinada adverbial comparativa explícita, com matiz condicional.</li> <li>➤ Orações coordenadas sindéticas adversativas.</li> <li>➤ Descrições nominais definidas (nomes próprios)</li> <li>➤ Par dialógico P-R</li> </ul> <p>Pergunta aberta, com pronomes interrogativos (um explícito; outro, implícito).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “O mundo dos criminosos também é pequeno [assim como ...].”</li> <li>➤ “(...) Sinval, artificioso, [sorria] como se obedecesse a pedido de fotógrafo.</li> <li>➤ “Os dois homens sorriram, mas Sinval (...)”</li> <li>➤ “Enfrentavam com receio o início do diálogo, porém, dentro em pouco, as palavras foram escapando, soltas e preguiçosas (...)”</li> <li>➤ “o Doutor Joaquim”, “o senhor Lemos”, “Diva”, “Morais”</li> <li>➤ “Quem eram os mortos? [Quem/quais eram as] Pessoas ligadas a eles? Um radialista esgoelava que era crime político.”</li> </ul>

### 5.3.2.2 As Estratégias de Interação na Categoria História do Crime e seus Motivos

No conto MS, em (37), podemos observar que a construção colaborativa da história do ‘crime’ e de seus motivos se dá por meio de afirmações e indagações, formalizadas em pares dialógicos pergunta-resposta, pois o delegado espera que Sinval tanto colabore quanto dê “as respostas” que ele e o diretor tanto querem. E, assim, começando com uma afirmação genérica “descobri tudo”, verificamos um tom de vaguidade dado à situação.

(37) - Armando Sinval: comunico-lhe que procedi a investigações sobre o suicídio de Cardenacci . Descobri tudo. Espero agora, suas explicações. Vamos.

(LLC, ME, p.790. O negrito é nosso.)

Notamos que, a partir de um vocativo intimidador, constituído pelo nome completo da personagem, “Armando Sinval”, o delegado se vale de um ato de fala para comunicar ao suspeito suas supostas ações para desvendar o mistério reinante na prisão. Assim, no construto oracional “- Armando Sinval: comunico-lhe que procedi a investigações sobre o suicídio de Cardenacci” , a expressão nominal não marcada (por artigos) “investigação”, sugere que houve um processo de investigação e que, a partir de pistas, o caso pôde ser reconstruído e, portanto, resolvido. “Tudo” foi descoberto e, deve ser partilhado.

Embora o pronome indefinido “tudo” tenha um caráter resumitivo e assuma um tom afirmativo, assinalando que todas as possíveis ações tomadas/ desencadeadas pela personagem Sinval para intimidar/ ‘matar’ a personagem Cardenacci sejam conhecidas, o matiz semântico dessa referência é vago para a personagem do delegado e do vice-diretor. Estas personagens não partilham de um conhecimento comum aos três. No entanto, o sentenciado não sabe disso, pois, para ele, o termo “tudo” ganha um tom positivo, de partilhamento e, logo, não é necessária uma confissão acerca dos fatos ocorridos, como em (38).

Essa situação de desencontro de informações é típica do GTP, pois como há uma história a ser desvendada, os referentes textuais, objetos de discurso, não são comuns às partes envolvidas na situação, mas sim ou supostamente partilhadas, ou colaborativamente construídas, tanto no contexto como a partir dele. A suposição de conhecimentos comuns ou enciclopédicos e a construção colaborativa de referentes textuais são estratégias de interação que permitem a inserção, ou a (re)ativação de objetos de discurso, que promovem a organização das histórias, seja a do crime, seja a da investigação.

(38) - Nunca pensei que a coisa chegasse a esse extremo. Os senhores, naturalmente, desejam saber a causa, já que descobriram tudo. (...)

- A presença de Cardenacci despertou em mim o desejo de vingança. Passei a acreditar que estava encarcerado por culpa dele. Então, eu...O resto os senhores já sabem.

(LLC, ME., pp. 790-1.)

Quanto às estratégias de interação, na categoria história do crime e seus motivos, **em CS**, temos, conforme (39), uma mescla de discursos da personagem assassino com o do narrador, indicando o modo como o crime se deu e o que o causou.

(39) **Foi fácil com o Doutor Joaquim. O homem era muito fraco.** Um empurrão violento contra a parede do elevador. **“O que...?”** O ascensorista tinha arrancado o fone da caixa, bateu na cabeça do angolano, ele desmaiou. De repente, (...) ela caiu. Quieta. Foi arrastada para dentro do elevador. **Vou levá-los ao lugar dos justos. Vocês não entrarão imediatamente. Terão que purgar, no umbral. Depois sim, quando todo esse fedor do teu corpo, mulher, sumir, você entrará. E quando o Doutor Joaquim aprender humildade, também entrará.** O carro subiu e desceu. **Onde estava o Lemos? E o Moraes? Ele tinha subido com os dois.** Bateu na porta da transportadora, Moraes atendeu. E caiu, sob os golpes. **Como é fácil derrubar um homem gordo. Por que não tinha experimentado antes? Eles caem sem barulho, como bolo fofo.** Arrastou-o. Demorou meia hora para lemos aparecer.

- **Quer apertar todos os botões?**

Lemos olhou, não disse nada...

(ILB, CS, pp. 295-6. O negrito é nosso.)

Em (39), verificamos comentários avaliativos, afirmações , questionamentos, modalizações mais perguntas retóricas , com tom de ironia, que levam o leitor a conhecer os motivos que geraram o crime: a baixa-estima e o sentimento de inferioridade/ nulidade desencadeados pela rotina coisificada do ascensorista.

A seguir, temos a síntese das estratégias de interação na categoria crime/motivo.

**Quadro V – As Estratégias de Interação na Categoria Crime/ Motivo**

CATEGORIA CRIME/MOTIVO		
AS ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por meio de afirmações, evocação, modalização verbal.</li> <li>➤ Por meio de perguntas e respostas.</li> <li>➤ Por meio de comentários avaliativos do narrador; e da personagem-assassino.</li> <li>➤ Por meio de afirmações, questionamentos, modalizações.</li> <li>➤ Por meio de perguntas retóricas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construto oracional afirmativo; vocativo; verbo factivo<sup>108</sup> e verbos modalizados.</li> <li>➤ Par dialógico. Pergunta fechada, contendo elementos de negação. Resposta com a mesma marca.</li> <li>➤ Discurso direto do narrador</li> <li>➤ Discurso indireto livre</li> <li>➤ Construtos oracionais modalizados.</li> <li>➤ Expressões avaliativas: adjetivos, advérbios.</li> <li>➤ Perguntas abertas e fechadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “- <b>Armando Sinval: comunico-lhe</b> que procedi a investigações sobre o suicídio de Cardenacci. <b>Descobri tudo. Espero, agora, suas explicações. Vamos.</b>”</li> <li>➤ “- Não há pista nenhuma? - Nenhuma. - Então (...)”</li> <li>➤ “<b>Foi fácil com o Doutor Joaquim. O homem era muito fraco (...). “O que...?”</b> (...) ela gritou. <b>Sábado. No sábado ninguém ouve gritos. (...)</b> Foi arrastada para dentro do elevador. <b>Vou levá-los ao lugar dos justos. Vocês não entrarão imediatamente. Terão que purgar, no umbral. Depois sim, quando todo esse fedor do teu corpo, mulher, sumir, você entrará. E quando o Doutor Joaquim aprender humildade, também entrará.</b> O carro subiu e desceu. <b>Onde estava o Lemos? E o Morais? Ele tinha subido com os dois.</b> Bateu na porta da transportadora (...). <b>Como é fácil derrubar um homem gordo. Por que não tinha experimentado antes? Eles caem sem barulho, como bolo fofo.</b> Arrastou-o. Demorou meia hora para Lemos aparecer. - <b>Quer apertar todos os botões? (...)</b></li> </ul>

<sup>108</sup> De acordo com Neves (2000), os verbos factivos introduzem complementos factuais que, de modo geral, não podem ser negados.

### 5.3.2.3 As Estratégias de Interação na Categoria Mistério.

No conto **ME**, após uma personagem, o Dr. Cardenacci, ter cometido suicídio, o comportamento estranho de uma outra personagem, o advogado Armando Sinval, instaura um mistério que leva uma terceira personagem, o diretor da prisão, a buscar ajuda de uma quarta personagem, um delegado de polícia, “o velho Leite”, que organiza o processo de investigação presente na história.

É importante destacar que a investigação que interessa no **conto ME** é aquela desencadeada pelo mistério da tristeza da personagem Sinval e não exatamente aquela instaurada em função do suposto crime. E esse mistério fica mais acentuado porque as estratégias de interação usadas, em (40), são pontuadas por recursos de indefinidade, de negação e de condicionalidade, que permitem suspeitar do suicídio.

(40) Intrigado com isso, o diretor chamou ao presídio o velho leite, delegado de polícia, conhecido pelos seus excepcionais dotes de criminalista. (...) Narrou a morte de Cardenacci com pormenores [ao delegado] (...)

- O que **não se entende em toda essa história**, meu caro Leite, é **a reação de Sinval**. Tornou-se inquieto, excitado, deficiente no trabalho. Come pouquíssimo, emagreceu demais. Foi surpreendido pelo guarda da noite a chorar convulsamente. Irrita-se quando alguém fala no suicídio. **Não comenta o fato, não diz uma palavra. Não conseguimos estabelecer relação alguma** entre Cardenacci e Sinval. **Nem tampouco** houve entre eles **o menor incidente**. Sentimos, porém, que há **qualquer coisa**. A reação de Sinval é **anormal e desnorteante**.

- **Não há pista nenhuma?**

- **Nenhuma.**

(LLC, ME, p. 790. O negrito é nosso.)

No segmento “Não conseguimos estabelecer relação alguma entre Cardenacci e Sinval”, o elemento “não”, no início da oração, incide sobre a ação verbal, “conseguir estabelecer”, assinalando o resultado negativo do intento da personagem; e o pronome indefinido “alguma”, posposto ao núcleo da expressão “relação

alguma” confirma ainda mais tal escopo.

Já no período “Nem tampouco houve entre eles o menor incidente”, a expressão “nem tampouco”, de caráter excludente, reforça que a relação entre as duas personagens era boa, tranqüila. Entretanto, a reação da personagem Sinval diante da morte do companheiro de cela continua sendo adjetivada, de modo contraditório, negativamente, contradizendo a imagem positiva da relação dos dois. E isso se confirma ainda mais em decorrência do uso dos prefixos “a-“, em “anormal”, e “des-“, em “desnorteante”, como em (41).

(41) (...) A reação de Sinval é **anormal** e **desnorteante**.

- **Não há pista nenhuma?** (...)

(LLC, ME, p. 790. O negrito é nosso.)

E, assim, por meio dos recursos lingüístico-textuais, é possível atualizar que, por não haver um diálogo esclarecedor, a personagem que exerce o papel de diretor não compreende o comportamento do advogado sentenciado por estelionato, como em (42). Essa incompreensão, que aguça a curiosidade das personagens envolvidas na situação, atinge o leitor também, pois o mistério construído a partir da indefinidade e da negação chama-o ainda mais para a idéia de vaguidade acerca do caso que não se desfaz, de imediato.

(42) **Não conseguimos** estabelecer **relação alguma** entre Cardenacci e Sinval. **Nem tampouco** houve entre eles o menor incidente. Sentimos, porém, que há **qualquer coisa**. A reação de Sinval é **anormal** e **desnorteante**

(LLC, ME, p. 790. O negrito é nosso.)

Dado o mistério, seqüencialmente, por meio do par dialógico Pergunta-Resposta, em (43), identificamos que caberá ao delegado Leite verificar se há alguma pista que ajude a desvendá-lo.

(43) (...) A reação de Sinval é **anormal** e **desnorteante**.

- **Não** há **pista nenhuma**?

- **Nenhuma**.

- Então, se há **qualquer coisa**, está escondida na cabeça do homem. (...)

(LLC, ME, p. 790. O negrito é nosso.)

Assim, lançando um pergunta fechada, iniciada com o elemento de negação “não” e encerrada pelo pronome indefinido “nenhuma”, posposto ao núcleo do complemento verbal “pistas”, o delegado enuncia uma expectativa negativa (“**não há** [pista nenhuma]”) em relação à situação. De acordo com Neves (2000), no âmbito da negação com ‘não’, é comum o uso de pronome indefinido, pois o pronome indefinido posposto a um nome nuclear dá um caráter diferente à negação. Passa a idéia de nulidade do dito, como se não houvesse uma referência significativa que pudesse ser realizada.

Feita a pergunta, vem a resposta monossilábica do diretor: “- Nenhuma”, com valor negativo/ nulo, em que o núcleo da expressão fica elíptico/ subentendido [“pista”], reforçando o uso do pronome para indicar a ausência de dados para a elucidação do caso.

O que verificamos no discurso da personagem que exerce o papel de vice-diretor, e no do delegado, é que tanto a indefinidade como a negação operam como um instrumento de interação dotado de intencionalidade, e inserem o leitor em um universo de vaguidade, que o leva a se respaldar no que é negado para, então, poder desvendar a situação dada pelo episódio.

Como está criada a necessidade de saber o que está ocorrendo com a personagem Sinval, hipóteses sobre a situação, que podem ou não ser realizadas, são introduzidas. Dessa forma, a personagem inicia sua fala com

um elemento conclusivo “então”, para, em seguida, introduzir, orações condicionais, que exigem de seu interlocutor (que pode ser o vice-diretor ou leitor) adesão ou não ao que ele supõe, como em (44).

(44) - **Então, se há qualquer coisa**, está escondida na cabeça do homem. **Se ele se acha abatido**, como você me disse, poderei **aplicar um velho** truque que me tem ajudado em situações semelhantes. Vamos **tentar o golpe**. Você me apresentará a Sinval como o delegado de polícia encarregado do inquérito sobre o suicídio. Eu **farei o resto**.

(LLC, ME, , p. 790. O negrito é nosso.)

No primeiro período condicional de (44), “**Se há qualquer coisa**, está escondida na cabeça do homem”, a personagem Leite expõe informações que ele considera que não sejam novas para seu ouvinte (o diretor). Ele acredita que “A coisa escondida” não está no contexto físico em que estão, mas sim particularizada, em um contexto psicológico, ou seja, na cabeça de Sinval. Portanto, não há pistas materiais que ajudam a construir a referência textual acerca do caso e sim somente aquelas que podem ser dadas pela linguagem, pois estão bem guardadas na memória do suspeito.

Já no segundo período hipotético de (44), “**Se ele se acha abatido**, (...)”, poderei aplicar um velho truque (...)”, a oração condicional apresenta o estado (emocional) da personagem; estado esse que será a base para a realização do fato apresentado na oração principal: a aplicação do truque. Observamos que a expressão nominal indefinida “um velho truque”, usada para completar o verbo, é retomada logo a seguir pela expressão nominal também definida “o golpe”, que recategoriza lexicalmente aquela primeira, em (44). Assim, ‘o golpe’ se deixa apreender, prospectivamente, no próprio texto, por uma oração comparativa, de matiz condicional, e pela descrição nominal definida, com nome nuclear genérico, “o resto”.

E, dando seqüência à construção da referência textual do tal golpe, a encenação do delegado é montada e o conteúdo referencial abarcado pela expressão nominal definida “o resto” passa a ser construído de modo colaborativo, levando à história que desencadeou o suicídio. E, dada a análise, apresentamos o

quadro-resumo VI, “A categoria mistério”, como síntese do exposto.

### Quadro VI – As Estratégias de Interação na categoria Mistério

CATEGORIA – MISTÉRIO		
AS ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por meio de Indefinitude e Negação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construto oracional marcado por elementos com valor negativo.</li> <li>➤ Construto oracional marcado por elementos com valor excludente.</li> <li>➤ Palavras com prefixos negativos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “<b>Não</b> conseguimos estabelecer <b>relação alguma</b> entre Cardenacci e Sival.”</li> <li>➤ “<b>Nem tampouco</b> houve entre eles o <b>menor</b> incidente.”</li> <li>➤ “A reação de Sival é <b>anormal</b> e <b>desnorteante</b>.”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por meio de Condicionalidade/suposição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construtos oracionais com valor condicional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Então, <b>se</b> há qualquer coisa, está escondida na cabeça do homem. <b>Se</b> ele se acha abatido, como você me disse, poderei (...)”</li> </ul>

### 5.3.3 As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação.

#### 5.3.3.1 As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagens-chave

No conto **ME**, a construção colaborativa da referenciação da categoria personagens-chave, que começa no primeiro parágrafo do conto, tem continuidade quando o narrador comenta sobre a extensão do **mundo dos criminosos** (45). A partir dessa expressão nominal, de valor restritivo, é assinalado que os dois sujeitos presos tornaram-se criminosos, pois cometeram atos ilícitos, inaceitáveis pela sociedade (um envenenou a esposa e o outro cometeu falcatruas), e, assim,

acabaram por ser inseridos nesse outro mundo “também pequeno”. Embora incluídas no mesmo grupo, o de criminosos, as personagens ainda são renomeadas individualmente por seus sobrenomes “Sinval” e “Cardenacci”, fato que os coloca no grupo de cidadãos com identidade, portanto, conhecidos socialmente, e, ao mesmo tempo, no grupo de “sentenciados”, aqueles que já foram julgados por seus crimes.

(45) **O mundo dos criminosos também é pequeno.** Embora procurasse disfarçar, Sinval perturbou-se quando Cardenacci entrou, acompanhado do vice-diretor do presídio.

- O Conselho Penitenciário permitiu **a convivência de dois sentenciados** na mesma cela. **Vocês** ficarão juntos. **Ambos** são formados por curso superior, o que facilitará a vida comum e auxiliará o trabalho de recuperação. **Cardenacci** teve ótimo comportamento e estágio e, por isso, a diretoria atendeu ao seu pedido: prestará serviços como enfermeiro categorizado. **Você, Sinval,** continuará na secretaria. Felicidades na nova vida **de casal...**

(LLC, ME, p. 788. O negrito é nosso.)

A escolha lexical delimitada para a construção dos referentes textuais das personagens principais em (45) indica uma preocupação com a manutenção de referentes textuais dados, e com as nuances de significação de referentes já conhecidos, mas não reveladas, dos quais é dado a conhecer aos poucos.

Nesse tipo de operação, temos o uso da anáfora correferencial, ora co-significativa, ora recategorizadora. Por exemplo, em (46), no discurso do vice-diretor do presídio, já podemos identificar a retomada de um referente textual relevante para a trama, quando é introduzida a expressão nominal definida, “a convivência **de dois sentenciados**” que retoma e recategoriza tanto os referentes textuais “Sílvia Cardenacci” e “Armando Sinval”, arrolados na construção do cenário da história, como “os criminosos”.

(46) - O Conselho Penitenciário permitiu **a convivência de dois sentenciados** na mesma cela. **Vocês** ficarão juntos. **Ambos** são formados por curso superior, o que facilitará a vida comum e auxiliará o trabalho de recuperação. **Cardenacci** teve ótimo comportamento e estágio e, por isso, a diretoria atendeu ao seu pedido: prestará serviços como

enfermeiro categorizado. **Você, Sinval**, continuará na secretaria. Felicidades na nova vida **de casal...**

(LLC, ME, p. 788. O negrito é nosso.)

É interessante observar que embora a expressão “a convivência de dois sentenciados” seja definida e atributiva, é o adjunto “dois sentenciados” que a acompanha que merece destaque, pois não partilha dessa restrição totalmente. Indica que os criminosos já foram julgados, porém há uma sentença a cumprir, apesar de não ser de praxe dois presos ficarem juntos.

Assim, a expressão nominal “dois sentenciados” é retomada no mesmo parágrafo, anaforicamente, pelo pronome indefinido “ambos”, com valor plural, que ainda mantém o tom genérico dado no início do discurso. Entretanto, esse tom, depois, ganha especificidade, pois há a apresentação formal de uma personagem para a outra, em que os sobrenomes “Cardenacci” e “Sinval” mostram a retomada de suas identidades de cidadãos.

Ainda em (46), o pronome pessoal de tratamento, no plural, “vocês”, ao mesmo tempo em que retoma o referente textual “os sentenciados”, alude aos sujeitos da situação de comunicação “real” (dentro da ficção), ganhando, assim, um tom tanto dêitico quanto referencial. Ao final do discurso, o vice-diretor conclui a fala dele com uma frase nominal “Felicidades na nova vida de casal”, em que a palavra “casal” ancora, de modo estratégico, a referência “cerimônia religiosa de casamento entre pares”, entrevista ao longo da construção do discurso do vice-diretor.

Terminada a conversa entre as personagens, verificamos que o referente textual “criminosos”, que já foram “sentenciados”, é retomado, com a descrição nominal definida “os dois homens”, em (47), assinalando que “os dois” que estão sendo nomeados “homens” já são conhecidos e que, embora formem um casal, são heterossexuais. Além disso, indica que um é o Cardenacci, cuja identidade já é conhecida, e o segundo é “o **outro** [homem]”, que pede mais atenção. Na continuidade do parágrafo, o núcleo da descrição nominal definida usada para indicar o segundo homem está elíptico, a fim de que seu modificador ganhe destaque. O

pronome indefinido “outro” refere-se ao segundo ser do grupo binário e sugere que esse segundo faz parte daquele grupo de criminosos, mas que esconde alguma coisa<sup>109</sup>. Atitude que já coloca o leitor em guarda, em um estado de pré-suspense.

(47) **Os dois homens** sorriram, mas **Sinval**, artificioso, como se obedecesse a pedido de fotógrafo. **Cardenacci** levou o saco de roupas para o canto da cela. **O outro** sentou-se à beira da cama. Enfrentavam com receio o início do diálogo, porém, dentro em pouco, as palavras foram escapando, soltas e preguiçosas; depois começaram a agrupar-se com mais ligeireza e, quando conquistavam o vaivém de conversa, a campainha estridulou “silêncio”.

(LLC, ME, p. 788. O negrito é nosso.)

Passamos ao quadro-resumo das estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria personagens-chave.

---

<sup>109</sup> Basta lembrar do primeiro nome dele: “Armando”. A ambigüidade não deve ser gratuita.

**Quadro VII – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na categoria personagens-chave**

CATEGORIA – PERSONAGENS-CHAVE		
AS ESTRATÉGIAS DE CONST. COLABORATIVAS NA REFERENCIAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por introdução do referente textual, sob o modo do conhecido.</li> <li>➤ Por anáfora correferencial recategorizada.</li> <li>➤ Por anáfora indireta, de teor meronímico..</li> <li>➤ Por anáfora não co-significativa e não-recategorizada.</li> <li>➤ Por anáfora Correferencial co-significativa.</li> <li>➤ Por anáfora correferencial recategorizadora.</li> <li>➤ Por anáfora encapsuladora.</li> <li>➤ Por anáfora parcial co-significativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Pronominalização.</li> <li>➤ Descrições nominais (Sobrenomes).</li> <li>➤ Descrição nominal definida com expressão de valor restritivo.</li> <li>➤ descrição nominal definida com expressão de valor restritivo, indefinida.</li> <li>➤ Descrição nominal definida com nome nuclear elíptico.</li> <li>➤ descrição nominal definida.</li> <li>➤ frase nominal com expressão encapsuladora.</li> <li>➤ descrição nominal definida com nome núcleo elíptico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Sílvio Cardenacci”.</li> <li>➤ “o marido”.</li> <li>➤ “(...) dar com <b>os costados</b> na Penitenciária”.</li> <li>➤ “(...) obrigando-o a...” / “vocês”.</li> <li>➤ “Sinval” e “Cardenacci”.</li> <li>➤ “o mundo <b>dos criminosos</b>”.</li> <li>➤ “a convivência <b>de dois sentenciados</b>”.</li> <li>➤ “ambos [<b>os sentenciados</b>]”.</li> <li>➤ “os dois homens”.</li> <li>➤ “Felicidades na nova vida de <b>casal</b>”.</li> <li>➤ “o outro [<b>homem</b>]”.</li> </ul>

E, assim, uma e outra personagem são construídas por meio de **determinantes e modificadores**, que ora completam, transformam; ora delimitam o **nome nuclear** de uma expressão nominal, a fim de que um cenário possa ser criado para o que há de vir: o mistério da tristeza da personagem Sinval, após a morte do médico, seu parceiro de cela.

Quanto à construção colaborativa da referenciação anafórica da categoria personagens-chave no **conto CS**, verificamos em (48), a construção da personagem vítima.

(48) Sem nenhum grito de horror, apenas com muito nojo, a faxineira encontrou o **Doutor Joaquim** curvado sobre sua mesa. Morto, evidente.

**O senhor Lemos** foi achado à porta do escritório, encolhido como se tivesse sentido muito frio à noite.

**Diva** estava apoiada ao PBX da recepção. E **Morais**, descoberto às onze horas, quando todo o edifício fervia, estava de calças arriadas, sentado na privada. O zelador constatou duas coisas, antes de chamar a polícia. Era crime. Segundo, executado pela mesma pessoa. **Os quatro cadáveres** estavam decapitados. Conclusões de zelador.

**Quatro pessoas decapitadas** numa segunda-feira atraíram seis viaturas da polícia, investigadores, reportagem policial e não policial, curiosos. Impossível transitar. O prédio foi fechado. Ninguém saía, ninguém entrava. (...)

(ILB, CSF, p. 290. O negrito é nosso.)

Na história de Loyola, as vítimas são apresentadas por seus nomes próprios, seus referentes textuais passam a ser (re)ativados por uma anáfora correferencial recategorizadora “os quatro cadáveres”, cuja expressão nominal definida acrescenta um outro tipo de informação à situação, recategorizando-os. O determinante “o” e o quantificador “quatro” especificam as personagens, e, embora cada uma tenha seu *status* social bem marcado, isso não deixará de inseri-las em um grupo determinado: o dos cadáveres.

Esse quantificador “quatro” será repetido em parágrafo seguinte ao compor uma outra descrição nominal, só que indefinida, “quatro pessoas decapitadas”, com valor genérico. É interessante observar que essa expressão que introduz o quarto

parágrafo, retoma a descrição predicativa “decapitados” do terceiro parágrafo e um aspecto da referência “cadáveres” nomeada: - o fato daqueles que morreram fazer parte de um grupo de humanos, logo, de um grupo civilizado, dotado de razão. Ainda, podemos afirmar que, por um lado, a expressão “quatro pessoas decapitadas” tem cunho generalizante, em função do distanciamento do narrador ao contar o episódio, e, por outro lado, indica-nos uma anáfora correferencial recategorizadora, da expressão “os quatro cadáveres”, que apenas confirma o modo como as vítimas foram mortas.

A descrição das vítimas ainda é dada em (49), durante o processo de investigação, a partir de duas perguntas abertas, insinuadas por um discurso que ora parece indireto livre, ora direto (do narrador), ora citação de discurso alheio, que buscam desvendar quem eram os mortos.

(49) Fala, conversa, interroga. **Quem eram os mortos? Pessoas ligadas a eles?** Um radialista esgoelava que era crime político. **O Doutor Joaquim, angolano exilado, ex-dono de um grande banco**, chegou ao Brasil com enorme fortuna, ao fugir da África. Em dois anos tinha multiplicado o dinheiro, **era acionista de seguradoras, financiadoras**, mantinha um jornal para a colônia exilada, recebia comendas cada seis meses.

(ILB, CS, pp. 290-1. O negrito é nosso.)

A resposta às duas perguntas abertas, “Quem eram os mortos?”, “[Quem eram] as pessoas ligadas a eles?”, que vem com um breve discurso indireto introduzindo uma impressão de uma personagem próxima ao caso, passa a descrever um dos mortos com expressões apositivas e adverbiais, predicativas, a fim de justificar parte daquele discurso indireto: “era crime político”. As expressões apositivas, “angolano exilado” e “ex-dono de um grande banco”, expandem o sintagma nominal “o Dr. Joaquim”, assim como a expressão adverbial, “(...) chegou (...) *com enorme fortuna*”, e a predicativa, “era acionista de seguradoras, financiadoras(...)”, indicando propriedades que podem, ou não, ser próprias do referente textual. Como predicam, isso implica que são características dadas sob um ponto de vista determinado, logo, subjetivo. Assim, a resposta, a seu modo, apresenta somente suposições acerca da vida pregressa da personagem.

O mesmo ocorre com a referência textual “Diva”. Em (50), é possível

verificar que o nome Diva é especificado pelo artigo definido “a”, de modo que os apostos e os adjetivos pospostos possam dar pistas da vida pregressa da vítima e levar ao esclarecimento do crime e de seu responsável. A descrição nominal definida “a Diva” retoma o objeto-de-discurso “Diva” já dado no início da história. Entretanto, seus atributos são informações novas que ajudam a criar a identidade da personagem como uma mulher bonita, sensual e ‘famosa’.

(50) (...) **a Diva, secretária de uma assessoria de relações públicas, bonita, ex-miss Telefônica, vinte e cinco anos, feliz** (segundo as amigas) depois de comemorar o noivado na quinta-feira anterior ao crime (...).

(ILB, CS, pp. 290-1. O negrito é nosso.)

E, assim, sintetizamos as estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria – personagens-vítimas no quadro VIII.

**Quadro VIII – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria – Personagens-Vítimas**

<b>CATEGORIA – PERSONAGENS-VÍTIMAS</b>		
<b>AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA REFERENCIAÇÃO</b>	<b>FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL</b>	<b>OCORRÊNCIAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por introdução dos referentes textuais/ objetos-de-discurso.</li>   <li>➤ Por anáfora correferencial recategorizada.</li>   <li>➤ Por anáfora correferencial.</li>   <li>➤ Por aposição.</li>   <li>➤ Por Predicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrições nominais definidas.</li>   <li>➤ Descrições nominais indefinidas com valor definido.</li>   <li>➤ Descrição nominal definida.</li>   <li>➤ Descrição nominal indefinida.</li>   <li>➤ Descrição nominal definida.</li>   <li>➤ Expressões apositivas.</li>   <li>➤ Expressão predicativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “o Doutor Joaquim”, “o senhor Lemos”.</li>   <li>➤ “Diva”, “Morais”.</li>   <li>➤ “Os quatro cadáveres”.</li>   <li>➤ “Quatro pessoas decapitadas”.</li>   <li>➤ “o doutor Joaquim”.</li>   <li>➤ “angolano exilado”.</li> <li>➤ “ex-dono de um grande banco”.</li>   <li>➤ “...era acionista de seguradoras, financiadoras”.</li> </ul>

Essa estratégia de introduzir, manter e continuar a referenciação das personagens é usada em outra parte do conto **CS**, quando há a indagação sobre ‘quem matou as vítimas’. Essa pergunta muda o foco da narrativa para a construção da personagem-assassino, que também passa a ser dada sob o modo do conhecido, como podemos observar em (51).

(51) Não haveria aqui uma pista inconscientemente fornecida pelo **assassino**?" Pode haver, mas é sutil demais para minha cabeça, respondeu pacientemente o policial inesperado. "Muito científica, muito freudiana", acrescentou para espanto geral. "Minhas deduções são chãs, mais realistas. Daqui a pouco chego nesse **filhodaputa sanguinário**:

Já tem alguma pista?

Não, nenhuma.

**O criminoso** vai voltar ao lugar do crime?

**O criminoso** continua no lugar do crime.

Como sabe?

Não sei.

(ILB, CS, p. 291. O negrito é nosso.)

A primeira vez em que é feita a referência ao responsável pelas mortes, é usada uma expressão nominal definida “o assassino” que, assim, como o referente textual de ‘as vítimas’, é introduzido como se fosse uma informação partilhada. Depois, essa expressão “o assassino” é recategorizada por “esse filhodaputa sanguinário”, em que o pronome demonstrativo “esse” tem valor dêitico, ao passo que seu nome nuclear, “filhodaputa”, mais seu modificador, “sanguinário”, recategorizam-na, mostrando a opinião emotiva do policial envolvido na investigação e o *status* lingüístico, livre de censura, próprio de um grupo social.

Se, na expressão “nesse filhodaputa sanguinário”, temos a recategorização do referente textual ‘assassino’ sob a ótica do policial, logo uma anáfora correferencial recategorizada, já na expressão “o criminoso”, que será repetida por duas vezes, na seqüência do parágrafo, temos, primeiramente, uma anáfora correferencial recategorizada (“filhodaputa” < > “criminoso”) e, depois, uma anáfora correferencial co-significativa (“criminoso” < > “criminoso”). Essas estratégias indicam

que a descrição da personagem-assassino é construída por meio de retomadas específicas, levando o leitor a ficar a par da avaliação dada às ações e ao caráter do transgressor.

A seguir o quadro-resumo com as estratégias de construção colaborativa da referenciação, na categoria “personagem-assassino”.

**Quadro IX – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagem-assassino.**

CATEGORIA – PERSONAGEM-ASSASSINO		
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA REFERENCIAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por introdução do referente textual/ objeto-de-discurso.</li> <li>➤ Por anáfora correferencial recategorizada.</li> <li>➤ Por anáfora correferencial recategorizada.</li> <li>➤ Por anáfora correferencial co-significativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Descrição nominal definida com valor dêitico.</li> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “o assassino”.</li> <li>➤ “esse filhodaputa sanguinário”.</li> <li>➤ “o criminoso”.</li> <li>➤ “o criminoso”.</li> </ul>

Ainda sobre a construção colaborativa da referenciação anafórica na categoria personagens-chave, **em CS**, há um outro procedimento que merece atenção: as operações usadas na **construção das personagens-suspeito** durante o interrogatório, como em (52).

(52) Quatro pessoas decapitadas numa segunda-feira atraíram seis viaturas da polícia, investigadores (...). **O zelador** foi interrogado. Colocaram numa sala **os funcionários** do prédio. **Os faxineiros, ascensoristas, eletricitas, homens da casa de máquinas, o síndico, o subsíndico.** Um investigador experiente notou que as decapitações tinham sido violentas. Como se houvesse decapitação não violenta, disse um repórter policial. (ILB, CS, p. 290. O negrito é nosso.)

As personagens-suspeito são apresentadas na história da investigação da mesma forma que as outras, como conhecidas. Na expressão nominal definida “os funcionários do prédio”, temos um nome nuclear hiperonímico, seguido por uma expressão restritiva, que sinaliza que é do conhecimento do interlocutor que em prédios há funcionários e que estes são faxineiros, ascensoristas, eletricitas, homens da casa de máquinas, síndico, subsíndico entre outros.

É importante reparar, em (52), nas formalizações da primeira expressão, da penúltima e da última, pois elas vêm acompanhadas de artigos definidos ao passo que as intermediárias não. Esse fato leva-nos a questionar se a ausência dos determinantes teria sido proposital ou por descuido (do autor, do revisor). Queremos acreditar que foi intencional assim como na nomeação das vítimas, no começo do conto. Isso nos indica que alguns dos funcionários estão no grupo do faxineiro e outros, no do síndico e do subsíndico. Nesse sentido, podemos verificar novamente a idéia de hierarquia ‘social’ entre pares, porém, por atributo profissional.

No quadro a seguir, é possível visualizar a síntese das estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria personagens-suspeito.

**Quadro X - As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagens-suspeito.**

CATEGORIA – PERSONAGENS-SUSPEITO		
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA REFERENCIAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
➤ Por introdução de referente textual	➤ Descrição nominal com hiperônimo definida	➤ “os funcionários do prédio”
➤ Por anáfora correferencial recategorizadora	➤ Descrições nominais tanto definidas quanto indefinidas	➤ “Os faxineiros, ascensoristas, eletricitas, homens da casa de máquina.”
	➤ Descrição nominal definida	➤ “o síndico, o subsíndico”

Mantida a continuidade referencial das personagens-suspeito do conto **CS**, chama-nos a atenção também o modo como se dá o reconhecimento das vítimas em (53) e a instauração de um outro mistério que não o da identidade do criminoso.

(53) Então o zelador fez uma pergunta:

**- Onde estão as cabeças dos decapitados?**

**Espanto geral.** O investigador que parecia o líder chamou o subordinado:

**- As cabeças?**

**- Estamos procurando.**

- Como identificaram os corpos? (...)

**- Precisamos encontrar as cabeças.**

Continuaram a revista. (...)

**- É... Mas as cabeças, onde estão?**

(ILB, CS, pp. 291-2. O negrito é nosso.)

Por meio de uma pergunta aberta “Onde estão as cabeças?”, que pede uma informação nova, é dado a conhecer que “as cabeças” das vítimas não

estão junto de seus corpos. A resposta que se espera não vem em seguida. O que surge é uma outra pergunta, evidenciando somente a expressão núcleo da anterior: ‘cabeças’, seguida de um ponto de interrogação que, ao mesmo tempo, indica questionamento sobre o assunto e o desconhecimento daquele que promove a investigação. Tal fato é relevante porque é em função dele que se descobrirá como se deu o reconhecimento da identidade das personagens-vítimas.

Assim, a partir de nova pergunta aberta “Como identificaram os corpos?”, a construção da referência “modo” ou dos “procedimentos usados para reconstruir a identidade das vítimas”, observáveis em (54), dá-se por meio de uma relação meronímica (sinedótica), em que a parte pelo todo vai ajudando a ‘recuperar’ a identidade dos sujeitos. Assim, temos “a **roupa** do Dr. Joaquim” e seu “**físico magro**”; “a **mesa** de Diva”, “a **carteira de identidade** do Lemos” e o “**lenço sempre no bolso do paletó** que o Moraes usava”, em que o núcleo das expressões nominais definidas (portanto já conhecidas) indica uma relação de proximidade ou de extensão da parte para com o todo, “o corpo”, de cada vítima. Salvo uma delas, as demais não são reconhecidas por um documento de identidade e sim por outros caracteres associativos que propiciam a introdução de referentes textuais novos que mostram como as personagens foram reconhecidas.

- (54) - As cabeças?  
- Estamos procurando.  
- **Como identificaram os corpos?**  
- Todo mundo conhecia. **A roupa do Dr. Joaquim, o físico magro. A mesa de Diva. A carteira de identidade do Lemos. O lenço sempre no bolso do paletó** que o Moraes usava.  
- Precisamos encontrar as cabeças.  
(ILB, CS, pp. 291-2. O negrito é nosso.)

É necessário entender que é no momento do reconhecimento das vítimas, que se instaura um novo mistério, maior que o mistério acerca da identidade do assassino. O fato de as personagens não saberem onde estão as cabeças pode levar o leitor a novas expectativas. “O que teria acontecido com as cabeças decapitadas?”.

Em (55), para insinuar uma primeira resolução desse novo mistério, é dito pela personagem que, como a carne está cara<sup>110</sup>, é possível que o criminoso a tenha levado como alimento.

(55) Continuaram a revista. (...)

- É... **Mas as cabeças, onde estão?**

- Vou te contar, meu chapa. **Vai ver, levaram.** Pra fazer sopa. **Com a carne pelo preço que anda.**

(ILB, CS, pp. 291-2. O negrito é nosso.)

A expressão nominal definida “a carne”, usada para instaurar ironia, tem como âncora a expressão “cabeça” que está para “corpo”, ambos constituídos de carne. No entanto, o núcleo “carne” não ativa essa referência, mas sim uma outra, a de carnes de animais abatidos para venda/ comércio. A alusão a tipos de carne (a dos corpos das vítimas e a dos animais abatidos para venda em açougues) leva à construção de um referente textual, pautado tanto no léxico como no conhecimento enciclopédico daquele que lê e daquele que faz a pergunta aberta, pedindo uma informação nova, não trazida pela polícia.

Em resumo, a construção colaborativa da referenciação anafórica das personagens-chave em CS vai se dando sob o modo do conhecido, a fim de que um cenário intimista, próximo ao leitor, possa ser estabelecido e, em decorrência dele, um reflexão sobre a banalização da violência ser tecida.

A seguir, fazemos um quadro-resumo das estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria personagens-chave pós-crime.

---

<sup>110</sup> Considerando que o conto foi escrito na década de 80, do século XX, tínhamos, como pano de fundo, uma sociedade marcada tanto por um governo que, timidamente, saía de um período de militarismo, como por um índice alto de pobreza. Na época, poucos eram os que tinham poder de compra.

**Quadro XI – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagens-vítimas Pós-crime.**

<b>CATEGORIA – PERSONAGENS-VÍTIMAS</b>		
<b>ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA REFERENCIAÇÃO</b>	<b>FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL</b>	<b>OCORRÊNCIAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáforas indiretas, de teor meronímico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrições nominais definidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “a <b>roupa</b> do Dr. Joaquim”.</li> <li>➤ “(...) seu “<b>físico magro</b>”.</li> <li>➤ “a <b>mesa</b> de Diva”.</li> <li>➤ “a <b>carteira de identidade</b> do Lemos”.</li> <li>➤ “o <b>lenço</b> sempre <b>no bolso do paletó</b> que o Morais usava”.</li> </ul>

**5.3.3.2 A Construção Colaborativa da Referenciação na História do Crime e de Seus Motivos.**

No conto ME, a história do crime é tecida a partir de um interrogatório. Nele, o suposto criminoso é levado a confessar o crime. E, assim, para que a história do crime seja conhecida e a vaguidade, propriedade tão inerente ao GTP, dissipada, em (56), a resposta de Sinval começa a evidenciar aquilo que ele “pensa”. Com a expressão nominal definida anafórica “a coisa”, a personagem recupera indiretamente as circunstâncias em que ocorreu o suicídio, pondo-as sob condições alternativas e, mostrando, desse modo, sua expectativa sobre as conseqüências de suas ações que, ainda não estão/foram nomeadas.

(56) - **Nunca pensei** que **a coisa** chegasse a esse extremo. Os senhores, naturalmente, desejam saber a causa, já que descobriram **tudo**. Eu me intoxiquei com a lembrança dos dias mais horrorosos da minha vida. **Tudo** por culpa de Cardenacci.

Contou, então, **o erro de diagnóstico, os padecimentos** durante o período em que se considerava um leproso, **os seus delitos**. Concluiu:

- A presença de Cardenacci despertou em mim o desejo de vingança. Passei a acreditar que estava encarcerado por culpa dele. Então, eu...**O resto** os senhores já sabem.

(Ibid., pp. 790-1. O grifo é nosso.)

Em “- Nunca pensei que **a coisa** chegasse a esse extremo”, por exemplo, o nome nuclear “coisa”, da expressão nominal, resume e recupera uma proporção do discurso que está no co(n)texto e que a personagem Sinval pensa ser de conhecimento de seus interlocutores. Assim, ele deduz que as duas personagens querem saber a “causa” que precipitou o “tudo” e não o “tudo”. O conteúdo referencial abarcado pela expressão nominal definida “o resto”, cujo nome nuclear, de valor genérico, ‘resto’, leva as personagens a estabelecerem uma conversa que permite que o referente textual pressuposto seja conhecido e venha a público corroborando tal idéia. Como essa causa já é conhecida do leitor<sup>111</sup>, mas não das outras personagens, ele passa a narrá-la.

Portanto, na situação de comunicação, o conhecimento pressuposto de ambos os lados que se esperava partilhado, não o é. Essa suposição não se confirma. A expectativa das autoridades que partiram de uma alegação falsa (um suposto conhecimento comum) para atingir seus objetivos não se resolve, de acordo com suas intenções.

E aquela vaguidade fica ainda mais acentuada quando a personagem Sinval emite, ao final de sua explicação sobre a causa, uma frase introduzida por um ‘então’ conclusivo, com sujeito explícito mais reticências, em que o predicado não é posto, mas substituído por um construto oracional que mantém a vaguidade já dada: - “Então, eu...**O resto** os senhores **já** sabem.” (p. 791). O emprego da expressão nominal definida, “o resto” sugere que Sinval pressupõe que seus interlocutores conhecem suas ações pregressas que levaram o médico ao suicídio e, portanto, não há mais nada a dizer.

---

<sup>111</sup> A causa já fora dado pelo narrador no início da história: o médico fez um diagnóstico errado sobre a saúde do advogado

Frente a tal situação e continuando o interrogatório para o esclarecimento dos fatos, em (57), é posta uma pergunta aberta, iniciada por “como”, que mantém em si o pressuposto de que as personagens realmente sabem o que Sinval fez. Assim, a resposta dada pelo suspeito, marcada por outra expressão nominal definida, de tom também resumitivo e genérico, “o serviço”, corrobora tal pressuposto, frustrando as expectativas das personagens autoridades e mantendo a vaguidade já inserida no começo do episódio.

(57) - **Como** conseguiu você fazer **o que fez**?

- Naturalmente os senhores compreenderão que me era fácil executar **o serviço**. Além de minha habilidade, meu cargo na secretaria ajudou bastante, é claro.. (...)

(LLC, ME, p. 791. O negrito é nosso.)

O que temos é que a base da referencialidade supostamente partilhada entre os interlocutores envolvidos na conversa continua não sendo a mesma, ou seja, não é comum. As âncoras dadas no co(n)texto são vagas e não são suficientes para a construção da referência esperada; fato esse que leva à alternativa de construí-la conjuntamente.

O fato de o léxico usado para a reconstituição das ações que antecederam o suposto crime ter um tom ora de negação, ora de indefinidade, ora de suposição, mostra que o processo de referenciação, na categoria “reconstrução da história do crime ou da história que o antecede”, exige um trabalho mais que cooperativo por parte dos interlocutores. Ele deve ser colaborativo. Só assim a referência textual desejada poderá ser (re)construídas ou (re)ativada de modo adequado.

Continuando à **leitura do conto ME** e observando outras ocorrências em que o pronome indefinido “tudo” volta a ser usado, como em (58), identificamos que seu aspecto genérico ganha um matiz de especificidade, pois, por exemplo, as ações subentendidas na expressão “o serviço” (usada para encapsular as ações rotineiras da personagem Sinval de receber e separar cartas) passam a ser discriminadas, indicando que ele também passou a substituir cartas verdadeiras por cartas falsas; distribuir estas e inutilizar aquelas.

(58) - Não senhor, de modo algum. Fiz tudo sozinho. Na secretaria, ao receber **as cartas**, eu separava **as** que eram dirigidas a Cardenacci por Neusa e Álvaro. Durante o dia, eu **as** substituía **por outras**, por mim falsificadas. Colocava **as falsas** no expediente da distribuição e inutilizava **as verdadeiras**. Inventei o suicídio de Neusa. Nunca pensei que Cardenacci se matasse. Eu queria, apenas, que ele sofresse alguns dias como eu sofri..

(LLC, ME, p. 791. O grifo é nosso.)

Em função dessa discriminação, o referente textual “as cartas”, em (58), é dado de modo definido, na fala de Sinval, porque o diretor já adiantara, em um relato, em outra parte do conto, que Cardenacci recebia cartas de Neusa, uma paixão da alta sociedade, e de Álvaro, um amigo comum do médico e de sua amada. Depois, essa referência ‘epistolar’ é recuperada pelo pronome pessoal oblíquo “as” (indicando anáfora correferencial) e pela expressão nominal definida “as [cartas] verdadeiras” contraposta a expressões “por outras [cartas]” e “as [cartas] falsas” (anáforas correferenciais recateogrizadas). O uso das anáforas com retomada, ora correferenciais, ora recategorizadas, assinala a recuperação do referente textual de modo aspectual, indicando a importância dos determinantes e dos modificadores na organização da trama e na socialização das atitudes de Sinval.

E, desse modo, após um interrogatório salpicado por vaguidades, indefinidades e suposições, ‘a coisa que estava na cabeça da personagem’ (o crime de trocar as cartas verdadeiras, de Neusa e de Álvaro, por falsas, fato que desencadeou o suicídio do médico e o conseqüente sentimento de culpa de Sinval) é construída colaborativamente e é dada a conhecer aos interrogadores e, também, ao leitor.

A seguir, apresentamos o quadro-resumo das estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria crime / motivo.

**Quadro XII – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria crime/ motivo.**

CATEGORIA – CRIME/MOTIVO			
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA REFERENCIAÇÃO	DE DA	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáforas encapsuladoras</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pronominalização (Pronome indefinido)</li> <li>➤ Descrições nominais definidas com nome nuclear genérico.</li> <li>➤ Descrição nominal definida com nome nuclear genérico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Descobri <b>tudo</b>.”</li> <li>➤ “...Nunca pensei que <b>a coisa</b> chegasse a extremo...”</li> <li>➤ “<b>o resto</b> os senhores já sabem...”</li> <li>➤ “(...) me era fácil executar <b>o serviço</b>.”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáfora parcial co-significativa</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal definida</li> <li>➤ Descrição nominal definida com nome nuclear elíptico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Na secretaria, ao receber <b>as cartas</b> (...)”</li> <li>➤ “(...) eu separava <b>as [cartas]</b> que eram dirigidas a Cardenacci por Neusa e Álvaro.”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáfora não-correferencial, não-co-significativa</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pronominalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Durante o dia, eu <b>as</b> substituía por outras (...)”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáfora parcial co-significativa</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal definida com nome nuclear elíptico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “... por <b>outras</b> [cartas] (...) falsificadas”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáfora parcial co-significativa</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal definida com nome nuclear elíptico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Colocava <b>as</b> [cartas] <b>falsas</b> no expediente (...)”</li> <li>➤ “<b>as</b> [cartas] <b>verdadeiras</b> ”</li> </ul>

### 5.3.3.3 As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria “Vítimas na História e no Cenário do(s) Crime(s)”.

No conto CS, a história do crime e seus motivos não é desvendada sob a ótica dos investigadores, mas sim a partir da mescla dos discursos da personagem-assassino e do narrador, organizados por períodos curtos. Por meio deles, é exposto o modo como o crime se deu e o que o causou: a baixa-estima e o sentimento de inferioridade/nulidade desencadeados pela rotina coisificada do ascensorista, a personagem responsável pelo crime.

Durante o relato do crime, por meio de descrições nominais definidas, verificamos, em (59), que a personagem Joaquim tal qual quando introduzida na cena do crime ainda recebe um tratamento respeitoso: “**o Doutor Joaquim**”. No entanto, depois, sua referência é reativada pela descrição também nominal definida recategorizadora “o homem”, que ocupa a posição de sujeito (gramatical), em uma oração com predicado nominal bastante significativo: “era muito fraco”. Temos nessa descrição predicativa o grau superlativo em que o adjetivo, intensificado pelo advérbio “muito”, destaca que o Dr. Joaquim está caracterizado de modo particular em relação ao grupo de ‘doutores’.

(59) (...) Alguém sabe o meu nome aí?

Foi fácil com **o Doutor Joaquim**. **O homem era muito fraco**. Um empurrão violento contra a parede do elevador. O que...?” O ascensorista tinha arrancado o fone da caixa, bateu **na cabeça do angolano, ele** desmaiou.

(ILB, CS, pp. 295-6. O negrito é nosso.)

A anáfora correferencial recategorizada “o homem” mais a descrição predicativa “(...) era muito fraco” assinalam a destituição da personagem Joaquim, da categoria de doutor, do título que lhe atribui um grau de superioridade, segundo o olhar do ascensorista. Essa vítima passa a ser incluída no grupo dos seres humanos ‘mortais’, sem poder, sem titulação. E essa mudança de *status* continua

sendo marcada pela expressão nominal definida, com valor restritivo, “o angolano”, que compõe a expressão circunstancial “na cabeça do angolano”.

Afora isso, a expressão “a cabeça”, descrição nominal definida, indica a parte do corpo que fora atingida pelos golpes do ascensorista. É importante compreender que a descrição definida tem por fim restringir o olhar do leitor, pondo em foco, durante a continuidade da referenciação, somente aquela parte do todo, que é a parte decepada do corpo.

No quadro a seguir, temos a síntese das estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria vítimas na história e no cenário do(s) crime(s).

**Quadro XIII – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Vítima(s) na História e no Cenário do(s) Crime(s) (1).**

<b>CATEGORIA –VÍTIMA(S) NA HISTÓRIA E NO CENÁRIO DO(S) CRIME(S)</b>		
<b>ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA REFERENCIAÇÃO</b>	<b>FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL</b>	<b>OCORRÊNCIAS</b>
➤ Por anáfora correferencial co-significativa	➤ Descrição nominal definida	➤ “o Doutor Joaquim”
➤ Por anáfora correferencial recategorizada	➤ Descrição nominal definida	➤ “o homem”
➤ Por expressão predicativa	➤ Descrição predicativa	➤ “era muito fraco”
➤ Por anáfora indireta, teor meronímico.	➤ Descrição nominal definida	➤ “na <b>cabeça</b> do angolano”
➤ Por anáfora correferencial recategorizada	➤ Descrição nominal definida	➤ “na <b>cabeça</b> do <b>angolano</b> ”

Já a personagem Diva é retomada, no discurso do narrador, em (60), por pronomes pessoais (do caso reto/oblíquo) que nada acrescentam de novo<sup>112</sup>: “O ascensorista agarrou-a (...) **ela** desviou (...) **ela** gritou”. Já no discurso indireto livre do

<sup>112</sup> A informação nova fica por conta da seleção de verbos que compõem o trecho.

assassino, essa mesma personagem é introduzida por anáforas indiretas ou híbridas (de teor meronímico, e acompanhado por dêitico), “quando todo esse fedor, do teu corpo, mulher, sumir (...)”, por vocativo, “(...) teu corpo, **mulher**, sumir (...)”, que indicam o quanto o olhar do ascensorista para com a personagem Diva era repressor. Diva é referida também pelo pronome pessoal de tratamento “você”, que aponta para o próprio interlocutor na situação de comunicação.

(60) (...) De repente, o elevador subiu, a porta do catorze se abriu e **Diva**, que estava à espera, deu um grito. O ascensorista agarrou-**a**, deu com o telefone em **sua cabeça**, **ela** desviou, pegou na **boca**, **ela** gritou. Sábado. No sábado ninguém ouve gritos. Outro golpe do telefone, **ela** caiu. *Quieta*. Foi arrastada para dentro do elevador. Vou levá-los ao lugar dos justos. Vocês não entrarão imediatamente. Terão que purgar, no umbral. Depois sim, quando todo **esse fedor do teu corpo**, **mulher**, sumir, **você** entrará. (...)

(ILB, CS, pp. 295-6. O negrito é nosso.)

A seguir, sintetizamos as estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria “Vítima(s) na História e no Cenário do(s) Crime(s)”, em um quadro.

**Quadro XIV – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referência na Categoria Vítima(s) na História e no Cenário do(s) Crime(s) (2).**

CATEGORIA –VÍTIMA(S) NA HISTÓRIA E NO CENÁRIO DO(S) CRIME(S).		
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA REFERENCIAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáfora correferencial co-significativa.</li> <li>➤ Por anáfora não-correferencial, não-co-significativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal indefinida com valor de definida.</li> <li>➤ Pronominalização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “<b>Diva.</b>”</li> <li>➤ “o ascensorista agarrou-a.”</li> <li>➤ “<b>ela</b> desviou.”</li> <li>➤ “<b>ela</b> gritou.”</li> <li>➤ “<b>ela</b> caiu.”</li> <li>➤ “quando esse fedor sumir (...) <b>você</b> entrará [no lugar dos justos].”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por anáfora indireta, híbrida, de teor meronímico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal definida com valor dêitico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “... deu com o telefone em <b>sua cabeça.</b>”</li> <li>➤ “pegou na <b>boca.</b>”</li> <li>➤ Quando todo esse fedor do <b>teu corpo</b>, mulher, sumir...”</li> <li>➤ Quando todo <b>esse fedor</b> do teu corpo, mulher, sumir...”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por predicacões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição predicativa.</li> <li>➤ Descrição evocativa.</li> <li>➤ Descrições apositivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “<b>Quieta.</b>”</li> <li>➤ “[a Diva] <b>bonita (...)</b> feliz.”</li> <li>➤ Quando todo esse fedor do teu corpo, <b>mulher</b>, sumir...”.</li> <li>➤ “<b>secretária de uma assessoria de relações públicas.</b>”</li> <li>➤ “<b>ex-miss Telefônica.</b>”</li> </ul>

Em CS, a história do crime é construída a partir da nomeação, da caracterização das personagens, mas não só isso; pois, há a referenciação do(s) cenário(s), em que ocorrem os quatro crimes, que merece destaque. Em (61), por exemplo, o prédio e o elevador são os lugares (fechados) ideais para que eles ocorram.

(61) Um empurrão violento contra **a parede do elevador**. O que...?” O ascensorista tinha arrancado o fone da caixa, bateu na cabeça do angolano, ele desmaiou. De repente, **o elevador** subiu, **a porta do catorze** se abriu e Diva (...) Foi arrastada para dentro **do elevador**.

- Quer apertar todos **os botões**?

Lemos olhou, não disse nada.(...) . O ascensorista abriu **a porta do elevador**. (...) Então, ali mesmo **no quinto andar**, o ascensorista manobrou um pouco **o carro de porta aberta**. Ele subiu quarenta centímetros e parou, era o máximo. Ficou uma abertura para **o poço**. Os corpos foram arrastados para fora **do carro**, deitados **no piso**. Com as cabeças pra dentro **do poço**. Depois, o ascensorista manobrou outra vez **o carro** e as cabeças foram arrancadas maciçamente, caíram lá no fundo. Ele ouviu o barulho surdo, como sacos de lixo jogados pelo **tubo**.

(ILB, CS., pp. 295-6. O negrito é nosso.)

Em (61), esses espaços são nomeados também por meio de anáforas indiretas, baseadas em relações meronímicas, ou em conhecimento de mundo. Por exemplo, para o referente textual “prédio” são introduzidas as descrições nominais definidas “**a parede do elevador**”, **o elevador**”, “**a porta do catorze**”, **a porta da transportadora**”, **a porta do elevador**”, “**...no quinto andar**”, uma abertura para **o poço**”, “**jogados pelo tubo**” entre outras.

No início do conto, quando os corpos são encontrados, os crimes tinham ocorrido em um edifício: “Quatro pessoas decapitadas numa segunda-feira (...) **O prédio** foi fechado.” Assim, quando há a apresentação, na história do crime, de como a ação violenta se deu, o referente “lugar do crime” já tinha sido dado textualmente. Desse modo, nomear os espaços, particularmente, por meio de anáforas indiretas, baseadas em relações semânticas e de conhecimento de mundo, de natureza meronímica, formalizadas por descrições nominais definidas, recompõem ora a parte

(elevador) do todo (edifício/ prédio), ora o todo, objetos-de-discurso que ajudam a estabelecer o cenário onde se passam as ações criminosas do ascensorista e porque eles se dão.

Por exemplo, na expressão nominal definida “a **parede** do *elevador*”, o núcleo “parede” é uma parte integrante do todo (elevador) que servirá como âncora para a introdução de um novo referente textual, que é a arma do crime: “o fone da caixa”. Como é de senso comum, a maioria dos elevadores possui um painel de controle justaposto a uma caixa com um telefone para comunicar emergências. Nesses termos, quando a arma é novamente mencionada em “... deu com **o telefone** na sua cabeça”, a descrição nominal definida “o telefone” é introduzida pela primeira vez, mas também é dada como parte daquela ‘caixa’ (todo), que é parte de um outro todo (o elevador), que é parte de outro todo (o prédio).<sup>113</sup>

É interessante observar que os novos referentes textuais são introduzidos como conhecidos, apesar de não terem sido mencionados anteriormente no texto. Por exemplo, “o fone” é parte da caixa, do aparelho telefônico, em que se fala e pelo qual se ouve a mensagem; já “o telefone”, subentende-se o próprio aparelho, isto é, uma caixa-base mais a parte (peça) pela qual se ouve e se fala com alguém. Dessa maneira, vale lembrar que os elementos que dão a continuidade referencial, a seu modo, não retomam referentes textuais **pontuais**, mas sim permitem construir, colaborativamente, o cenário do crime, por meio de relações meronímicas, de cunho semântico, como também por relações baseadas em conhecimento de mundo, em função da âncora edifício/prédio.

A seguir, sintetizamos as estratégias de construção colaborativa da referenciação na categoria Cenário do(s) Crime(s), em um quadro.

---

<sup>113</sup> Pensamos que a arma do crime é bastante significativa: é um aparelho usado para as pessoas se comunicarem. No entanto, como as relações entre elas são postas de modo coisificado, o objeto ganha outra função: a de matar.

**Quadro XV – As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Cenário do Crime.**

CATEGORIA – CENÁRIO DO CRIME		
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA REFERENCIAÇÃO	FORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Por introdução de referente textual.</li> <li>➤ Por anáfora indireta, de teor meronímico.</li> <li>➤ Por introdução de referente textual.</li> <li>➤ Por anáfora correferencial recategorizadora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Descrições nominais definidas.</li> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> <li>➤ Descrição nominal definida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “quatro pessoas decapitadas, numa segunda-feira, (...). <b>O prédio</b> foi fechado.”</li> <li>➤ “...a <b>parede</b> do elevador”, o <b>elevador</b>”, “a <b>porta do catorze</b>”, a <b>porta da transportadora</b>”, a <b>porta do elevador</b>”, “...no <b>quinto andar</b>”, uma abertura para o <b>poço</b>”, “jogados pelo <b>tubo</b>.”</li> <li>➤ “<b>a parede do elevador.</b>”</li> <li>➤ “<b>o fone da caixa.</b>”</li> <li>➤ “... deu com o <b>telefone</b> na sua cabeça.”</li> </ul>

Desenvolvida a leitura dos contos pertencentes ao GTP, por meio de estratégias como **contrato de leitura, interação e construção colaborativa da referenciação anafórica**, nas categorias do GTP, optamos por fazer uma nova síntese da leitura, em um outro quadro-resumo, exposto nas considerações finais deste capítulo, a fim de podermos visualizar as ocorrências das estratégias de referenciação, na construção colaborativa da referenciação como um todo, e os aspectos predominantes de sua formalização lingüístico-textual, de um modo mais geral.

### **Considerações Finais**

Chegando ao final da leitura do GTP, orientada por estratégias determinadas, passamos a refletir sobre a leitura desenvolvida, considerando as três estratégias propostas: **contrato de leitura, de interação e de construção colaborativa da referenciação**.

Em relação às duas primeiras **estratégias: contrato de leitura e de interação**, já tecemos comentários ao longo do capítulo, ou seja, discutimos que **as estratégias de contrato leitura** possibilitam a atualização das características do GTP no momento em que os recursos paratextuais são processados e ativados adequadamente. Em decorrência dessa atualização, o leitor se prepara para o desvelamento das personagens-chave das histórias – tanto as do crime quanto as da investigação –, bem como de toda a trama. Quanto **às estratégias de interação**, assinalamos que possibilitam a instauração, manutenção ou transformação de referentes textuais, de modo progressivo e coerente, pois envolvem propósitos e atitudes colaborativas de interlocutores ‘cúmplices’ que buscam esclarecer ou explicar os desencontros de informações (pistas falsas, suposições contraditórias e mesmo falta de dados/informações) típicos do GTP, bem como usar estratégias para (re)construir aquilo que não é dado na trama, não é partilhado, mas que pode ser pressuposto.

Para refletir sobre o terceiro grupo de estratégias, **as de construção colaborativa da referenciação**, elaboramos um quadro, contendo três colunas, sendo duas delas subdivididas em outras duas. Na primeira coluna, arrolamos as estratégias de construção colaborativa da referenciação; na segunda, a formalização lingüístico-textual. Nessa coluna, indicamos os recursos usados para compor tanto o núcleo das descrições nominais quanto as expressões de valor restritivo, qualificador, quantificador ou determinante, das descrições nominais definidas e indefinidas entre outras. Quanto à terceira coluna, assinalamos o número de ocorrências das estratégias de referenciação observado na construção colaborativa da referenciação dos contos ME e CS. A seguir, temos esse último quadro-resumo.

**Quadro XVI - As Estratégias de referência Presentes nas Estratégias de Construção Colaborativa da Referência e sua Formalização Linguístico-textual**

As Estratégias de referência Presentes nas Estratégias de Construção Colaborativa da Referência.	Formalização linguístico-textual		Número de ocorrências	
			Conto 1	Conto 2
Introdução de referente textual	Descrição nominal indefinida (marcada por circunstanciador)		2	0
	Descrição nominal definida		1	10
Anáfora correferencial recategorizada	Descrição nominal indefinida		0	4
	Descrição nominal definida	com nomes recategorizadores	6	6
		com nome nuclear genérico	0	0
		com nome nuclear elíptico.	0	0
		com nomes próprios	1	0
	com expressões de valor restritivo	3	1	
Anáfora correferencial co-significativa	Descrição nominal indefinida	-----	0	0
	Descrição nominal definida	com nomes recategorizadores	0	3
		com nome nuclear genérico	1	0
		com nome nuclear elíptico.	0	0
		com nomes próprios	1	2
	com expressões de valor restritivo	0	0	
Anáfora parcial co-significativa	Descrição nominal indefinida	-----	0	0
	Descrição nominal definida	com nomes recategorizadores	1	1
		com nome nuclear genérico	1	0
		com nome nuclear elíptico.	5	0
		com nomes próprios	0	1
	com expressões de valor restritivo	0	0	
Anáfora indireta, de teor meronímico	Descrição nominal indefinida	-----	1	0
	Descrição nominal definida	Parte-todo.	1	21
Anáfora não-correferencial, não co-significativa	Pronominalização	Pronomes pessoais caso reto/tratamento	0	3/1
		Pronomes pessoais caso oblíquo.	2	1
		Pronomes indefinidos/demonstrativos.	0	0
Anáfora Encapsuladora	Com dêitico (híbrida)	Pron. indefi. + pron. demonstr.+ nome nuclear.	1	0
	Sem dêitico	Nome genérico	5	0
	Pronominalização	Pronomes indefinidos	1	0
Expressões predicativas e apositivas	Descrição predicativa	-----	0	3
	Descrição apositiva	-----	0	2

Posto o último quadro-resumo, passamos a discuti-lo, considerando cada tipo de anáfora observado na construção colaborativa da referenciação.

A **introdução de referentes textuais** é formalizada, nos dois contos (**ME e CS**), por descrições nominais tanto indefinidas quanto definidas, sendo predominantes as descrições nominais definidas. O que temos na literatura lingüística é que a introdução de referentes textuais costuma se dar a partir de descrições nominais indefinida, visto o objeto-de-discurso não ser de conhecimento do leitor, ao passo que, de modo geral, as descrições nominais definidas indicam partilhamento de uma informação como conhecida.

Refletindo sobre essa ocorrência, concluímos que, embora os objetos-de-discurso não sejam de conhecimento do leitor, está pressuposto que fazem parte de uma categoria própria do GTP e, assim, não precisam ser apresentados. Sendo dessa forma, as descrições nominais definidas, que parecem introduzir referentes textuais, não exercem, na verdade, essa função, pois aquele que organiza o texto parte do pressuposto de que o leitor já conhece o referente dado, que ele partilha de tal conhecimento. Logo, a introdução de referentes textuais nas ocorrências expostas ganha um outro viés: o de apenas (re)ativar conhecimentos partilhados.

Em relação à **anáfora correferencial recategorizada**<sup>114</sup>, verificamos o emprego da descrição nominal definida e da indefinida, sendo a definida predominante. Em função de seu aspecto recategorizador, essas descrições aparecem ora com nome nuclear genérico, ora com nome (ou sobrenome) próprio, ora com nome nuclear elíptico, ora acompanhada de expressões de valor restritivo, ora com nome nuclear caracterizador. Entre essas variantes, o nome nuclear caracterizador se sobressai; fato esse que não nos espanta, visto a propriedade marcada de tal estratégia ser o seu aspecto recategorizador.

Situação semelhante ao da anáfora correferencial recategorizadora é a da **anáfora parcial co-significativa**. Nela, também observamos descrições nominais definidas e indefinidas com nomes nucleares, ora genéricos, ora elípticos, ora

---

<sup>114</sup> Como já foi exposto neste trabalho, a anáfora correferencial recategorizadora tem por fim recuperar o referente textual a partir de processos de recategorização da forma de designação tanto por meio de nomes nucleares genéricos, como por nomes próprios e caracterizadores (indicadores de papéis sociais).

caracterizadores. No entanto, o uso do nome elíptico na expressão prevalece, de modo a ressaltar tanto os determinantes quanto seus modificadores. Essa particularização do referente textual indica também a necessidade de evidenciar aspectos relevantes para a organização da referenciação e, portanto, para o desvelamento dos itens que compõem cada uma das categorias do GTP.

Já **na anáfora correferencial co-significativa**, observamos somente a descrição nominal definida, formada por nomes ou sobrenomes próprios, por nomes nucleares elípticos ou caracterizadores. Nessa estratégia, novamente aparece o recurso de deixar, de modo elíptico, uma parte da descrição, com a finalidade de chamar a atenção do leitor para os modificadores e os determinantes. Estes são os responsáveis pelo direcionamento do olhar na (re)construção da referenciação.

Quanto **às anáforas indiretas, de teor meronímico**, formalizadas pelas descrições nominais definidas e indefinidas, verificamos, afora as formas nucleares já mencionadas, o uso recorrente de demonstrativos e possessivos, com valor dêitico, indicando um tipo de referenciação por hibridismo. Como, no caso dessa estratégia, a introdução de um novo referente se dá de modo metonímico<sup>115</sup>, pensamos que essa estratégia é a que mais exige o princípio de construção colaborativa, pois, além de exigir o partilhamento de conhecimentos comuns (crenças, conhecimentos socioculturais), para que o referente seja (re)construído, de modo adequado, pede também o partilhamento de experiências particulares/pessoais, armazenadas cognitivamente, que possibilitam as associações da parte para o todo e vice-versa.

Ainda quanto ao uso da anáfora indireta, outro ponto que merece atenção é seu teor dêitico em algumas situações. Observamos, no decorrer da leitura, principalmente no do conto **CS**, que o narrador-personagem (no caso o assassino) apresenta argumentos recheados de expressões nominais que indicam “partes” que compõem um todo, quando deixa entrever o diálogo que teria tido com uma das vítimas. Só que essas expressões, ao mesmo tempo em que indicam uma parte de um todo, que está ancorado no texto, também apontam para a parte do todo que se supõe próxima daquele que fala. Em outras palavras, essas expressões nos enviam para o todo que parece estar no espaço físico daquele que fala. No entanto, esse espaço ‘físico’ é

---

<sup>115</sup> No caso dessa estratégia, a introdução de um novo referente se dá de duas formas: ou a partir de uma expressão nominal, ou em função de um contexto semântico. Ambas as formas funcionam como âncora para o estabelecimento da relação parte-todo.

apreendido no co(n)texto do texto. Isso nos permite afirmar que tanto o aspecto dêitico quanto o anafórico contribuem para a (re)ativação de *aspectos que residem nos conhecimentos dos interlocutores, sejam estes conhecimentos situados no texto ou em outro ponto do universo cognitivo.*<sup>116</sup>

Em relação às **anáforas não-correferenciais e não-co-significativas**, temos a operação de pronominalização marcada tanto por pronomes pessoais do caso reto e do caso oblíquo, como por pronomes de tratamento, que ora “(re)ativam” referentes já dados, em função do co(n)texto lingüístico-textual, ora aqueles insinuados, em um suposto espaço ‘físico’ próximo daquele que fala, nas cercanias do texto.

Já nas **anáforas encapsuladoras**, verificamos o encapsulamento anafórico e o híbrido, ou seja, o encapsulamento sem dêiticos (com nomes genéricos ou indicadores de processo) e o com dêiticos (pronomes indefinidos + pronomes demonstrativos + nome nuclear), ao lado de uma operação de pronominalização com pronome indefinido. Sobre o encapsulamento com dêiticos, seguimos o mesmo raciocínio apresentado no parágrafo acerca das anáforas indiretas, ou seja, há a introdução de novo objeto-de-discurso que recupera, de modo sintético/ encapsulador, uma porção do texto e, ao mesmo tempo, faz referência ao conteúdo do contexto dos interlocutores. Quanto ao encapsulamento anafórico, notamos expressões nominais resumidoras de porções do texto (parágrafos inteiros ou períodos simples), que não retomam expressões já dadas textualmente, mas sim introduzem novos objetos-de-discurso.

Afora essas estratégias de referenciação por anaforização, acrescentamos, na mesma coluna de estratégias, **as expressões predicativas e as apositivas** formadas, respectivamente, por descrições predicativas e por descrições apositivas. Essas expressões são usadas, ao lado das estratégias de referenciação, como um recurso caracterizador de personagens, de cenários. Elas têm também o poder de ‘categorizar’ ou ‘recategorizar’, atributivamente, os objetos-de-discurso da malha co(n)textual.

Exposta a leitura do quadro acerca das estratégias de construção colaborativa da referenciação e sua formalização lingüístico-textual, concluímos esta pesquisa.

---

<sup>116</sup> Conforme Marcuschi (2005:89).

## CONCLUSÃO

Para cá, para lá . . . /  
Para cá, para lá . . .  
Um novelozinho de linha . . .  
Para cá, para lá . . . /  
Para cá, para lá . . .  
( Manuel Bandeira)<sup>117</sup>

Deixo aos vários futuros (não a todos)  
meu jardim de caminhos que se bifurcam.  
(J. L. Borges)<sup>118</sup>

Conforme já escrevemos neste trabalho, situado na linha de pesquisa – Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa, cujo tema é **leitura do gênero textual policial e estratégias de referenciação**, o GTP abarca experiências sociais e interacionais, vinculadas tanto a práticas sociais quanto a formas textuais, e serve de guia para o produtor e o leitor do texto, em função de suas categorias como crime, personagens-chave, processo de investigação, (tentativa de) solução e reconstrução do caso. A informação semântica distribuída no texto materializado, pertencente a esse gênero, costuma sinalizar que o que é dado pode ser um ponto, ou uma âncora, para operações de introdução, de (re)ativação ou desativação de referentes textuais; e que a (re)construção da referenciação textual pode ser promovida, via estratégias específicas, para que haja o estabelecimento, a manutenção e a progressão da coesão e do princípio de interpretabilidade textual.

Sendo dessa forma, à luz de conceitos teóricos da Lingüística Textual e da Gramática de Usos do Português, de nossas experiências pessoais, acadêmicas, sociointeracionais, bem como instigados por quatro perguntas de trabalho, estabelecemos três estratégias para a leitura do GTP: **contrato de leitura, interação e**

---

<sup>117</sup> In: **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [19--].

<sup>118</sup> *O jardim dos caminhos que se bifurcam*. In: **Nova antologia pessoal**. Trad. Rolando R. da Silva. Rio de Janeiro: Difel, 1982.

**construção colaborativa da referenciação**, e usamos cada uma delas em dois contos policiais, **MS**, de Luiz Lopes Coelho, e **CS**, de Ignácio Loyola Brandão, a fim de podermos verificar nossa hipótese de trabalho e, assim, atingir nossos objetivos, um geral e três específicos, propostos no início da pesquisa.

Dessa maneira, a seguir, retomamos as perguntas de trabalho e passamos a respondê-las, de modo a firmar o dito.

### **1. Em que consiste a leitura de um gênero textual? E mais – a leitura de um gênero textual específico como o policial?**

Considerando o exposto nos capítulos de fundamentação teórica e após a leitura dos contos **ME** e **CS**, orientada pelas estratégias propostas, podemos afirmar que a leitura de um gênero textual específico como o policial consiste em:

a) acordar, de modo cooperativo e colaborativo, um contrato de leitura que respalde a temática e as características do gênero, mais os conhecimentos pessoais, culturais e sociointeracionais dos interlocutores, envolvidos na situação de comunicação/ leitura, bem como propicie a (re)ativação de expectativas de leitura, de seu processo e de sua finalização. Isso se torna possível quando aquele que lê passa a examinar a obra; a ativar seus conhecimentos prévios acerca do GTP e de seu suporte textual; a observar os recursos paratextuais do livro; a explicitar suas expectativas de leitura, e a contextualizar sociohistoricamente a obra a ser lida;

b) restabelecer as estratégias de interação que permeiam o gênero e que levam à participação colaborativa do leitor durante o processo de (re)construção dos sentidos do texto. Esse restabelecimento se dá no momento em que o leitor identifica comentários comparativos; indefinidades e negações; evocações + apelações; conhecimento aparentemente partilhado, pedidos, suposições/ hipóteses/ opiniões, esclarecimentos, explicações, exposições, perguntas-respostas e concatenações acerca do caso/ crime apresentado ao longo da trama do GTP;

c) reconstruir o processo de referenciação anafórica e a introdução de (novos) referente textuais, vinculados à dinâmica textual e à construção dos objetos-de-discurso, à luz das categorias próprias do gênero como: crime(s) (de roubo a assassinato), personagens-chave (criminoso, vítima, investigador, testemunha, suspeito), motivo, investigação e (tentativa de) solução. Essa reconstrução ocorre quando verificamos como os recursos lingüístico-textuais são usados para categorizar, recategorizar e de-categorizar referentes e/ou objetos-de-discurso constituídos pela linguagem, em cada uma das categorias estruturantes do GTP.

## **2. Ao fazer a leitura do gênero textual policial (GTP), por meio de estratégias específicas, um leitor torna-se um agente social, histórico-cultural crítico?**

Tomando por base as estratégias **contrato de leitura, interação e construção colaborativa da referenciação**, podemos afirmar que sim, pois um leitor torna-se um agente social, histórico-cultural crítico, a partir do momento em que, aceitando o contrato de leitura, coloca-se em um ponto estratégico, do processo de leitura, a fim de trabalhar colaborativamente a reconstrução da referenciação textual. Isso ocorre quando o leitor, conscientemente, identifica os recursos lingüístico-textuais, responsáveis pelo processo de referenciação, e reconhece neles seus valores axiológicos, intencionalmente criados pelo produtor do texto, para que os processos de referenciação possam ser constituídos colaborativamente.

## **3. As categorias prototípicas do GTP<sup>119</sup> possibilitam a constituição do processo de referenciação, seja por meio da introdução (novos) referentes textuais, seja por meio de anaforização?**

### **3.1. A escolha de determinados recursos lingüístico-textuais é relevante na composição das expressões referenciais e na construção dos sentidos do texto?**

---

<sup>119</sup> Como Crime (de roubo a assassinato = um enigma ou mistério), detetive (investigador[es] + colaborador[es]), criminoso (+ colaboradores), vítima(s), testemunha(s), processo de investigação, coleta/ análise/ concatenação de dados e (re)solução de caso. 166

Partindo do exposto no capítulo cinco, podemos também afirmar que sim. As categorias prototípicas do GTP possibilitam a constituição do processo de referenciação, seja por meio da introdução de referente textual, seja por meio de anaforização, pois, como verificamos, em nossa leitura orientada por estratégias específicas, as personagens-chave podem ser construídas e caracterizadas, de acordo com seu papel na trama. Se for a vítima, na cena do crime, pode ser introduzida e caracterizada no discurso de uma forma positiva ou negativa, para, depois, progressivamente, ser (re)categorizada, de acordo com sua vida pregressa, ou, então, conforme os interesses de alguma outra personagem (por exemplo, sob o olhar do assassino), ou, ainda, de-categorizada, para que outra personagem fique em foco (outra vítima, por exemplo).

Diante de todas essas possibilidades, a escolha de determinados recursos lingüístico-textuais anuncia um matiz de avaliação, em função da intenção que aquele que escreve quer dar ao escrito, pois ao se introduzir, (re)categorizar ou de-categorizar um referente textual, estamos lidando com sua significação, com seu(s) sentido(s), em prol de um co(n)texto determinado. Assim, essa postura suscita um olhar diferenciado para aquilo que é 'nomeado' pelo processo de referenciação.

Esse fato leva-nos a pensar que as categorias constitutivas do GTP, especialmente as da história da investigação, assinalam que há uma 'luta dialógica' pela busca de identidades - Quem cometeu tal crime? Qual é a falsa identidade do tal criminoso? Como é o assassino como pessoa? Sob que ponto de vista a história está sendo reconstruída? E essas perguntas podem indicar que a sociedade oscila para lá e para cá ou para acolá, buscando igualdade ou respeito, ou algum outro valor para todos.

Como as práticas sociais se pautam por oscilações entre o que é, o que deve ser e o que parece ou pode ser, a repressão dessa oscilação e a sua (re)organização podem ocorrer em espaços mentais/ cognitivos quando o leitor experimenta uma idéia, uma hipótese, uma condição e/ou uma incerteza. Logo, supomos que o que há por detrás da leitura e do processo de referenciação do GTP é a necessidade de sabermos como nos projetamos e nos posicionamos espaço-temporal e discursivamente na sociedade, engendrada pela linguagem, que tudo recria e transforma.

Afora isso, como experimentamos neste trabalho um olhar diferenciado para o uso dos recursos lingüístico-textuais, pensamos que a observação desse uso na construção colaborativa da referenciação das categorias do GTP pode indicar como os usuários de uma língua dela se valem e como essa experiência efetiva pode orientar trabalhos de ensino e aprendizagem.

#### **4. A proposição de estratégias específicas para aplicação em estudos de processos de referenciação, de um gênero textual, como o policial, é possível?**

Considerando os resultados desta pesquisa, nossa resposta é afirmativa. De acordo com as categorias estruturantes do GTP, é possível formular estratégias que levam a compreender, de modo mais adequado, o uso de recursos lingüístico-textuais da língua portuguesa. Por meio de estratégias determinadas, é possível observar como os objetos-de-discurso são formalizados, introduzidos, mantidos, recategorizados ou encapsulados durante a atividade discursiva, e também destacar suas funções prospectivas e/ou retrospectivas na construção da referenciação anafórica do texto.

Afora isso, por meio delas, é possível evidenciar o processo de referenciação, a partir das operações de anaforização, com ou sem retomada, caracterizadas pelo uso de descrições nominais (definidas e indefinidas), nominalizações, pronominalizações, elipse, construtos oracionais, recursos de interação entre outros.

**Respondidas as perguntas**, podemos confirmar a hipótese de trabalho, pois a leitura do GTP, ao mesmo tempo em que (re)cria o processo de referenciação da história da investigação, também promove estratégias para que um segundo processo de referenciação seja criado, indicando que a história da investigação é apenas a embaixadora da história do crime.

Essa duplicidade possibilita vivências sociocognitivas e interacionais que levam a (re)configuração de modelos textuais, e, conseqüentemente, de ações humanas, uma vez que a percepção da ‘realidade’ e a das práticas sociais passam a ser tecidas por multiteias de categorização, (re)categorização e de-categorização de referentes textuais que nascem e se transformam na linguagem.

Chegando ao final deste trabalho e tendo atingido nossos objetivos, entendemos que não esgotamos todas as possibilidades de pesquisa para o tema investigado, pois as estratégias propostas para leitura de um gênero textual específico, como o policial, necessitam ser (re)aprendidas antes de se tornarem parte dos sistemas de conhecimentos de um sujeito-leitor. Desse modo, estabelecer caminhos diferenciados para a organização de atividades didáticas na área da leitura, da escrita e do ensino de Língua Portuguesa é uma alternativa.

Na área da Leitura, o reconhecimento das estratégias **contrato de leitura, de interação e de referenciação**, como um dos caminhos, permite ao professor discutir com seus alunos que a construção dos sentidos do texto é co(n)textualmente situada e que não só decorre de processos de negociação de sentidos, mas também de um trabalho colaborativo entre pares (virtuais e/ou reais). Por exemplo, durante a leitura do GTP, esclarecer o sentido de (com)partilhar e de construir colaborativamente referências/informações textuais é uma ação necessária, porque o trabalho colaborativo envolve a construção de objetos do saber, a partir de explicações/esclarecimentos, em função de um co(n)texto, ou do desconhecimento dele, por uma das partes envolvidas na situação. Já o (com)partilhamento de objetos do saber ocorre em função de algo que é comum ou dado socialmente. E como, no GTP, o mistério, sendo ou não sendo foco, exige desvelamento, construir colaborativamente os objetos-de-discurso torna-se mais importante do que só o suposto (com)partilhamento deles.

Na área da escrita e do ensino de língua Portuguesa, considerando que os alunos já conheçam as estratégias, essas podem facilitar a organização do texto antes, durante e após o processo de produção escrita. Por exemplo, discutir a escolha de determinados recursos lingüístico-textuais na composição de expressões de referenciação, leva a entender os usos da língua não só sob o ponto de vista cognitivo, mas também sob a perspectiva sociointeracional. De modo particular, o contato com determinados recursos expressivos da língua portuguesa direciona para uma leitura mais crítica da realidade e das situações de interação social, bem como para uma produção de texto mais consciente e responsável.

E, assim, esperamos ter contribuído não só para os estudos de referenciação e de estratégias para a leitura de um gênero textual específico, o policial, mas

também ter indicado caminhos para a organização de atividades de leitura, abrindo, assim, perspectivas para o Ensino de Língua Portuguesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel; REVAZ, Françoise. **A análise da narrativa**. Trad. Maria Adelaide C. da Silva e Maria de F. Aguiar. Lisboa: Gradiva, 1997.

ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros e. **O mundo emocionante do romance policial**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

APOTHÉLOZ, Denis. *Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual*. In: CAVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Linguística.)

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto Carvalho. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética (a teoria do romance)**. 3. ed. Trad. Aurora F. Bernadini et al. São Paulo: UNESP, 1993.

BARTHES, Rolan; COMPAGNON, Antoine. *Leitura*. In: **Enciclopédia Einaudi** v.11 (Oral/Escrito). Trad. T.Coelho. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso – fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988. (Série Lendo).

BLOOM, Harold. *Prólogo: Por que ler?* In: \_\_\_\_\_. **Como e por que ler?** Trad. José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOILEAU-NARCEJAC. **O romance policial**. Trad. Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1991. (Série Fundamentos, nº 86).

BRAIT, Beth. *O processo interacional*. In: PRETI, Dino (org.). **Análise de textos orais**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

BRANDÃO, Helena N.; MICHELETTI, Guaraciaba. *Teoria e prática da leitura*. In: BRANDÃO, Helena N.; MICHELETTI, Guaraciaba (coords.). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez. (2001). v.2. (Coleção Aprender e ensinar com textos.)

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Cabeças de segunda-feira*. In: COSTA, Flávio M. da (org.). **Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - Português**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, texto e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. Trad. Ana Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHO, Neuza C. de. *Fantasia e emancipação em três tempos*. In: CECCANTINI, João Luís C. T. (org.). **Leitura e literatura infanto-juvenil – Memória de Gramado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2004.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Expressões referenciais – uma proposta classificatória*. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, (44):105-118, Jan./Jun. 2003.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. Trad. Fúlvia M. L. Moretto, G. M. Machado; José A. de M. Soares. SP: Ática, 1998. v.1. (Coleção Múltiplas escritas.)

CECCANTINI, João Luís C. T. (org.). **Leitura e literatura infanto-juvenil – Memória de Gramado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2004.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*. In :\_\_\_(org.). **Práticas de leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. SP: Iluminuras, 1996.

COELHO, Luiz Lopes. **A idéia de matar Belina**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2004.

COELHO, Luiz Lopes. *A Morte no Envelope*. In: COSTA, Flávio M. da (org.). **Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

COMPAGNON, Antonie. **O demônio da teoria**. Trad. C. P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

COMPAGNON, M. Antoine. **Théorie de la littérature : la notion de genre**. Paris IV-Sorbonne: UFR de Littérature française et comparée, 2001. Disponível em: <<http://www.fabula.org/compagnon/genre.php>>. Acesso em: 30/03/2003, às 10h58min.

CONTE, Maria-Elisabeth. *Encapsulamento anafórico*. In: CAVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Lingüística.)

CORTEZ, Suzana Leite. **Referenciação e construção do ponto de vista**. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

COSTA, Flávio M. da (org.). **Crime feito em casa – Contos policiais brasileiros**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, Flávio M. da (org.). **Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Trad. D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras. 1990. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0812199922.htm>> Acesso em: [2003].

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Trad. D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. *Análise da Conversação*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. (v.2)

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística** (dizer e não dizer). Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa A. Figueira. São Paulo: Cultrix, 1987.

ECO, Umberto e SEBOEK, Thomas A. (orgs.) **O signo de três – Dupin, Holmes, Peirce**. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ECO, Umberto. **Leitura do texto literário – lector in fabula**. Trad. Mário Brito. 2. ed. Lisboa: Presença, 1993.

FABIANI, Marcius. **A Trilogia Dupin: começa a literatura policial**. Disponível em: <<http://www.verbo21.com.br/arquivo/4ltx3.htm>>. Acesso em: 02/01/2004.

FÁVERO, Leonor L. *A entrevista na fala e na escrita*. In: PRETI, Dino. **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2000.

FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria L. da C. V. de O.; AQUINO, Zilda G. O. de. *Perguntas e respostas como mecanismos de coesão e coerência no texto falado*. In: CASTILHO, Ataliba T. de; BASÍLIO, Margarida (orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: UNICAMP; SP: Fapesp, 1996. (Série Pesquisas. v. 4. – Estudos descritivos.)

FERNÁNDEZ, José Enrique M. **La intertextualidad literária (Base teórica y práctica textual)**. Madrid: Cátedra, 2001.

FRANCIS, Gill. *Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais*. In: CAVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Lingüística.)

FRANKENTHAL, Edith Stenzler. **O pragmatismo na abdução e na percepção**. São Paulo, 2003. Mestrado (Programa Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Escritor carioca lança "Vento Sudoeste", romance policial protagonizado por personagem que não resolve os próprios casos*. **Folha de S.Paulo**, 08 dez. 1999. Entrevista.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Uma janela em Copacabana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINSBURG, Carlo. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto e SEBOEK, Thomas A. (orgs.) **O signo de três – Dupin, Holmes, Peirce**. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GOULEMOT, Jean Marie. *Da leitura como produção de sentidos*. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

HARROWITZ, Nancy. *O arcabouço do modelo de detetive: Charles S. Peirce e Edgar Alan Poe*. In: ECO, Umberto e SEBOEK, Thomas A. (orgs.) **O signo de três – Dupin, Holmes, Peirce**. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISER, Wolfgang. *A Interação entre texto e leitor*. In: \_\_\_\_\_. **O ato da leitura**. Trad. J. Kretschmer. SP: Ed. 34, 1999.

JOLIBERT, Josette e colaboradores. **Formando crianças produtoras de textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

JOUBE, Vincent. **A leitura**. Tradução Brigitte Hervot. São Paulo: UNESP, 2002. (O original é de 1993).

JUBRAN, Clélia C. A. S. **O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas**. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas (44):93-103, Jan./Jun.2003.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura – teoria & prática**. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

KOCH, Ingedore G. V. **Cognição e processamento textual**. Campinas – SP: IEL – Unicamp, 1996. (Mímeo).

KOCH, Ingedore G.V. **A inter-ação pela linguagem**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1995. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa).

KOCH, Ingedore G.V. *A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional*. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, (41)75-89, Jul./Dez. 2001.

KOCH, Ingedore G.V. **Desvendado os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002a.

KOCH, Ingedore G.V. **O texto e a construção dos sentidos**. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2002b.

KOCH, Ingedore G.V. **Introdução à lingüística textual** – Trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore G.V.; MARCUSCHI, Luiz A. *Processos de referenciação na produção discursiva*. In: **Revista D.E.L.T.A., São Paulo**, (14), n. especial: 169-190, 1998.

LAJOLO, Marisa. **Como e por que ler o romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAMBOT, Isobel. **Eu escrevo romances policiais**. Trad. Armanda de Sousa. Lisboa: Pergaminho, 1998.

LIMA, Luiz C. **Literatura e suas fontes**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LIMA, Maria Luiza C. *Artigo indefinido e anáfora*. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, (44):105-118, Jan./Jun. 2003.

LITS, Marc. **Pour lire le roman policier**. 2 ed. Bruxelles: De Boeck-Wesmael, 1994.

MACHADO, Irene A. **O romance e a voz** – a prosaica dialógica de M. Bakhtin. Rio de Janeiro: Imago, São Paulo: Fapesp, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-E-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MANDEL, Ernest. **Delícias do crime – História social do romance policial**. Trad. Nilton Goldmann. São Paulo: Busca Vida, 1988.

MARCUSCHI, Luiz A. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. In: KOCH, Ingedore V.; MORATO, Edwiges M.; BENTES, Anna C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, Luiz A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Recife: UFP, jan.2000a. (Mímeo).

MARCUSCHI, Luiz A. *Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. In: PRETI, Dino (org.). **Fala e Escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2000b. (Projetos Paralelos – NURC/SP, 4).

MARCUSCHI, Luiz A. **Estratégias de identificação referencial na interação face a face**. I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística, UFB, 1994. (Mímeo)

MARCUSCHI, Luiz A. *Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo*. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org.) **Estado de leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: ALB, 1999. (Coleção Leituras no Brasil).

MARCUSCHI, Luiz A.; KOCH, Ingedore V. *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Ângela C. S. (orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002. (Série Pesquisas. V.8 – Novos estudos descritivos.)

MEGALE, Heitor. **A Demanda do Santo Graal – Das origens ao código português**. São Paulo: Ateliê / Fapesp, 2001.

MILLÁS, Juan José. *O adultério como atividade metafísica*, em entrevista a Ubiratan Brasil. **O Estado de S. Paulo**, Caderno 2, p. D7, 23 julho 2005.

MOISÉS, Massaud. **A Criação Literária**. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. *Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Lingüística.)

MONTALBÁN, Manuel V. *Prólogo - Lo criminal em la literatura criminal*. In: CALATRAVA, José R. V. **La novela criminal española**. Granada: Universidade de Granada, 1991. Disponível em: <<http://www.vespito.net/mvm/prolnovcrimesp.html>. > Acesso em: 18/10/2003, às 20h.

MOTTA-ROTH, Désirée; MEURER, José L. (orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas – Subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena Moura. *As construções condicionais*. In: NEVES, Maria Helena Moura (org.), **Gramática do Português falado**. Vol. VII: Novos estudos. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1999.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

NOGUEIRA, Joaquim. **Vida Progressa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

OLSON, David R. **O mundo no papel – as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. Trad. Sérgio Bath. SP: Ática, 1997. (Coleção Múltiplas Escritas).

PALMA, Dieli Vesaro. **Gêneros Textuais e sua relação com o Passado e o Presente**. PUC – SP, [200-]. (Mímeo).

PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. **Intertextualidade: Teoria e Prática**. Belo Horizonte: Lê, 1995.

PELÁ, Cleuza. **A organização do texto expositivo-opinativo por alunos da sexta série do primeiro grau**. Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1998.

PLATÃO. **Diálogos - A República (ou: Sobre a Justiça. Gênero Político)**. Trad. Carlos Alberto Nunes. 3ª ed. rev. Belém: UFPA, 2000.

POSSENTI, Sírio. *Sobre a leitura: o que diz a análise do discurso?*. In: MARINHO, Marildes (org.) **Ler e navegar – espaços e percursos da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: ALB, 2001. (Coleção Leituras no Brasil).

PRETI, Dino (org.). **Análise de textos orais**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

REIMÃO, Sandra Lúcia. **O que é romance policial**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos, nº 109).

REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura – Introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 1995.

REIS, Mariléia Silva dos. *Negação metalingüística e pressuposto: algumas considerações semântico-pragmáticas*. In: **Revista Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão – SC. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0101/04.htm>> Acesso em: 27/5/2005, às 23h28.

ROJO, Roxane. **Gêneros do discurso e gênero textuais: Questões teóricas e aplicadas**. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2002. (Mímeo).

SCHNEUWLY, Bernard. *O ensino da comunicação*. In: **Nova Escola**, ano XVII, nº 157, novembro de 2002, p. 19-21.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – Elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona)**. Trad. Roxane H. R. Rojo. Primeira versão da tradução. São Paulo: PUC, [1999a]. (Mímeo).

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetivos de ensino*. In: **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 1999b, nº 11, ANPED, p. 5-16.

SOARES, Magda Becker. **Letramento – um estudo em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Pedro de. **Formas de enunciação e discurso: elementos para uma teoria do proto-gênero**. Letras – Revista do Mestrado em Letras de UFSM (RS), julho/dez. 1997/2002 .

SVENBRO, Jesper. *A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa*. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. Trad. Fúlvia M. L. Moretto, G. M. Machado; José A . de M. Soares. SP: Ática, 1998. v.1. (Coleção Múltiplas escritas).

TODOROV, Tzvetan. *A origem dos gêneros*. In: **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros literários*. In: **Introdução à literatura fantástica**. Tradução. Maria Clara C. Castello. São Paulo: Perspectiva, 1975.

TODOROV, Tzvetan. *Tipologia do romance policial*. In: **As estruturas narrativas**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1979.

TRAVAGLIA, Luiz C. **Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos**. In: **Estudos Linguísticos XXX**. Artigo 200. Marília: GEL/SP e Fundação de ensino Eurípedes Soares da Rocha, 2001. (Revista em CD-ROM). (Mímeo).

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gêneros de texto definidos por atos de fala*. In: ZANDWAIS, Ana. **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 2002. (Mímeo).

URBANO, Hudinilson et al. *Perguntas e respostas na conversação*. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org.). **Gramática do português falado**. 3.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. (Série Pesquisas. v. 3. – As abordagens.).

URBANO, Hudinilson. *Marcadores conversacionais*. In: PRETI, Dino (org.). **Análise de textos orais**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (projetos Paralelos: v.1).

Van DIJK, T.A . **La ciencia del texto**. Trad. Cast. de Sibila Hunzinger. Buenos Aires: Paidó, 1983.

Van DIJK, T.A. **Cognição, discurso e interação**. Org. de I. V. Koch. São Paulo: Contexto, 1992.

Van DIJK, T.A. **Cognitive context models and discourse**. 1994. (Mímeo).

Van DIJK, T.A. **Texto e Contexto**. Trad. cast. Madrid: Catedra, 1990.

WELLEK, Rene; WARREN, A. **Teoria da literatura**. 3.ed. Trad. José Palla e Carmo. Lisboa: Europa-America, 1976.

ZILBERMAN, Regina. *Leitura: história e sociedade*. In: MARINHO, Jorge M. et al. **Leitura: caminhos da aprendizagem**. São Paulo: FDE, Diretoria Técnica, 1990.

### *Site*

#### **- atarde**

[http://www.atarde.com.br/especiais/telefoniamovel/mat\\_histbrasil.php](http://www.atarde.com.br/especiais/telefoniamovel/mat_histbrasil.php). Acesso em: maio de 2005, às 13h.

## **ANEXO I**

**A Morte no Envelope,**

de Luiz Lopes Coelho

## A MORTE NO ENVELOPE

LUIZ LOPES COELHO

A descoberta do envenenamento da esposa, "ignorante, insensível e gorda criatura", fez o marido, Sílvio Cardenacdi, dar com os costados na Penitenciária obrigando-o a substituir seu avental de médico por uma espécie de pijama de zuarte.

Outro presidiário, um jovem advogado, falsificara o testamento de abastado cliente para impedir que a herança passasse às mãos da viúva, indigna de recebê-la, segundo afirmava, porque traía o marido. Acrescendo-se a essa espantosa fidelidade profissional um estelionato contra determinado banco, encontram-se as razões por que Armando Sinval usava, diariamente, o mesmo pijama azulado.

O mundo dos criminosos também é pequeno. Embora procurasse disfarçar, Sinval perturbou-se quando Cardenacci entrou, acompanhado do vice-diretor do presídio.

- O Conselho Penitenciário permitiu a convivência de dois sentenciados na mesma cela. Vocês ficarão juntos. Ambos são formados por curso superior, o que facilitará a vida comum e auxiliará o trabalho de recuperação. Cardenacci teve ótimo comportamento e estágio e, por isso, a diretoria atendeu ao seu pedido: prestará serviços como enfermeiro categorizado. Você, Sinval, continuará na secretaria. Felicidades na nova vida de casa...

Os dois homens sorriram, mas Sinval, artificioso, como se obedecesse a pedido de fotógrafo. Cardenacci levou o saco de roupas para o canto da cela. O outro sentou-se à beira da cama. Enfrentavam com receio o início do diálogo, porém, dentro em pouco, as palavras foram escapando, soltas e preguiçosas; depois começaram a agrupar-se com mais ligeireza e, quando conquistavam o vaivém de conversa, a campainha estridulou "silêncio". Cardenacci abafou um "boa noite".

Se as palavras de Sinval pareceram filtradas por uma tela de cuidados, os pensamentos, ao contrário, desabalavam, impulsionados pela memória. Tinham provindo os óbices verbais da desarmonia entre o que falava e o que pensava. Livre, agora, do encargo oral, ordenou as idéias, como jogador

arruma as cartas no início do jogo.

Cardenacci não o reconheceu recordou-se de todos os pormenores da consulta. Que tarde horrível! Descrevera ao médico a sensibilidade retardada da epiderme, a dormência das pernas. Mostrara-lhe as manchas escuras. Depois de demorado exame, o médico fizera correr sobre a pele uma pena de ave na pesquisa de índices sensíveis. A reação da vacina feita no antebraço não acusara vermelhidão em torno do ponto injetado. Embora fosse necessário ainda um exame do muco nasal, o médico, desajeitado cederia às instâncias de Sinval, anunciando: lepra. Saiu aturdido do inferno branco que era o consultório de Cardenacci. Andou pelas ruas, mais desertas com a noite, julgando ver nos olhares dos raros transeuntes a aversão provocada por um leproso. Cada problema de sua vida, um aperto de angústia. Repeliu o beijo dos filhos. Repudiou o leito conjugal. Escusas claudicantes despertaram suspeitas. Insônia nas noites imensas. Rondou-lhe o espírito a idéia de suicídio, logo afugentada, porém, pela antevisão da família na miséria.

Outro plano acampou no seu cérebro. A ameaça de nenhum espólio fertilizou o projeto de uma apropriação indébita. Foi então que cometera as primeiras falcatruas, a princípio bem-sucedidas. As pequenas vantagens embolsadas, porém, não lhe apaziguaram o desespero. Coube a um velho amigo, tornado confidente, sugerir novo médico, novos exames. Apático, Sinval deixou o companheiro dirigir-lhe os passos, e, ao fim de dois dias, encheu-se de vida e de sorrisos. Vacina negativa exames negativos Cardenacci errara o diagnóstico.

Sinval nunca meditara sobre certos aspectos de seu caso criminal; o encontro com Cardenacci, entretanto ressuscitou a memória de antigas emoções. Recordou-se de que cometera o primeiro delito – germe de todos os outros – porque se supunha um leproso. Racionalizando passou a verem Cardenacci o responsável pelas soluções criminosas que adotara. Quando a exaustão lhe abateu as pálpebras, perseverava ainda em fortificar-se com as lembranças.

Passaram-se calmas semanas, mas um dia Cardenacci foi encontrado morto na cela: envenenado com veronal. Suicidara-se o médico. Havia furtado o tóxico do laboratório, ingerindo-o na cela, antes da chegada de seu companheiro. Suicidara-se o médico, na aparência, por considerar insuficiente, como acontece a outros, a condenação imposta pela sociedade.

Que Sinval entristecesse com o acontecimento era compreensível; mas os diretores da Penitenciária não entendiam seu estranho comportamento: prestou informações no inquérito sob forte crise emocional; tornou-se agitado, nervoso; procurava a solidão, evitando falar no caso.

Intrigado com isso, o diretor chamou ao presídio o velho Leite, delegado de polícia, conhecido pelos seus excepcionais dotes de criminalista.

Atravessando último pórtico da Penitenciária o delegado levantou os olhos e leu a inscrição no alto: "Aqui, o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social". A frase era mais escorreita, concisa, elegante do que verdadeira. Pensou nos reincidentes, nos crimes cometidos dentro dos próprios presídios, na idéia obsessiva de fuga, inquietando a mente de cada sentenciado. Teria prolongado a divagação, senão lhe aparecesse a figurado diretor, o abraço derramado, a poltrona de couro macio. Logo, a pressuroso das palavras:

- Tenho um caso interessantíssimo. Só você poderá resolvê-lo. Nunca esquecerei a ajuda que você me deu na descoberta do crime do refeitório. Além de tudo, investigar e descobrir é sua função e seu prazer.

Narrou a morte de Cardenacci com pormenores informando ter descoberto as causas do suicídio: o médico recebia, com freqüência, cartas de uma moça que se assinava "Neusa", e de um amigo "Álvaro". Deduzira, pela correspondência, ter-se Cardenacci apaixonado por uma jovem da alta sociedade com quem pretendia casar-se quando conseguisse eliminar a esposa. Neusa comprometera-se demais na aventura e queixava-se, nas cartas, de sua situação. Dizia amá-lo e ser capaz de aguardar o livramento condicional ou mesmo o cumprimento da pena... mas vivia temerosa do escândalo iminente. Álvaro, o amigo, acompanhava a vida de Neusa. Exasperara-se a moça com os problemas psicológicos e familiares que lhe atormentavam a existência, e, numa tarde, seu corpo foi achado na praia. No dia em que recebeu essa notícia, numa carta de Álvaro, Cardenacci matou-se.

- O que não se entende em toda essa história, meu caro Leite, é a reação de Sinval. Tornou-se inquieto, excitado, deficiente no trabalho. Come pouquíssimo, emagreceu demais. Foi surpreendido pelo guarda da noite a chorar convulsamente. Irrita-se quando Alguém fala no suicídio. Não comenta o fato, não diz uma palavra. Não conseguimos estabelecer relação alguma entre Cardenacci e

Sinval. Nem tampouco houve entre eles o menor incidente. Sentimos, porém, que há qualquer coisa. A reação de Sinval é anormal e desnorteante.

- Não há pista nenhuma?

- Nenhuma.

- Então, se há qualquer coisa, está escondida na cabeça do homem. Se ele se acha abatido, como você me disse, poderei aplicar um velho truque que me tem ajudado em situações semelhantes. Vamos tentar o golpe. Você me apresentará a Sinval como o delegado de polícia encarregado do inquérito sobre o suicídio. Eu farei o resto.

Tilintou a campainha, o guarda entrou e recebeu a ordem. Voltou acompanhado de Armando Sinval. Pálido o, olhar baço, arrastando as pernas, desinteressado e tudo. Alertou se, e um certo viço revestiu os olhos, quando soube quem era o seu interlocutor. O delegado falou com energia e decisão:

- Armando Sinval: comunico-lhe que procedi a investigações sobre o suicídio de Cardenacci. Descobri tudo. Espero agora, suas explicações. Vamos.

Sinval recuou, como se alguém o tivesse empurrado. Uma pausa silenciosa. O presidiário respirou fundo e depois respondeu mansamente:

- Nunca pensei que a coisa chegasse a esse extremo. Os senhores, naturalmente, desejam saber a causa, já que descobriram tudo. Eu me intoxiquei com a lembrança dos dias mais horrorosos da minha vida. Tudo por culpa de Cardenacci.

Contou, então, o erro de diagnóstico, os padecimentos durante o período em que se considerava um leproso, os seus delitos. Concluiu:

- A presença de Cardenacci despertou em mim o desejo de vingança. Passei a acreditar que estava encarcerado por culpa dele. Então, eu...O resto os senhores já sabem.

Entreolharam-se os dois homens. Não sabiam de nada. Que ocultaria a mente do sentenciado? Que papel teria desempenhado na morte de Cardenacci? Do velho Leite partiu a isca novamente:

- Como conseguiu você fazer o que fez?

- Naturalmente os senhores compreenderão que me era fácil executar o serviço.

Além de minha habilidade, meu cargo na secretaria ajudou bastante, é claro.

E o homem calou-se de novo. Continuava a rondado mistério. Senão

estivesse tão prostrado, e por isso sem perspicácia Sinval teria notado a ansiedade do diretor. O delegado mantinha-se firme e natural. O condenado perguntou:

- Estou dispensado?

O velho Leite lançou o último arpão:

- Ainda não, Sinval. Precisamos de sua confissão completa. Embora o assunto já esteja esclarecido você é obrigado a relatar tudo quanto fez. Isso é necessário para apurarmos se há cúmplices no caso.

- Não senhor, de modo algum. Fiz tudo sozinho. Na secretaria, ao receber as cartas, eu separava as que eram dirigidas a Cardenacci por Neusa e Álvaro. Durante o dia, eu as substituía por outras, por mim falsificadas. Colocava as falsas no expediente da distribuição e inutilizava as verdadeiras. Inventei o suicídio de Neusa. Nunca pensei que Cardenacci se matasse. Eu queria, apenas, que ele sofresse alguns dias como eu sofri...

(COSTA, Fávio Moreira (org.). **Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, pp.788-91.)

## **ANEXO II**

**Cabeças de Segunda-feira,**

de Ignácio de Loyola Brandão

## CABEÇAS DE SEGUNDA-FEIRA

IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Sem nenhum grito de horror, apenas com muito nojo, a faxineira encontrou o Doutor Joaquim curvado sobre sua mesa. Morto, evidente.

O senhor Lemos foi achado à porta do escritório, encolhido como se tivesse sentido muito frio à noite.

Diva estava apoiada ao PBX da recepção. E Moraes, descoberto às onze horas, quando todo o edifício fervia, estava de calças arriadas, sentado na privada. O zelador constatou duas coisas, antes de chamar a polícia. Era crime. Segundo, executado pela mesma pessoa. Os quatro cadáveres estavam decapitados. Conclusões de zelador.

Quatro pessoas decapitadas numa segunda-feira atraíram seis viaturas da polícia, investigadores, reportagem policial e não policial, curiosos. Impossível transitar. O prédio foi fechado. Ninguém saía, ninguém entrava. Os escritórios que não tinham nada a ver com os crimes reclamaram. Estavam sendo prejudicados. Ninguém se importou. O zelador foi interrogado. Colocaram numa sala os funcionários do prédio. Os faxineiros, ascensoristas, eletricitas, homens da casa de máquinas, o síndico, o subsíndico. Um investigador experiente notou que as decapitações tinham sido violentas. Como se houvesse decapitação não violenta, disse um repórter policial.

Fala, conversa, interroga. Quem eram os mortos? Pessoas ligadas a eles? Um radialista esgoelava que era crime político. O Doutor Joaquim, angolano exilado, ex-dono de um grande banco, chegou ao Brasil com enorme fortuna, ao fugir da África. Em dois anos tinha multiplicado o dinheiro, era acionista de seguradoras, financiadoras, mantinha um jornal para a colônia exilada, recebia comendas cada seis meses. É só procurar entre os portugueses que apóiam o regime atual português, gritava o radialista. Então, vai procurar você, disse o policial, com inesperada paciência. Pode ser até que tenha razão. Mas como ligar o Doutor Joaquim a Diva, secretária de uma assessoria de relações públicas, bonita, ex-miss Telefônica, vinte e cinco anos, feliz (segundo as amigas) depois de comemorar o noivado na quinta-feira anterior ao crime? E não havia nenhuma indicação de ligações

extras, com o chefe, por exemplo, ou qualquer outro. "Bem", comentou um jornalista cético e experimentado, "os irrepreensíveis também morrem".

E mais, pontificava o policial. Havia o Moraes e o Lemos. Não se conheciam, não se relacionavam. Podiam se encontrar casualmente no elevador, ou no hall. Mas segundo o zelador, não consta que Lemos tenha subido ao oitavo onde Moraes administrava uma firma de transportes. E nem Moraes jamais teria descido ao quinto, onde Lemos representava azulejos, cerâmicas, pisos de luxo.

"Podemos supor", disse o repórter do mais importante jornal de São Paulo, matutino conservador cioso de sua posição de terceiro da América Latina: "Lemos representava azulejos e adjacentes. Moraes foi encontrado morto dentro de um banheiro. Ora, banheiro leva azulejos. Não haveria aqui uma pista inconscientemente fornecida pelo assassino?" Pode haver, mas é sutil demais para minha cabeça, respondeu pacientemente o policial inesperado. "Muito científica, muito freudiana", acrescentou para espanto geral. "Minhas deduções são chãs, mais realistas. Daqui a pouco chego nesse filhodaputa sanguinário"

Já tem alguma pista?<sup>120</sup>

Não, nenhuma.

O criminoso vai voltar ao lugar do crime?

O criminoso continua no lugar do crime.

Como sabe?

Não sei.

Abriam gavetas. Olharam prateleiras, cantos das salas, armários, embaixo dos tapetes. Fotografaram de todos os ângulos. "Nunca vi a utilização dessas fotos, não sei para que servem, a não ser dar emprego para dois ou três e gastar material", disse o mal-humorado repórter do matutino conservador. Fizeram croquis, posição do corpo, tomaram notas, conversaram entre eles. O depoimento do zelador e dos funcionários do prédio não esclareceu. Ninguém tinha visto os quatro subirem. Cada um dos seis ascensoristas julgava que o Dr. Joaquim, Diva, Moraes e Lemos tivessem chegado no carro do outro. Geralmente prestavam atenção em quem chegava, mas não havia um modo de determinar hábitos. Às vezes, um ascensorista não via o Lemos dois ou três dias, porque não coincidia dele tomar o seu carro. O difícil é a pessoa que

---

<sup>120</sup> Não há sinal de pontuação como travessão ou aspas, no trecho.

trabalha num andar tomar o carro em outro. As pessoas usam o térreo e o seu piso, nada mais. Um prédio, para seus usuários, se limita às fronteiras onde os homens trabalham, raramente são ultrapassadas. Quando são, nota-se.

Então o zelador fez uma pergunta:

- Onde estão as cabeças dos decapitados?

Espanto geral. O investigador que parecia o líder chamou o subordinado:

- As cabeças?

- Estamos procurando.

- Como identificaram os corpos?

- Todo mundo conhecia. A roupa do Dr. Joaquim, o físico magro. A mesa de Diva. A carteira de identidade do Lemos. O lenço sempre no bolso do paletó que o Morais usava.

- Precisamos encontrar as cabeças.

Continuaram a revista. Por todo o prédio. Nas escadas, bocas de lixo, incineradores, cestos de papel, cofres fortes.

- O crime é misterioso, confessou um PM cansado.

- Como vocês agem em crimes misteriosos? perguntou o repórter novamente.

- Deixamos como está. O acaso resolve. Um dia destes a gente pega um cara por aí e ele dá o serviço.

- É o único jeito?

- Claro. Não temos gente, não temos verbas, não temos laboratório. Existem duzentos mil ladrões na cidade. Mais de quarenta mil mandados de prisão que não podem ser cumpridos. Vendem-se armas todos os dias. De cada dez desempregados, sete terminam assaltando. Até a policia entra no jogo, porque com esse salário não dá. A gente vai esquentar a cabeça com quatro malandros mortos aí? Era gente de grana, e entraram numa fria. Vai ver, foram assaltados, reagiram, empacotaram. Isso aí é coisa de mixo, pé de chinelo.

- É... Mas as cabeças, onde estão?

- Vou te contar, meu chapa. Vai ver, levaram. Pra fazer sopa. Com a carne pelo preço que anda.

O investigador líder chamou o zelador e funcionários. Queria dar um repasse.

- Um de vocês matou essa gente toda. Não sei por quê. Se soubesse saberia quem foi.

Olhou todos, um por um. E todos olharam para ele, impassíveis e esfomeados. Não tinham nem mesmo deixado que comessem as marmitas trazidas de casa.

- Sei que foi um de vocês.

- Isso é uma acusação? indagou o zelador indignado.

- É. disse o investigador.

- Só para saber. Vai ver foi um de nós. Vamos descobrir e demitir o assassino.

- Estão dispensados. Quem não vier trabalhar amanhã estará automaticamente preso. Se for encontrado, claro.

O ascensorista do carro três, o primeiro à direita de quem entra, desce a Rua da Consolação, rádio de pilha ao ouvido. Ouve Francisco Petrônio cantando valsas e pensa que no domingo pode ser que não vá ao culto, tudo depende deles descobrirem. Num bar, ele toma caracu com ovo, come duas salsichas com molho de cebola, vê que o dinheiro ainda dá para uma asa de frango, soterrada numa cobertura de gordura marrom.

- Quer entrar no bolo, companheiro? Um nordestino estende uns pedaços de papel.

- Bolo de quê?

- Do jogo de hoje. Palmeiras contra o Santa Cruz.

- Não torço pra nenhum dos dois.

- Vai ver é corintiano?

- Não. Em futebol, só gosto do tricolor da Penha. Não torço para time grande.

Não quero bolo, coisa nenhuma, vou para casa dormir, ainda tenho três conduções pela frente.

Bate com força sobre a asa de frango, mosquitos verdes se levantam, giram. Voltam, ele bate de novo, fica acompanhando o vôo, na prontidão.

- Se você resolver matar todos os mosquitos, não vai fazer outra coisa a vida inteira. Olha só, diz o garçom que serve café.

Dentro da estufa onde há bolinhos de bacalhau, ovos empanados, lingüiça frita, peixes à doré, coxinhas, empadas, camarão acinzentado, salsichas no molho de tomate, ovo cozido, um enxame de moscas, verdes e pretas.

- Se mosquito fizesse mal, não tinha sapo vivo. E estão todos vivos e gordos.

O ascensorista fecha a cara, não está para papos. Preocupado. A polícia procura as cabeças. Por causa da policia teve que ficar duas horas além do expediente. e não vai ganhar extra. Quando chegar em casa, a mulher está dormindo, os filhos também. A briga será amanhã de manhã, ela não vai acreditar que houve um crime no prédio, que não deu para pedir o vale (e se desse, talvez não conseguisse, já retirou quase todo o salário e mais da metade do décimo terceiro). Nem o plano de roubar caderno no supermercado deu certo. O menino precisa do caderno, a professora disse que não dá mais para assistir aula assim, escrevendo em papel de pão, em pedaços de saquinho de armazém, o que ele pensa?

Na hora do almoço, ele rondou pelo supermercado, chegou a apanhar os cadernos. Não tinha como enfiar debaixo da camisa, hora de almoço todo mundo dos escritórios vai para lá, fica comprando bolachinhas, iogurtes, chocolates, besteirinhas para enganar a fome durante o dia. Preferiu trocar o caderno por uma barra enorme de chocolate, estava com fome. Depois. descobriu que era chocolate amargo. Não sabia se velho, se com defeito.

Pensou que quem levou na maciota uma barra de chocolate, bem podia ter levado um caderno também. Ficou com dor de cabeça. Acho que o meu fígado está apodrecendo, preciso tomar jurubeba.

Cochila no ônibus, a cabeça pende, ele cruza os braços fortemente, defendendo os bolsos. Já foi roubado enquanto dormia. Agora, só sai com os documentos e o dinheiro da condução. Faz três anos trabalha como ascensorista e cada vez que se deita tem a sensação de que está subindo, descendo, subindo. Se contar ao zelador do zumbido no ouvido, zumbido que não pára nunca. tem medo de ser mandado embora. Ficou uma vez quatro meses sem emprego, sabe o que é. O zunido até que não incomoda, o pior de tudo era o Dr. Joaquim, sempre duro, seco como uma vara. Nunca cumprimentava. Nem mesmo dizia o andar. Nos primeiros dias, o chofer do Dr. Joaquim, um italiano convencido, determinava.

- Oitavo.

Um dia, o Dr. Joaquim entrou sozinho, não disse nada, ficou no fundo do elevador, bem às costas dele. O ascensorista sempre detestou gente às suas costas, sentiu-se incomodado. Talvez reflexo do bairro onde mora. As

peessoas na rua, principalmente quando chegam nas conduções da noite, andam meio de lado, olhando para quem vem atrás. O ascensorista examinou o Dr. Joaquim.

- Que andar?

- Já era tempo de ter aprendido, moleque burro. Oitavo.

Moleque? Ele, um homem de trinta anos, pai de quatro filhos? Burro? Burro. Não, não era burro, talvez o Dr. Joaquim pensasse, mas ele não era burro. Sabia que era o oitavo. Perguntara por perguntar. Custava ao Dr. Joaquim cumprimentar? Dizer bom dia, oitavo por favor? Ou simplesmente bom dia. Tinha gente no prédio que até agradecia quando o elevador chegava. Porque sabia que ele é que conduzia o elevador para cima e para baixo com sua segurança. Então, naquele dia que estava no automático e o carro encencara, não deu pânico nas moças? Foi preciso chamar a manutenção da fábrica de elevadores, porque ninguém dentro do carro sabia manobrá-lo, mesmo com o zelador dando instruções por telefone. Por que burro? Qual era a do Dr. Joaquim? Desde aquele dia, nunca mais perguntara nada. Também, quando o Dr. Joaquim entrava e se instalava atrás dele no canto, o ascensorista se virava e olhava fixamente para o homem seco e imperturbável que, por sua vez, parecia contemplar, indiferente, o teto.

De pé. Todos os dias de pé. Antigamente havia um banquinho de madeira. Mas o síndico, a pedido dos condôminos, mandara retirar. Não ficava bem com a estética do elevador, todo em aço escovado. O que é estética? Não responderam, retiraram o banco. Em pé, ocupando espaço mínimo. Atropelado se o elevador estava cheio. Apertado. Comprimido nas horas de rush mal tinha espaço para erguer os braços e apertar os botões dos andares.

Conhecia todo mundo do prédio. Sabia que o Sr. Silva desceria às 9,15 no décimo. Que o bem-vestido Domingues iria ao sétimo. Valmir ao último. A perfumada Diva, secretária do catorze, ficava perto dele, muito perto, mesmo que o carro estivesse vazio. Ali, quase encostada. E fedendo. Fedendo esses perfumes de miss. Não é por isso que todo mundo corria atrás dela? Gente de outros andares toda hora estava no elevador.

- Catorze.

- Catorze. - Catorze.

Iam ver Diva. Aquela mulher fedia muito, mulher não foi feita para usar essas coisas. O cheiro tem que ser natural, nada de colocar coisas debaixo dos braços, lavar cabelo com melecas coloridas, grudentas. Sabão de pedra, sabão de coco, no máximo, são coisas permitidas pela lei natural. Não é o que o Reverendo Matias diz todos os domingos?

Nas manhãs de domingo o ascensorista também subia. Mas alto, muito alto, não nas proximidades de Deus, quem era para tanto? Chegava quase ao lugar que estaria destinado aos justos. Conhecia bem este lugar, ficava de olhos fechados, enquanto o Reverendo Matias gritava coisas sobre o paraíso, anjos, a recompensa, paz, conformismo, amor ao próximo. Não saberia repetir uma única frase inteira do reverendo, só sentia dentro do seu coração que um dia estaria na paz, com toda a família, os amigos.

- Catorze. Catorze. Catorze. Catorze.

Não podia ouvir o número do andar. Pediu para mudar de carro. Queria servir na ala do 18 ao 32. O zelador não ligou, disse - é impossível - e pronto, encerrou a conversa.

Continuou servindo o Dr. Joaquim. A Diva que fedia cada vez mais. Um dia, teve acesso, o estômago virou, quase vomitou. Segurou tudo na boca, o carro estava cheio, se soltasse seria despedido. Ficou com aquela comida querendo explodir. Quando o último saiu, levou o carro ao dezenove, um andar vazio, soltou tudo e vomitou muito mais ao pensar que aquilo tinha ficado em sua boca. Por causa do fedor daquela mulher.

- Sete. - Nove.

- Quinze.

- Dois.

- Quatro.

Uns faziam brincadeiras. "Chegou em São Paulo?" "Me deixe no aeroporto." "Garagem" (todos sabiam que o seu carro não servia garagem). "Este é o elevador que caiu ontem?" "Outro dia despregou o fundo." "Não, outro dia subiu como foguete, estourou o telhado, foi pra lua." O Lemos, do quinto, fazia uma

brincadeira que ele odiava. Se não tinha ninguém no carro, Lemos apertava todos os botões, sorridente. Não dizia nada, apertava os botões e sorria. "Como é, tudo legal, meu chapa? Tudo joinha Chapa. Joinha. Só sabia dizer isso. Chapa. Chapa. O Lemos não sabia seu nome. Duvidava que alguém Soubesse. Nunca, em três anos, alguém do prédio o chamara pelo nome. Ali, não tinha nome. Vai ver, até pensassem que não tinha sido batizado. Porque jamais alguém perguntara: "Como o senhor se chama?" Por que alguém não indagava como ele estava passando?

O Morais, aquele senhor gordo do oitavo, não costumava entrar e apertar um imaginário botão às suas costas, rindo, rindo, depois? Como se ele não estivesse ali, fosse uma peça do elevador. Como podiam? Sua pele era amorenada, meio oleosa, diferente daquele aço cinza. Não dava para confundir. Pele é macia, aço é duro, brilha, não sente. Reclamou do Morais ao zelador. "O que você quer que eu faça? Chamar a atenção do Doutor Morais? É possível? Não se incomode com essas coisinhas, não. Ele é muito brincalhão".

Um domingo, estava sem o uniforme, encontrou o Lemos na rua. Ficou à frente dele, e o Lemos palitando o dente e consultando os palpites de cavalos. Rodeou o Lemos, não é possível que ele não me reconheça só porque estou sem uniforme. E o Lemos passou a mastigar o palito, cuspidando pequenos pedaços de madeira, um deles sobre o paletó azul ensebado do ascensorista. E este apertou o missal fortemente contra o rosto e olhou para uma vitrine, vendo sua figura refletida. Eu existo e Deus me vê. Deus me vê e não me importo com o resto. Não posso me importar. Na esquina, encostou-se ao coletor de lixo. Será que Deus me vê? Não sei, não.

Na segunda-feira, Lemos entrou e nem brincou com ele (tinha perdido nos cavalos, não queria conversa). Ninguém brincou com ele. Ninguém falou. Ninguém brinca com o ascensorista às segundas-feiras. As caras estavam amarradas, fechadas. Para que tinha servido o sábado e o domingo? Não eram como ele, cada domingo mais próximo do lugar dos justos. Não. Todos voltavam infelizes, amargurados, menos Diva que fedia, fedia insuportavelmente. A sua tortura diária era a subida e a descida desta moça.

- Treze.

- Doze.

- Dez.

Abria, fechava, abria, fechava, subia, descia, subia. uO cigarro, não, por favor." Olhavam feio para ele. uMais para o fundo, ainda cabe gente: Olhavam irritados para ele. Alguém sabe o meu nome aí?

Foi fácil com o Doutor Joaquim. O homem era muito fraco. Um empurrão violento contra a parede do elevador. "O que...?" O ascensorista tinha arrancado o fone da caixa, bateu na cabeça do angolano, ele desmaiou. De repente, o elevador subiu, a porta do catorze se abriu e Diva, que estava à espera, deu um grito. O ascensorista agarrou-a, deu com o telefone em sua cabeça, ela desviou, pegou na boca, ela gritou. Sábado. No sábado ninguém ouve gritos. Outro golpe do telefone, ela caiu. Quieta. Foi arrastada para dentro do elevador. Vou levá-los ao lugar dos justos. Vocês não entrarão imediatamente. Terão que purgar, no umbral. Depois sim, quando todo esse fedor do teu corpo, mulher, sumir, você entrará. E quando o Doutor Joaquim aprender humildade, também entrará. O carro subiu e desceu. Onde estava o Lemos? E o Moraes? Ele tinha subido com os dois. Bateu na porta da transportadora, Moraes atendeu. E caiu, sob os golpes. Como é fácil derrubar um homem gordo. Por que não tinha experimentado antes? Eles caem sem barulho, como bolo fofo. Arrastou-o. Demorou meia hora para lemos aparecer.

- Quer apertar todos os botões?

Lemos olhou, não disse nada. Um ar de desprezo, o jornal dobrado debaixo do braço, na página de cavalos. O ascensorista abriu a porta do elevador, lemos olhou os corpos. Virou, recebeu, caiu. Então, ali mesmo no quinto andar, o ascensorista manobrou um pouco o carro de porta aberta. Ele subiu quarenta centímetros e parou, era o máximo. Ficou uma abertura para o poço. Os corpos foram arrastados para fora do carro, deitados no piso. Com as cabeças pra dentro do poço. Depois, o ascensorista manobrou outra vez o carro e as cabeças foram arrancadas maciçamente, caíram lá no fundo. Ele ouviu o barulho surdo, como sacos de lixo jogados pelo tubo. Aí começou a levar os corpos, cada um para seu lugar. Diva no PBX. Como sangrava. Precisou usar a toalha do banheiro do lemos. O Moraes enfiou na privada, o nojento, sem calças. O Doutor Joaquim foi largado na mesa, o Lemos na porta do

escritório. E toca a lavar, limpar, limpar.

Ainda no fundo do poço. Quando começarem a feder, vão descobrir. Até descobrir, o ascensorista do carro 3 vai subir e descer, apertar botões. Encolhido em seu canto, sem que lhe digam por favor, bom dia, obrigado. Peça de aço, escovado, brilhando.

(COSTA, Fávio Moreira (org.). **Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, pp. 290-6.)



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)